

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior



ORSIES

OBSERVATÓRIO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL
E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Das recomendações do Livro Verde ao desenvolvimento
de uma ferramenta de autoavaliação

Ficha Técnica

Promotor | Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES)

Apoio | Direção Geral do Ensino Superior
| Forum Estudante

Coordenação Geral | Rui Marques

Gestão de Projeto | Gonçalo Gil

Coordenação Executiva | Cristina Carita

Comissão Redatorial | Joana Lobo Fernandes, Susana Fonseca

Design Gráfico | Miguel Rocha

ISBN | 978-972-8976-07-1

Edição | Press Forum - Comunicação Social, S.A.

Data | Novembro 2020

Índice

Nota de abertura	5
Contextualização dos Indicadores de Responsabilidade Social no ORSIES	7
Responsabilidade social das organizações e das IES	11
Responsabilidade social.....	11
Responsabilidade social no ensino superior.....	17
Modelo de RSU	29
Eixos e metodologia de atuação.....	29
A noção de impacto	32
Para um novo paradigma das IES.....	34
Um compromisso com a RS nas IES.....	36
Alinhamento com referenciais globais.....	37
Processo de co-criação dos IRSIES	45
Ferramenta de autodiagnóstico e autoavaliação IRSIES	59
Conclusões e propostas para o futuro	99
Referências	109
Anexos	113



Nota de abertura

O caminho percorrido pelo Observatório de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (ORSIES) tem produzido frutos consequentes. Esta obra é mais uma evidência de um percurso consistente, baseado na co-construção e numa cultura colaborativa entre instituições, que tem permitido, de uma forma inovadora, consolidar o campo da responsabilidade social das instituições de ensino superior, enquanto realidade específica e concreta.

Em quatro anos foi possível percorrer um roteiro que se iniciou com a mobilização de cerca de 30 IES para este desafio. Focámos depois a energia na produção do Livro Verde da Responsabilidade Social das IES em Portugal e com o apoio valioso do Prof. François Vallaey, especialista de grande prestígio neste domínio, foi possível consensualizar uma visão mobilizadora, abrangente e ambiciosa para o que poderia e deveria ser uma visão contemporânea da responsabilidade social neste contexto.

Concluída essa etapa, com um sucesso assinalável, havia que concretizar uma ferramenta que permitisse desenhar um roteiro para a ação, através da construção de uma estrutura de Indicadores de Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior. Com a coordenação exímia da Prof. Dr. Joana Lobo Fernandes (ESE-IP Coimbra) e da Prof. Dra. Susana Fonseca (ISCTE – IUL), às quais agradecemos vivamente todo o trabalho desenvolvido, mobilizou-se uma rede de inteligência coletiva e conectiva e com os contributos de todos os membros do ORSIES foi possível chegar a um referencial que aqui se apresenta. Hoje temos, portanto, não só uma visão global e integrada, com o Livro Verde, mas também um “como fazer”, com esta proposta de Indicadores. Isso representa um avanço significativo que permitirá às IES, no domínio da sua plena autonomia e auto-determinação, decidir sobre a sua aplicação.

Neste processo tem sido fundamental o apoio da tutela, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com um empenho dos decisores políticos e das suas equipas técnicas, numa profícua relação entre o poder político, as IES e a Forum Estudante, consubstanciado no desenvolvimento do ORSIES. Por isso, expressamos o nosso reconhecimento e agradecimento por todo o apoio e incentivo recebidos.

É igualmente justo o reconhecimento da equipa da Forum Estudante que assegurou o secretariado executivo do ORSIES, com particular destaque para Gonçalo Gil e Cristina Carita, que apoiaram o desenvolvimento de todo o processo com uma competência assinalável.

Cumprida mais esta etapa, abrem-se outros caminhos para explorar. A partilha de práticas, a construção de uma comunidade de aprendizagem, o benchmarking internacional, o reforço da colaboração entre as instituições que fundaram o ORSIES e o permanente convite a que outras se juntem a esta dinâmica, são alguns dos desafios que temos diante de nós. É para estes novos passos que nos sentimos convocados.

Rui Marques

Contextualização dos Indicadores de Responsabilidade Social no ORSIES

Com este capítulo pretende-se apresentar o Observatório de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (ORSIES) e descrever o processo de co-construção dos Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas.

De um do modo particular, serão abordados os conceitos associados à responsabilidade social e os referenciais internacionais da mesma área, focando especificamente o contexto do Ensino Superior e a realidade das IES portuguesas.

O Observatório de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior¹ (ORSIES) é uma rede colaborativa de IES que fomenta a dimensão social das IES e promove a partilha de experiências e boas práticas sobre as políticas e práticas de Responsabilidade Social (RS).

O ORSIES foi criado em 2017, como resultado do desafio lançado no I Encontro Nacional sobre Responsabilidade Social e Ensino Superior, realizado a 14 de dezembro de 2016, pela Forum Estudante, através do Dr. Rui Marques e pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), através da Dra. Fernanda Rollo.

O ORSIES foi fundado por 28 IES, a 15 de fevereiro de 2017, e atualmente envolve a participação de 30 IES portuguesas, é promovido pela Forum Estudante e tem a parceria da SECTES.

Esta grande adesão das IES, ao convite de se tornarem membros do ORSIES, pode ser entendido como uma tomada de consciência, da parte das mesmas, da importância e a relevância da dimensão social e o assumir do compromisso relativamente ao desenvolvimento da área da responsabilidade social no ensino superior.

Para qualquer organização, a responsabilidade social é, atualmente, um fator determinante para o desenvolvimento e bem-estar de todas as partes interessadas e um dever e uma obrigação para com a sociedade em geral, na gestão dos impactos das suas ações. Ser uma organização socialmente responsável é também um fator de excelência e de reconhecimento de toda a comunidade e uma oportunidade de melhoria contínua.

¹ Website: www.orsies.forum.pt

Deste modo, as IES têm um papel muito relevante pelo modo como podem contribuir para a melhoria das condições da sociedade, através do desenvolvimento da responsabilidade social, quer seja ao nível estratégico ou ao nível das práticas, ao nível da reflexão e investigação sobre o tema ou ao nível da formação e da educação de valores dos cidadãos.

Ainda, dado o elevado número de membros do ORSIES, permite que todo o processo de construção, discussão e partilha, seja coletivo, com vantagens para todos os membros, que beneficiam das aprendizagens sobre a gestão dos impactos das ações, que são comuns a todas as IES.



Assim, o ORSIES definiu como objetivos gerais para a rede de IES e outros parceiros:

- Promover a interação entre Ensino Superior/ Associações Empresariais e Empresas/ Instituições Públicas, para acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento de ações de responsabilidade social nas IES;
- Reforçar a consciência e a ação cívica da comunidade educativa das IES;
- Desenvolver ações comuns, partilhadas e com forte impacto social de RS nas/das IES;
- Partilhar metodologias, instrumentos, experiências e boas práticas;
- Desenvolver iniciativas de investigação-ação sobre RS que acrescentem valor através do conhecimento;
- Implementar diagnósticos e benchmarking nacional e internacional que permita criar e desenvolver novas estratégias de RS;

- Desenvolver indicadores de monitorização e impacto em torno da responsabilidade, valorizando quer a dimensão quantitativa, quer a qualitativa;
- Mobilizar outros stakeholders da comunidade, de âmbito nacional e local para a cooperação com as IES para a RS.

Durante cerca de um ano, o ORSIES através de um processo de co-construção entre as diversas IES portuguesas, elaborou o primeiro Livro Verde sobre “Responsabilidade social e instituições de ensino superior”², que foi lançado e apresentado no 2º Encontro Nacional sobre Responsabilidade Social e IES, realizado em Março de 2018.

Segundo Marques (ORSIES, 2018, p.11), este Livro Verde pretende assumir o objetivo de promover o debate e a consulta dos diversos *stakeholders* em torno de um determinado tema - a responsabilidade social das IES.



A estrutura do Livro Verde é baseada na tripla missão de uma IES - ensino, investigação e transferência de conhecimento (RJIES, 2007) - e na conceptualização de responsabilidade social universitária (RSU) na qual a universidade tem impactos na governança, formação, cognição e participação social (Vallaey, 2006).

O Livro Verde está organizado em quatro capítulos, de acordo com os quatro impactos propostos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009):

- 1) campus socialmente responsável** (incluindo 17 recomendações);
- 2) formação pessoal e profissional dos estudantes e relacionamento com *alumni*** (incluindo 13 recomendações);
- 3) gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento** (incluindo 8 recomendações) e;
- 4) participação social na comunidade** (incluindo 3 recomendações).

² Podem descarregar o PDF em <https://orsies.forum.pt/>

Cada capítulo apresenta um referencial teórico sobre os temas abordados e um conjunto de recomendações, principalmente para as IES, mas também para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Associações de Estudantes, organizações comunitárias e empresas, autarquias locais e rede ORSIES. Um quinto capítulo foi elaborado para apresentar os fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento da responsabilidade social nas IES.

Após a publicação do Livro Verde pelo ORSIES, as IES sentiram necessidade de elaborar um instrumento de autodiagnóstico que lhes permitisse avaliar e delinear as estratégias de implementação das recomendações do Livro Verde e, simultaneamente, ter uma ferramenta que possibilitasse promover boas práticas e analisar o nível de comprometimento da instituição com a RS.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho sobre Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (IRSIES), que durante o ano de 2019 se dedicou à reflexão, discussão e elaboração de um conjunto de indicadores, que respondesse às necessidades das IES e às recomendações do Livro Verde já referido. Em janeiro de 2020, realizaram-se as Jornadas ORSIES, onde os resultados do grupo de trabalho foram apresentados.

De seguida apresentaremos, o enquadramento que serviu de base à co-construção dos IRSIES.

Responsabilidade social das organizações e das IES

O tema da Responsabilidade Social é um assunto sobre o qual muito se tem falado nos últimos tempos. É positivo haver uma maior sensibilização para a RS, é positivo discutir-se sobre os diversos contextos das práticas de RS, é positivo partilharem-se diferentes visões e estratégias de RS, mas é negativo considerar-se que o assunto é a moda do momento, é insuficiente acreditar-se que realizar-se uma ação de voluntariado é ser-se socialmente responsável, é negativo pensar-se que a RS é uma área exclusiva de determinada área científica.

Procuraremos de seguida, apresentar o estado da arte da RS e especificamente da RS no ensino superior.

Responsabilidade social

A Comissão Europeia, em 2001, com o objetivo de “lançar um amplo debate e obter pontos de vista sobre a responsabilidade social das empresas a nível nacional, europeu e internacional” (Comissão Europeia, 2001, p. 7) publicou um Livro Verde “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”. Neste, destaca-se a importância do papel das empresas para um desenvolvimento sustentável, colocando como premissas da estratégia, gestão e operações de uma Empresa responsável, o crescimento económico, a proteção ambiental e a responsabilidade social. Torna-se evidente neste documento, uma visão da responsabilidade das empresas que para além da finalidade de alcançar lucros e do valor económico (que se pode entender como uma visão muito reducionista do papel de uma empresa), procura colocar no mesmo nível de importância, e daí concomitantemente com os objetivos económicos, os objetivos sociais e os objetivos ambientais.

Este Livro Verde apresentado pela Comissão Europeia, aborda a responsabilidade social das empresas como uma decisão voluntária das mesmas, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo.

A responsabilidade social das empresas abrange tanto uma dimensão interna como uma dimensão externa (Comissão Europeia, 2001). Ao nível da dimensão interna, as práticas socialmente responsáveis das empresas estão relacionadas, por exemplo, com a gestão dos recursos humanos, implicando essencialmente os trabalhadores e as práticas ambientalmente responsáveis, por exemplo, com a gestão dos recursos naturais,

afetando uma diminuição dos impactos ambientais. Relativamente à dimensão externa, a responsabilidade social de uma empresa envolve uma integração na comunidade local e um relacionamento ético e ecológico com outras partes interessadas, como clientes, fornecedores, parceiros comerciais, autoridades públicas e outras organizações, garantindo o respeito pelos direitos humanos e uma preocupação com os problemas ambientais globais.

Para uma abordagem integrada à RS das empresas, estas devem adotar uma sequência de etapas que lhes permita desenvolver um processo que envolva as diversas partes interessadas e implementar com sucesso procedimentos e práticas de RS. Para uma gestão integrada da RS, numa primeira fase, “as empresas começam por adotar uma declaração de missão, um código de conduta ou uma declaração de princípios, em que enunciam os seus objetivos, valores fundamentais e responsabilidades para com as diversas partes interessadas” (Comissão Europeia, 2001, p. 17). Na fase seguinte, as empresas devem colocar em prática e aplicar os seus valores fundamentais a toda a empresa, seja ao nível das estratégias até ao nível das decisões do dia a dia. A partir desta fase, a empresa aposta na reconversão de gestores e trabalhadores, para que as suas competências e decisões sejam baseadas na responsabilidade social assumida pela empresa e na ética empresarial.

O Livro Verde “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”, que agora faz 20 anos, foi um marco decisivo para a reflexão e debate ao nível europeu e internacional sobre a responsabilidade social das empresas. Este originou a estratégia da União Europeia para promover a RS das empresas, destinada às instituições europeias, aos Estados-Membros, aos parceiros sociais, às associações empresariais e de consumidores, empresas individuais e outros agentes interessados. Assim, em julho de 2002 esta é apresentada através de uma Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável (Comissão Europeia, 2002). Nesta, para além de uma síntese do processo de consulta sobre o Livro Verde relativo à RS das empresas, a estratégia europeia de promoção da RSE, inclui uma definição de RSE - “um conceito segundo o qual as empresas integram voluntariamente preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (p. 5), assume o reconhecimento crescente e a dimensão global da RSE, e aponta os princípios e as ações a seguir para a execução da estratégia.

As três principais características da RSE, de acordo com esta estratégia, incluem o comportamento adotado voluntariamente pelas empresas; o desenvolvimento sustentável, através da integração do impacto económico, social e ambiental nas operações das empresas; e, a forma como a empresa é gerida.

Do conjunto das sete propostas de ação indicadas pela Comissão, em 2002, destaca-se a ação "Promover o desenvolvimento de competências de gestão em RSE". Neste âmbito, há claramente por parte da Comissão uma chamada de atenção para a importância das instituições de ensino, a todos os níveis, estimulando a RS dos cidadãos, mas apelando fortemente ao estreito diálogo entre as empresas e as instituições de ensino, particularmente àquelas responsáveis pela formação de gestores e na formação na área da administração de empresas. São disponibilizados, nesta altura, apoios financeiros para a adaptação e modernização do ensino e da formação para promover a RSE.

No entanto, verificou-se que houve alguma inércia na aplicação da estratégia europeia para a RSE e em 2006, a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu, veio dar um novo apoio ao debate sobre a RSE, através da criação de uma Aliança Europeia no domínio da RSE.

O conceito de responsabilidade social das empresas (RSE) foi redefinido, em 2011, pela Comissão Europeia como a responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade. Esta surge no âmbito de uma nova estratégia da União Europeia para o período de 2011-2014 (Comissão Europeia, 2011). Nesta nova agenda, um dos aspetos considerados para contribuir para uma visão moderna da RSE e assumindo como compromisso integrar melhor a RSE na educação, formação e investigação. No programa de ação para 2011-2014, há, de novo, um incentivo aos estabelecimentos de ensino, nomeando os universitários, para integrarem a RSE, o desenvolvimento sustentável e a cidadania responsável nos programas de ensino. É, por outro lado, acrescentada a dimensão da investigação, nomeadamente a investigação universitária no domínio da RSE.



Figura 1: Cronologia da Responsabilidade Social na União Europeia

A Resolução do Parlamento Europeu, de 6 de fevereiro de 2013, sobre responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva, considera que existem bons resultados da ação europeia no domínio da RSE. Para esses resultados alcançados, destacam os contributos da criação da Plataforma Multilateral Europeia sobre RSE, a realização de diversos projetos-piloto e projetos de investigação e as atividades da antiga Aliança para as Empresas, bem como algumas organizações europeias de RSE.

Nessa Resolução, no seu ponto 1., o Parlamento Europeu “Reconhece que a comunicação da Comissão faz parte de um conjunto de declarações políticas que servem para que a RSE seja mais amplamente promovida, seja integrada nas políticas da UE e constitua um princípio bem estabelecido da ação europeia; requer que a Comissão e os Estados-Membros se baseiem na estratégia sobre a RSE 2014-2020 para tomarem medidas concretas destinadas a incentivar as empresas a empenharem-se na RSE”.

Apesar dos bons resultados atingidos, há ainda a necessidade de serem tomadas mais medidas de ação, de modo a que haja um maior empenho das empresas na RSE, uma vez que o Parlamento Europeu lamenta, no ponto 5., “que a RSE se mantenha essencialmente centrada em normas ambientais em detrimento das normas sociais”.

Há assim evidências, tornando-se claro, pela referência explícita nesta Resolução do Parlamento Europeu, que existe um desequilíbrio relativo à responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade, uma vez que as empresas que promovem práticas de RSE são em pequeno número e são grandes empresas, e estas, na sua maioria, apenas, contemplam os aspetos relacionados com os impactos ambientais.

Mais uma vez, no ponto 82. desta Resolução, as universidades são chamadas a contribuir para integrar a RSE, a gestão e a cidadania responsáveis nos programas de ensino e formação, dado que apenas uma minoria desenvolveu atividades para promover a RSE.

Em 2004, em Portugal, o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) publica um Guia Prático para a Responsabilidade Social das Empresas. É um primeiro passo, muito importante para a integração da RS na cultura das empresas.

Mais tarde, em 2013, o GRACE publica um estudo com a análise da situação de diversas entidades e de casos de sucesso em Portugal relativamente à responsabilidade social corporativa, intitulado “Olhar o Futuro - Uma nova reflexão sobre a responsabilidade social corporativa”.

Em 2014, o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) publica um Guia: Responsabilidade Social nas Pequenas e Médias Empresas (PME). A criação deste Guia foi o resultado da necessidade de criar conhecimento e do interesse das empresas na temática da RS. Nos conceitos chave enunciados nesse Guia, a responsabilidade social é descrita como as “responsabilidades da organização para com a sociedade e o meio ambiente. Um objetivo maior da responsabilidade social de uma organização deverá ser contribuir para o desenvolvimento sustentável” (GRACE, 2014, p.7).

Ainda, a publicação desse Guia para as PME surge também da constatação que a RS estava a ser promovida principalmente pelas grandes empresas, como já tinha sido referido também pela Comissão Europeia.

O GRACE neste Guia, apresenta um conjunto de fatores críticos para o sucesso da RS e recomenda envolver a gestão de topo, optar por um caminho e não tentar fazer todos, entender a dimensão interna da RS como prioritária, envolver os colaboradores, gerir as atividades, medir e avaliar os resultados, comunicar as práticas, e, envolver as partes interessadas. Todas estas recomendações são acompanhadas de exemplos práticos de como algumas empresas operacionalizam essas recomendações.

De modo a incentivar e sensibilizar os dirigentes de PME para a RS, neste Guia, propõem a realização de um questionário de autodiagnóstico. Esse questionário está dividido em cinco áreas de RS: Responsabilidade na Gestão, Responsabilidade pelos Colaboradores, Responsabilidade na Cadeia de Valor, Responsabilidade pela Comunidade, e Responsabilidade pelo Ambiente. Apresentamos de seguida alguns exemplos das perguntas e opções de resposta desse questionário de autodiagnóstico de RS.

A. Responsabilidade na Gestão

1. A empresa tem na base da sua estratégia princípios de transparência e ética, apresentados e partilhados de forma clara?

Sim Não Não sei / Não se aplica

2. A empresa tem definida a sua missão, visão, os seus valores, princípios éticos e regras de conduta numa Carta de Princípios ou Código de Ética?

Sim Não Não sei / Não se aplica

Figura 2: Excerto do Questionário de autodiagnóstico, área de Responsabilidade na Gestão (GRACE, 2014, p. 45)

B. Responsabilidade pelos Colaboradores

1. A empresa tem políticas ou medidas de promoção de igualdade de oportunidades e de não-discriminação?

Sim Não Não sei / Não se aplica

2. A empresa tem políticas ou medidas de promoção da conciliação da vida familiar e profissional (ex. horários flexíveis e trabalho à distância)?

Sim Não Não sei / Não se aplica

Figura 3: Excerto do Questionário de autodiagnóstico, área de Responsabilidade pelos Colaboradores (GRACE, 2014, p. 46)

C. Responsabilidade na Cadeia de Valor

1. A empresa considera na seleção dos seus fornecedores as suas práticas de sustentabilidade (ex. comércio justo, direitos humanos, condições dignas de trabalho)?

Sim Não Não sei / Não se aplica

2. A empresa avalia os seus fornecedores de acordo com as suas práticas de sustentabilidade? (ex. comércio justo, direitos humanos, condições dignas de trabalho)?

Sim Não Não sei / Não se aplica

Figura 4: Excerto do Questionário de autodiagnóstico, área de Responsabilidade na Cadeia de Valor (GRACE, 2014, p. 47)

D. Responsabilidade pela Comunidade

1. A empresa já fez uma análise dos seus impactos na comunidade local?

Sim Não Não sei / Não se aplica

2. A empresa tem fornecedores locais?

Sim Não Não sei / Não se aplica

3. A empresa tem mecanismos para identificar as necessidades da comunidade local?

Figura 5: Excerto do Questionário de autodiagnóstico, área de Responsabilidade pela Comunidade (GRACE, 2014, p. 48)

E. Responsabilidade pelo Ambiente

1. A empresa tem procedimentos de redução de energia?

Sim Não Não sei / Não se aplica

2. A empresa tem procedimentos de redução, reutilização e reciclagem de resíduos?

Sim Não Não sei / Não se aplica

Figura 6: Excerto do Questionário de autodiagnóstico, área de Responsabilidade pelo Ambiente (GRACE, 2014, p. 49)

Entre 2014 e 2018, o GRACE dedica-se a refletir e trabalhar com as empresas associadas, a temática da RS em áreas específicas, como por exemplo o Turismo, os transportes rodoviários de mercadorias e passageiros, nas instituições financeiras, nas sociedades de advogados, e, nas entidades públicas.

Também em 2018, o GRACE publica um Guia intitulado “Responsabilidade Social Interna nas Empresas”, onde aborda a dimensão interna da RS nas empresas.

Torna-se evidente, que na Europa e em Portugal, há uma preocupação com a RS, com a responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade e um esforço de diversos organismos na sensibilização, junto de diversas empresas, para a importância da implementação de medidas de RS, nas vantagens de se considerar a RS e no detalhar dos passos a tomar para que a RS se torne uma realidade.

O conceito de RS, apesar de ter tido origem na esfera empresarial, tem sido, assim, aplicado a outros tipos de organizações, com as devidas adaptações, e as IES não são exceção.

Responsabilidade social no ensino superior

No contexto do ensino superior, até agora, existem duas áreas distintas, mas que se sobrepõem: o domínio da responsabilidade social e o domínio da sustentabilidade.

Por um lado, com base no Triple Bottom Line, a RSE aposta nas questões sociais, ambientais e econômicas no mesmo nível de compromisso.

Do outro lado, a noção de sustentabilidade empresarial, que utiliza o Modelo dos Três Pilares - ambiental, social e econômico, que costuma ser denominado planeta, pessoas e lucros.

O conceito de desenvolvimento sustentável e educação, no que diz respeito às universidades, tornou-se mais importante a partir de 2005, após a Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Conferência “Committing university to Sustainable Development” (Lukman, & Glavic, 2007).

Partindo do pressuposto de que existem diferenças, mas também complementaridades, entre o conceito de responsabilidade social e sustentabilidade, as autoras consideraram ambos no desenvolvimento do instrumento de autoavaliação das RS das IES. Ainda, considera-se que a responsabilidade social deve ser sustentável, podendo ser chamada de responsabilidade social sustentável.

Embora a literatura aplicada às IES seja bastante dispersa, nos últimos anos tem havido uma maior produção de conhecimento em torno da sustentabilidade, quando comparada à responsabilidade social, em particular com o desenvolvimento e discussão em torno do conceito de ensino superior sustentável ou universidade sustentável.

O debate da Responsabilidade Social Universitária (RSU) tem sido feito principalmente na América Latina (Ribeiro & Magalhães, 2014) e refere-se ao compromisso da universidade no desenvolvimento para a promoção humana, para a superação dos problemas sociais, para a construção de valores e princípios éticos, e para a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

Relataram a importância para o campo da responsabilidade social universitária a publicação, em 2006, do número 36 da Revista Estudos, periódico da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, com o objetivo de estimular a discussão sobre ética e responsabilidade social universitária. Essa edição apresenta seis artigos de diferentes especialistas da América Latina. Um desses especialistas é François Vallaey (2006), e no seu artigo o autor apresentou as quatro linhas de ação da RSU: gestão interna da universidade, docência, pesquisa e projeção social.

O comunicado adotado na Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social” (UNESCO, 2009), destaca a forma como o ensino superior contribui para se alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Este comunicado aborda a RS da Educação superior, enquanto gerador de conhecimento para os desafios mundiais, promotor do desenvolvimento sustentável, educador de cidadãos éticos, construtores da paz e defensores dos direitos humanos.

Na Europa, o relatório final do projeto EU-USR "University Social Responsibility in Europe" definiu a RSU como a "responsabilidade das universidades pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, através de estratégias transparentes e éticas" (Dima et al., 2015, p. 5). O projeto procurou apresentar um Quadro de Referência Comunitário para a Responsabilidade Social da Universidade para todo o Espaço Europeu de Ensino Superior, propondo os quatro seguintes padrões de referência para a RSU:

- Investigação, Ensino, Apoio à Aprendizagem e Envolvimento Cívico (inclui 11 critérios);
- Governança (inclui 10 critérios);
- Sustentabilidade Social e Ambiental (inclui 8 critérios); e,
- Práticas Justas (inclui 11 critérios).

Este projeto identificou 40 práticas de RSU em 15 países da União Europeia. Da análise levada a cabo, tendo como referencial base as dimensões de RS da norma ISO 26000, concluíram que a prática mais frequentemente se incluía na dimensão "envolvimento e desenvolvimento da comunidade" (10 práticas); em segundo lugar, surge a prática na dimensão "meio ambiente" (9 práticas); e, por ordem decrescente, as seguintes práticas: "direitos humanos" (8 práticas), "governança organizacional" (7 práticas), "práticas laborais", "práticas justas de operação", "questões de consumo" e "políticas relacionadas com a igualdade de género". Ainda, três IES dispunham de unidades curriculares de RS Corporativa nos seus cursos.

Porém, a equipa do referido projeto ao analisar os padrões de referência para a RSU, conclui que estes ou são demasiado genéricos ou demasiado complexos. Ainda, referem que dos poucos padrões de referência específicos para a RSU, a maioria aborda a dimensão ambiental e negligenciando a dimensão social.

De acordo com a opinião de especialistas e *stakeholders*, os três passos essenciais para a implementação de políticas e práticas de RSU são: i) Conhecer, ii) Sensibilizar e convencer, e, iii) Comprometer-se e envolver-se (Dima et al., 2015). Ainda para estes, as principais barreiras e facilitadores para uma estratégia de RSU envolvem, a falta de recursos financeiros e a importância de envolvimento de todos os *stakeholders*, respetivamente. Apresentamos em baixo, os principais facilitadores e barreiras encontrados.

Principais Facilitadores	Principais Barreiras
Canais de cooperação e de comunicação	Falta de recursos económicos
Predisposição e envolvimento pessoais	Falta de sistemas de monitorização e avaliação interna
Coordenação	Formalismo e burocracia excessivos
Planos estratégicos	Baixos níveis de democracia
Acesso público à informação	Falta de cultura organizacional
Programas de empreendedorismo	Escasso apoio institucional aos estudantes

Figura 7: Principais facilitadores e barreiras da RSU (Dima et al., 2015, p. 10)

Com o intuito de contribuir para construção de um quadro de análise das diferentes abordagens e perspetivas que analisam o conceito de RSU, o caso de Espanha (Gaete, 2011), é analisado de acordo com três perspetivas de RSU: gestão, transformativa e normativa. Este autor - Ricardo Gaete Quezada, da Universidade de Antofagasta, Chile - define a RSU como a obrigação dos gestores universitários para promover políticas institucionais para tomar decisões ou seguir linhas de ação desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade. O autor concluiu que as iniciativas de RSU em Espanha se centram sobretudo nas abordagens de gestão e normativa, ao mesmo tempo que se destacam as ações de voluntariado e cooperação para o desenvolvimento típicas da abordagem transformadora.

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Perspetiva / Abordagem	Descrição	Alguns expoentes	Objetivo principal	
Gestão ou Diretiva	Essas posições preocupam-se em analisar o impacto do trabalho universitário na sociedade, especialmente por meio da prestação de contas de suas ações e decisões aos seus públicos de interesse.	Associação Europeia de Universidades	Maior interação e participação dos stakeholders na gestão das universidades	
	Relatório Bricall (2000)	Prestação de contas à sociedade		
	Vallaeys et al. (2009) Prestação de contas à sociedade Gestão responsável dos impactos da universidade	Gestão responsável dos impactos da universidade		
Transformacional	São orientados a verificar a contribuição do trabalho universitário para o debate e reflexão necessários para alcançar uma sociedade mais sustentável e justa.	Formação	Aprendizagem e Serviço	Formação de cidadãos responsáveis, transformação social
		Investigação	UNESCO (1998, 2009)	Responsabilidade da universidade na produção de conhecimento científico socialmente exigido
			Gibbons et al. (1997)	Enfatiza a incorporação de múltiplos atores ao processo e uma consciência social dos problemas a serem investigados
		Liderança Social	Kliksberg (2009)	Liderança ética da universidade, participação no debate sobre as questões sociais
			Chomsky (2002).	Papel reflexivo, crítico e positivo na sociedade
		Compromisso e Ação Social	Cooperação universitária para o desenvolvimento	Transferir capacidades e conhecimentos para países em desenvolvimento
Multiversidade	Respostas académicas às crescentes expectativas sociais sobre o seu trabalho			
Normativa	Desenvolvimento de marcos de valores da universidade como eixo normativo para fazer o correto na vida em sociedade, por meio do estabelecimento de redes universitárias nacionais ou globais em torno da responsabilidade social. Global Compact PRME.	Corporación Participa (2001).	Transmissão dos valores universitários para a sociedade	
		Princípios de responsabilidade global.		
	Declaração de Talloires (2005). Princípios de responsabilidade global. Fortalecimento das responsabilidades sociais e cívicas do ensino superior.	Fortalecimento das responsabilidades sociais e cívicas do ensino superior.		

Figura 8: Diferentes abordagens para a RSU (Gaete, 2011, p. 113)

Na Figura 8 apresentada anteriormente, a relação entre as abordagens ou perspetivas da RSU (Gaete, 2011) reside no facto de que a perspetiva transformacional estabelece as principais diretrizes do comportamento socialmente responsável para o trabalho universitário (o quê), enquanto as perspetivas de gestão e normativa estabelecem as formas pelas quais as universidades expressarão esse comportamento (o como), orientadas por dois dos mais importantes princípios norteadores da responsabilidade social a nível conceitual: a transparência e a participação.

Ainda se considera importante destacar que estas perspetivas teóricas da RSU não se apresentam isoladamente ou desvinculadas das propostas ou projetos desenvolvidos por cada IES, podendo coexistir uma ou mais das referidas orientações nas políticas ou estratégias de RSU desenvolvida por cada IES (Gaete, 2011).

Na perspetiva de gestão, a visão da RSU procura analisar o impacto das ações universitárias nos seus *stakeholders*. Um exemplo desta abordagem é a introdução na gestão universitária da elaboração de relatórios RSU, para dar conta do impacto das ações realizadas, geralmente com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A RSU definida a partir dos impactos gerados das ações das IES como propõe François Vallaeys enquadrar-se também nesta perspetiva de gestão.

Na perspetiva transformacional da RSU, Gaete (2011) classifica as diferentes iniciativas em quatro áreas: formação, investigação, liderança social e compromisso social. Relativamente à formação, os processos de formação baseados em modalidades de Aprendizagem e Serviço favorecem diretamente a preparação dos estudantes para a inserção na sociedade como cidadãos responsáveis e, ao mesmo tempo, contribuem para o seu desenvolvimento sustentável, para além da aquisição de competências profissionais.

O ORSIES também se dedica à sensibilização dos seus membros para a importância da Aprendizagem e Serviço, tendo sido constituído um Grupo de Trabalho de modo a promover a sua adoção pelas IES Portuguesas.

A perspetiva normativa da RSU, propõe a aplicação de um conjunto de valores e princípios desenvolvidos a partir da universidade, com o propósito de os contrastar com os valores da sociedade e realizar um processo de transferência e troca. Um exemplo no Chile, referido por Gaete (2011), é a Corporación Participa que constitui um consórcio de universidades de todo o país denominado "Universidad Construye País", segundo o qual a RSU foi definida como a capacidade da Universidade de disseminar e colocar em prática um conjunto de princípios e valores através da gestão, ensino, investigação e extensão, respondendo socialmente à própria comunidade universitária e ao país no qual está inserido. Um outro exemplo desta abordagem, é a proposta do Global Com-

pact – Principles for Responsible Management Education (PRME), que está estruturada com base em seis princípios, especialmente formulados para o trabalho das IES: finalidade, valores, método, investigação, «parceria» e diálogo.

Numa comparação entre 15 universidades públicas portuguesas e 27 universidades públicas brasileiras, através da análise dos respetivos estatutos (Ribeiro & Magalhães, 2014), foi adotado o conceito de RSU nas dimensões de desenvolvimento como promoção social e cultural, desenvolvimento sustentável e fortalecimento económico. Estes autores definem a RSU como um “conjunto de ações coletivas da universidade em prol do desenvolvimento da comunidade e também de seus pares diretos, é um conceito multifacetado porque está diretamente atrelado ao modelo de universidade e à forma como esta se organiza enquanto instituição, ou seja, como está constituído o *ethos* académico e a governança” (p. 135). Na Figura apresentada em baixo, pode-se verificar quais os resultados encontrados neste estudo, relativamente ao nível de preocupação das universidades portuguesas de acordo com as quatro dimensões do desenvolvimento.

Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU

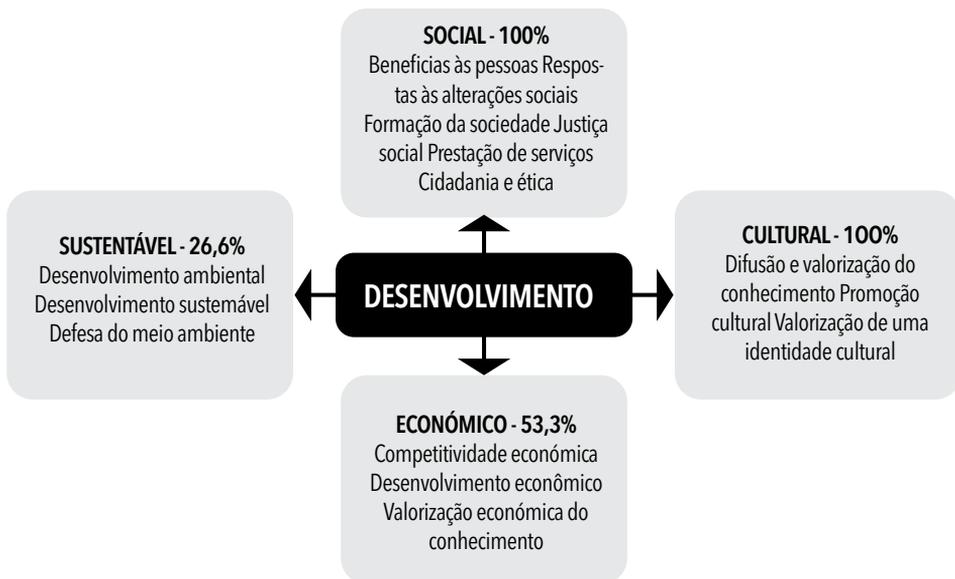


Figura 9: Nível de preocupação das IES portuguesas quanto à dimensão do desenvolvimento advindo da educação superior (Ribeiro & Magalhães, 2014, p. 147)

Todas as IES que participaram neste estudo, revelam, nos seus estatutos, preocupações quanto à dimensão do desenvolvimento social e cultural. Há uma minoria que demonstra preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Importa agora que as IES portuguesas continuem a demonstrar explicitamente nos seus documentos e planos estratégicos, o compromisso com a Responsabilidade Social. Mas é necessário ir mais além, é necessário que haja uma tomada de consciência e que sejam considerados os impactos de todas as suas ações, ou seja, que assumam o compromisso sobre os efeitos coletivos das ações de diversos atores.

A partir desta noção de que as IES portuguesas, ainda necessitam de analisar e incorporar a responsabilidade social em todas as áreas da universidade, envolvendo todos os membros da comunidade académica e todos os *stakeholders* internos e externos, de modo a minimizarem os impactos negativos e a promoverem os impactos positivos, para um desenvolvimento sustentável e para a transformação social.

Com base em modelos de RSU e nas práticas das IES, Mohamed (2015) propõe uma estrutura para a Responsabilidade Social Universitária e Sustentabilidade. Na figura em baixo, observa-se que esta estrutura proposta integra a responsabilidade social com a gestão estratégica através do estabelecimento e manutenção da visão, missão, valores, objetivos e sistemas de gestão; elaboração de políticas; provisão de ações; avaliação de serviços e desenvolvimento de colaboração social com os *stakeholders* para atender às necessidades atuais e futuras da comunidade e do meio ambiente. A estrutura faz a ligação entre diferentes *stakeholders* internos e externos, usando ferramentas de comunicação e relatórios.

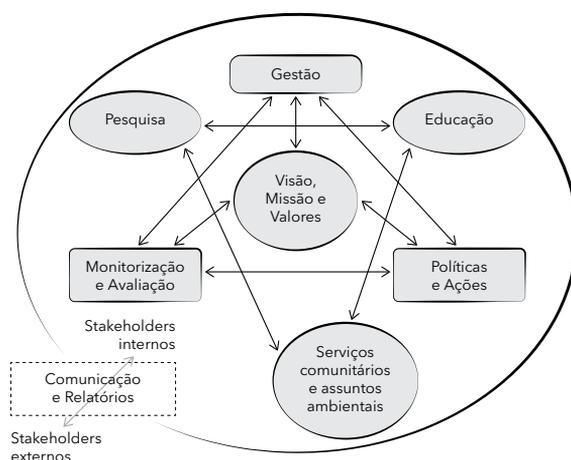


Figura 10: Modelo proposto da estrutura de RSU & Sustentabilidade (Mohamed, 2015, p. 2410)

A ferramenta dos Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (IRSIES), que apresentamos nesta publicação, é a resposta que pretendemos dar à necessidade de promover a RS nas IES portuguesas, analisando, comunicando, ligando todos os stakeholders e reportando os impactos de todas as ações das IES:

- Impactos organizacionais. O comportamento organizacional e a forma responsável como a IES gere os processos organizacionais, tendo como base práticas democráticas e éticas, o respeito pelos direitos humanos, a valorização das relações laborais e da sustentabilidade ambiental.
- Impactos educativos. O compromisso da IES em formar cidadãos socialmente responsáveis.
- Impactos cognitivos. A investigação promovida, desenvolvida e difundida pela IES articula os princípios da ciência aberta, transdisciplinaridade e envolvimento da comunidade.
- Impactos sociais. A relação entre a IES e a comunidade envolvente proporcionam processos de desenvolvimento sustentável e transformação social.

Assim, a RSU encontra um novo fôlego na revisão da Magna Charta Universitatum. O documento foi originalmente assinado por 388 reitores e diretores de IES de toda a Europa, em 18 de setembro de 1988, no 900º aniversário da Universidade de Bolonha. Estes Princípios foram renovados em 2020 face aos atuais desafios.

De acordo com o Magna Charta Universitatum Observatory, a razão desta nova declaração prende-se com as grandes mudanças no mundo e nas universidades, desde 1988, que exigem que a academia identifique responsabilidades e compromissos que os signatários concordam ser vitais para as universidades em todo o mundo no século XXI. Apesar dessas mudanças, o potencial do ensino superior ser um agente positivo de mudança e transformação social subsiste. Os Princípios, Valores e Responsabilidades de 2020 são apresentados de seguida.

Ao assinar a Magna Charta Universitatum 2020, as universidades declaram seu compromisso com a declaração original e com a defesa e o avanço dos Princípios, Valores e Responsabilidades mencionados acima, para fortalecer o papel das universidades na preservação do planeta e na promoção da saúde, prosperidade e esclarecimento à volta do mundo.

Tradução do original (versão original no Anexo III):

Princípios, valores e responsabilidades

As universidades reconhecem que têm a responsabilidade de se envolver e responder às aspirações e desafios do mundo e das comunidades que servem, para beneficiar a humanidade e contribuir para a sustentabilidade.

A autonomia intelectual e moral é a marca de qualquer universidade e uma pré-condição para o cumprimento das suas responsabilidades para com a sociedade. Essa independência precisa ser reconhecida e protegida pelos governos e pela sociedade em geral, e defendida vigorosamente pelas próprias instituições.

Para cumprir o seu potencial, as universidades exigem um contrato social de confiança com a sociedade civil, que apoie a procura da mais alta qualidade possível do trabalho acadêmico, com o pleno respeito pela autonomia institucional.

À medida que criam e disseminam conhecimento, as universidades questionam dogmas e doutrinas estabelecidas e incentivam o pensamento crítico em todos os alunos e acadêmicos. A liberdade acadêmica é a sua força vital; a investigação aberta e o diálogo são o que a alimenta.

As universidades cumprem o seu dever de ensinar e realizar investigação de forma ética e com integridade, produzindo resultados confiáveis, fidedignos e acessíveis.

As universidades têm um papel cívico e responsabilidade. Elas integram redes globais de investigação científica e de conhecimento, construindo áreas de conhecimento partilhadas e contribuindo para o seu desenvolvimento futuro. Elas também estão inseridas nas culturas locais e são crucialmente relevantes para o seu futuro e enriquecimento. Enquanto estão imersas e conectadas aos desenvolvimentos globais, elas envolvem-se totalmente e assumem papéis de liderança nas comunidades e ecossistemas locais.

As universidades são espaços não discriminatórios de tolerância e respeito, onde prospera a diversidade de perspectivas e onde prevalece a inclusão, ancorada em princípios de equidade e justiça. Portanto, elas comprometem-se a promover a equidade e a justiça em todos os aspetos da vida académica, incluindo práticas de admissão, contratação e promoção.

A educação é um direito humano, um bem público e deve estar ao alcance de todos. As universidades reconhecem que a aprendizagem é uma atividade para toda a vida, com a educação superior como parte de um continuum. Dentro dessa parte, as universidades atendem a diversos estudantes em todas as fases das suas vidas.

As universidades reconhecem que os indivíduos e as comunidades, muitas vezes devido a circunstâncias injustas, têm dificuldade em aceder ao ensino superior ou em influenciar a forma e as matérias do estudo académico. Para realizar o potencial humano em toda a parte, as universidades procuram deliberadamente maneiras de acolher e de se envolverem com diversas vozes e perspectivas.

Figura 11: Princípios, Valores e Responsabilidades da Magna Charta Universitatum 2020, aprovada em 12 de março



Modelo de Responsabilidade Social Universitária

Eixos e metodologia de atuação

O Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (RSIES), elaborado pelo ORSIES – Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES, 2018) assenta primordialmente no referencial do investigador francês, François Vallaeys (Vallaeys, Cruz & Sasia, 2009). Este referencial apresenta dois grandes contributos:

- Uma grelha de análise dos eixos de atuação de uma instituição de ensino superior (IES) no século 21 [*o que é a responsabilidade social aplicada a instituições de ensino superior*];
- Uma metodologia de atuação para um compromisso duradouro com a responsabilidade social [*como se estabelece um compromisso com a responsabilidade social numa instituição de ensino superior*].

O modelo identifica **quatro eixos ou âmbitos de atuação** válidos para qualquer instituição de ensino superior (IES), a saber: organizacional, educativo, do conhecimento e social. No âmbito organizacional colocam-se as questões relativas à estrutura e funcionamento da entidade, as políticas que promove, os recursos que dispõe, os resíduos que gera e os comportamentos que valoriza. Já no âmbito educativo encontramos as políticas e práticas na formação profissional, mas também cívica, dos estudantes e no âmbito do conhecimento, acolhem-se as orientações para a produção, difusão e aplicação do conhecimento gerado na investigação científica. Por fim, o âmbito social clarifica que das IES se espera um papel interventivo na sociedade, em interligação com os demais atores.

Estes quatro eixos, embora abrangendo aspectos próprios, devem ser percebidos de forma articulada e interdependente, pondo em destaque as mais valias e os ganhos mútuos para qualquer um destes e para o todo. Sobretudo, esta articulação está alinhada com a potencial inovação que daí decorre e que vai retroalimentar cada um dos eixos. No quadro abaixo, destacam-se os principais fluxos entre os quatro âmbitos e sublinham-se as sinergias criadas:

Organizacional	Educativo	Os valores e a conduta organizacional como referência na formação dos estudantes O exercício da participação dos estudantes no governo das IES
Organizacional	Do conhecimento	Condições para promoção de uma investigação colaborativa, inclusiva e relevante Valorização da organização ao incorporar os resultados mais atuais da investigação
Organizacional	Social	A IES enquanto agente ativo e de valorização da sociedade A comunidade enquanto stakeholder relevante para a IES
Educativo	Do conhecimento	Valorização da formação ao incorporar os resultados mais atuais da investigação Iniciação dos estudantes à investigação científica
Educativo	Social	Adaptar a formação às exigências da sociedade Promover a participação e envolvimento em projetos comunitários
Do conhecimento	Social	Investigar temas e problemas relevantes para a sociedade Envolver as comunidades no desenho da investigação científica

O modelo preconiza ainda uma **metodologia de atuação** que se orienta pela mesma visão holística do que é e do que se espera de uma IES. Esta metodologia propõe-se integrar a RS na reflexão estratégica da IES e proporcionar uma trajetória que se desenrola no tempo. Dessa perspetiva, obtemos as seguintes indicações:

- retira as lições aprendidas no passado,
- articula com a atuação presente e
- segue uma orientação clara do que pretende ser a IES no futuro. Podemos concluir que esta metodologia tem uma base reflexiva importante que vem proporcionar uma tomada de consciência e uma apropriação do *ser IES socialmente responsável* por toda a comunidade académica.

As quatro etapas propostas na metodologia são as seguintes: compromisso, autodiagnóstico, cumprimento e prestação de contas. Na primeira etapa, a IES inscreve a RS no seu projeto institucional de forma transversal e abrangendo os quatro eixos antes referidos. Deste modo, a RS vai suscitar as trocas entre ganhos e benefícios de cada eixo e vai beneficiar dessa mesma visão total e interdependente da IES. Este ganho será traduzido na própria revisão da missão da IES assim como dos valores que a orientam,

que são reescritos para uma melhor concretização da RS. Assim se garante que a RS se constitui como base para entender a razão de ser da IES.

A partir desta nova posição, o segundo momento da metodologia aponta para a necessidade de dotar a IES de um conhecimento aprofundado das suas práticas, dos resultados obtidos e da incorporação dos mesmos no processo de melhoria contínua da instituição. São apresentadas diferentes abordagens para o autodiagnóstico, tanto de natureza qualitativa como quantitativa. Entende-se que este conhecimento é fundamental para o desenho de planos de ação concretos e seguindo as mesmas linhas diretrizes.

Deste modo, a IES pode avançar para o terceiro momento - cumprimento - onde implementa ações de acordo com os objetivos previamente definidos e as prioridades de atuação que se evidenciaram a partir dos dois passos anteriores. Para concluir o ciclo, o último passo providencia a necessária avaliação dos resultados obtidos para uma subsequente incorporação das melhorias obtidas. Assim, a IES presta contas a todos os envolvidos e afetados pela sua ação e reinicia novo ciclo de processo de melhoria contínua, a partir de um novo ponto de partida.

Em síntese, a metodologia preconizada por Vallaeys et al. (2009) descreve um processo nunca terminado mas onde cada etapa se propõe melhorar a anterior e aprofundar o compromisso da IES com a RS:

Compromisso	Inscrição da RS no projeto institucional da IES, articulando com a sua missão e identificando os valores de atuação em sintonia. Fixar este compromisso implica uma <i>revisão da missão da IES</i> para um total alinhamento com a RS
Autodiagnóstico	Obtenção de um conhecimento aprofundado da IES nos seus quatro eixos de atuação Identificar as prioridades de atuação, <i>a partir da missão revista que se assumiu</i> : Como estamos? O que podemos fazer? O que queremos fazer?
Cumprimento	Agir de forma planeada e a partir do conhecimento obtido no momento anterior <i>Consolidar a missão da IES em torno da RS</i> a partir de ações estratégicas e prioritárias
Prestação de contas	Sintetizar, comunicar, partilhar e incorporar os resultados alcançados Para <i>rever a missão da IES</i> e reforçar o compromisso com a RS

A noção de impacto

O modelo que Vallaeys et al (2009) propõem está estruturado em torno da noção de impacto, dos diferentes impactos que as IES geram, quer em quem nelas coabita, quer na sua envolvente. Os autores estruturam o modelo da Responsabilidade Social Universitária (RSU) em torno de quatro eixos, respetivamente: Campus responsável, Formação profissional e cidadã, Gestão social do conhecimento e Participação social.

Tendo em consideração da tripla missão de uma IES, Vallaeys et al., (2009) identifica então quatro grandes impactos, em torno dos quais vai estruturar o seu modelo, a saber, os impactos organizacionais, educativos, cognitivos e sociais:

Campus responsável	Impactos organizacionais
Formação profissional e cidadã	Impactos educativos
Gestão social do conhecimento	Impactos cognitivos
Participação social	Impactos sociais

Os impactos educativos e cognitivos são exclusivos das organizações dedicadas à formação de nível superior. Já os impactos organizacionais e sociais podem ser entendidos como território comum de qualquer organização, independentemente da área ou setor onde atua, embora possam conter especificações próprias no seu detalhe.

Cada eixo vai responder a um conjunto de preocupações (a partir de Vallaeys et al., 2009):

Campus responsável	Como organizar a IES de modo a que esta seja social e ambientalmente responsável? <i>Direitos Humanos, Orientação ética, Relações laborais, Qualidade, Saúde e Segurança e Mapeamento/Comunicação com os stakeholders</i>
Formação profissional e cidadã	Como organizar a IES de modo a formar cidadãos responsáveis e promotores de um modelo de desenvolvimento sustentável e centrado nas pessoas? <i>Cidadania ativa, Desenvolvimento curricular, Sucesso académico e Empregabilidade</i>
Gestão social do conhecimento	Como organizar a IES para que produza conhecimento socialmente relevante e benéfico para a comunidade? <i>Investigação colaborativa, Difusão do conhecimento, Ciência aberta e orientação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i>
Participação social	Como organizar a IES para que interaja permanentemente com a sociedade e promova um desenvolvimento sustentável? <i>Redes e parcerias, Intervenção social e Prestação de serviços</i>

Entenda-se, como afirma Vallaeys (2017: 167) que “[o]s impactos significam riscos, riscos de não cumprir bem com a nossa missão universitária, riscos de sermos incongruentes

entre o que declaramos que somos (universitários comprometidos com a sociedade e a excelência) e o que na realidade fazemos [...]”. Assim, o facto de centrar o seu modelo em torno das consequências da ação (os impactos) permite uma percepção holística do âmbito de atuação de cada IES, identificando resultados positivos e negativos, para reforçar os primeiros e aprender com os segundos, atenuando ou eliminando-os. Ter a noção dos impactos gerados implica adquirir uma prática de vigilância e atenção permanentes. Que, por sua vez, só se obtém quando há uma prática de autoavaliação e de questionamento dentro da organização. Permite ainda antecipar cenários de atuação, dilemas que possam surgir e elencar recomendações de atuação para superação.

Para potenciar os impactos positivos, importa identificar as condições para que estes aconteçam em contexto de atuação de uma IES e em cada um dos eixos acima apresentados (a partir de Vallaeys et al., 2009; Vallaeys, 2017):

Campus responsável	Dotar a IES de um sistema de gestão ético e transparente Adotar boas práticas laborais, que valorizem o contributo de cada um, fomentem o sentido de serviço e que promovam o crescimento pessoal e profissional Adotar boas práticas ambientais e promover uma educação promotora de uma maior harmonização com a defesa do planeta e dos seus recursos
Formação profissional e cidadã	Preparar os futuros profissionais para uma cidadania responsável e solidária e para um exercício profissional centrado nas pessoas e no serviço Fomentar a aquisição de aprendizagens significativas e socialmente relevantes Desenhar os <i>curricula</i> em sintonia com as necessidades de desenvolvimento e de valorização do(s) contextos(s) de atuação e intervenção e com as necessidades das sociedades modernas
Gestão social do conhecimento	Promover e valorizar a inter e a transdisciplinaridade Adotar uma investigação socialmente responsável Reforçar a pertinência social no desenho da investigação aplicada
Participação social	Proporcionar contextos e comunidades de aprendizagem inclusivas Promover redes e parcerias com benefícios mútuos de valorização da missão da IES e das comunidades envolventes

Modelo de Vallaeys: para um novo paradigma das IES

Em súpula, e para uma minimização dos efeitos negativos que a IES pode gerar, torna-se determinante dotar a IES de (a partir de Vallaeys, 2017):

- uma boa governança (orientado por princípios éticos e de respeito pelos direitos humanos nas relações com os diferentes corpos mas também nas opções com implicações ambientais);
- um diálogo com as partes interessadas (orientado pela preocupação de promover a participação, prestar contas e estimular a transparência e recolher o feedback, para uma maior abertura ao exterior);

- uma prática de auto-dignóstico sobre os impactos gerados, sociais e ambientais (orientado pela preocupação com o processo de tomada de consciência como fundamental para que possa haver uma ação consentânea);
- e uma valorização das múltiplas redes e parcerias que podem congregam esforços, orientadas para o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, no entendimento que “[o]u a responsabilidade social é “social”, quer dizer de e entre todos, ou falamos de uma responsabilidade ‘individual’ (pessoal ou de uma organização em particular) e então trata-se de uma simples responsabilidade moral e/ou jurídica” (idem: 170).

Para um novo paradigma das IES

As linhas de atuação subjacentes a cada um destes pontos orientaram a elaboração das recomendações constantes do Livro Verde (ORSIES, 2018). Pelos mesmos motivos, devem ser estas as linhas diretrizes para a elaboração da ferramenta complementar (embora a sua aplicação se situe a montante da utilização do próprio Livro Verde) para autodiagnóstico e autoavaliação das práticas já existentes em cada IES e que se apresentam em coerência e convergência com uma atuação socialmente responsável.

A importância de dotar as IES de um Livro Verde e de indicadores de desempenho em consonância ilustra a intenção de aplicabilidade que desde o primeiro momento esteve subjacente ao processo. Pretendia-se proporcionar às IES meios apropriados a um desempenho socialmente responsável, partindo do pressuposto que esta é uma aprendizagem que se faz de forma incessante e com uma orientação para a melhoria contínua. Para pôr em prática as Recomendações emanadas do Livro Verde pressupõe-se que a IES tem um conhecimento aprofundado sobre o que já faz em todas as áreas.

A Responsabilidade Social aplicada às IES indica-nos que estamos perante um novo paradigma que entende a IES enquanto ator social relevante na sua comunidade e na sociedade em geral, não apenas assumindo o somatório de funções/missões (designadamente, formação, investigação e divulgação) mas enquanto agente de mudança e de transformação. Este paradigma pode ser compreendido a partir da Recomendação Rec (2007) 6 do Conselho da Europa segundo a qual “[a]s instituições de ensino superior, ao exercer a sua autonomia, podem atender às múltiplas expectativas da sociedade e cumprir os seus objetivos diversos e importantes” (CE, 2007, ponto 5.) Neste sentido, podem (e devem) desempenhar um papel chave na evolução e na manutenção de uma cultura democrática, contribuindo para a coesão social e para o desenvolvimento sustentável da Europa. De forma alinhada, encontramos ainda as Linhas Orientadoras para Garantia

da Qualidade no Ensino Superior (ESG, 2015) onde se lê que “[d]ado o desejo de que as sociedades europeias se tornem cada vez mais baseadas no conhecimento, o ensino superior é uma componente essencial do desenvolvimento socioeconómico e cultural”.

Para estes novos desígnios, as IES assumem um posicionamento e uma orientação estratégica, a qual imprime uma cadência e uma intensidade de intervenção social e societal. Deste modo, a visão abarca uma gestão integrada que abre as portas da academia à sociedade, deixando esta de ser o “exterior”, algo que está fora e onde se intervéem pontualmente, para passar a ser o meio de imersão que proporciona a interação sinérgica entre todas as áreas de atuação. Assim, “[u]ma das responsabilidades éticas e sociais da Universidade é gerir-se como uma comunidade socialmente exemplar (que segue valores democráticos e ecológicos e que cumpre com critérios de qualidade social e ambiental), o que permitirá aos alunos beneficiar de uma dupla fonte de aprendizagem: o aluno aprende na Universidade a ser um profissional [de uma determinada área] mas também aprende com os hábitos e valores de cidadania da Universidade” (Vallaey, 2006: 6).

Para a IES, assumir a Responsabilidade Social (RS) como novo paradigma de orientação da gestão implica reconhecer:

- que as IES geram impactos determinantes nas sociedades onde estão inseridas e devem responsabilizar-se pela qualidade desses mesmos impactos assim como garantir que a sociedade retira os devidos benefícios desses mesmos impactos;
- que as IES, enquanto sistema aberto, estão inseridas numa constelação de interesses, provenientes dos diferentes *stakeholders*, que são legítimos e que afetam o rumo assumido, pelo que o principal desafio se centra na construção de sistemas de comunicação que permitam o envolvimento de todos os *stakeholders* na estratégia da IES.

Note-se que a adoção da terminologia de *stakeholder* ou partes interessadas implica reconhecer que não se trata apenas dos interlocutores tradicionais - a saber corpo docente/investigadores, não docente e estudantes - mas que acolhe uma diversidade muito mais alargada de agentes que têm de alguma forma um vínculo à IES e onde se encontra a comunidade vizinha, os órgãos de comunicação social, as associações profissionais ou os agentes culturais, a título de exemplo.

Veja-se ainda que uma outra consequência da IES se entender enquanto sistema aberto, em trocas e transações permanentes, influenciando e sendo influenciada e enquanto responsável pelos seus impactos na sociedade, traduz-se na compreensão que este desíg-

nio não é exclusivo de uma só IES mas convoca todas as IES a colaborarem na resolução de desafios globais e transversais pois “a responsabilidade social deve consistir numa dinâmica de associação para a transformação do campo social” (Vallaey, 2017:164).

Um compromisso com a RS nas IES

Para que esse envolvimento ocorra de facto, importa assegurar que **há um compromisso da gestão** nesse sentido. Compromisso esse que decorre da assunção de responsabilidade pelos impactos gerados (Vallaey, 2018). Vallaey et al. (2009) recordam-nos que o primeiro passo em direção à RS nas IES é o compromisso assumido pelos órgãos de gestão das instituições. É ainda Vallaey (2018) que nos recorda que, embora a RS esteja já amplamente presente nos discursos de inúmeras IES nem sempre se traduz na adoção de ações concretas em sintonia, perdendo o seu potencial transformador em grande parte. Na mesma linha de raciocínio, também o Livro Verde de 2001 da Comissão Europeia havia sublinhado que para uma abordagem integrada à RSE, as empresas deveriam começar por apresentar a sua declaração de princípios, a sua matriz ética que guia os comportamentos assumidos pela empresa. Assim, encontramos no principal marco europeu da RSE (Livro Verde de 2001 da Comissão Europeia referido na primeira parte do capítulo 1 deste livro) e na metodologia de atuação de Vallaey (Vallaey et al, 2009), um mesmo entendimento de base, aquele que nos indica que o edifício da Responsabilidade Social se ergue a partir de fundamentos identitários que são as âncoras de qualquer organização pelo que o ponto de partida é sempre a declaração de missão. A partir desta, é delineado o plano estratégico de atuação.

Assim, e por compromisso, entenda-se a necessária articulação dos princípios da RS com a missão, visão e projeto institucional (ver igualmente Jonker & de Witte M., 2006). E que esta articulação se transmita e seja incorporada por todos os membros da IES. Implica ainda que seja criada uma estrutura própria para gestão da RS na IES.

Integração da RS na missão e visão da IES	Incorporar os princípios de atuação da RS na definição da estratégia e planos de ação da organização, assumindo que a RS deve ser um diferencial ou fator distintivo da IES e que a preocupação pela RS e pela sustentabilidade incorpora os produtos e serviços gerados pela IES. Verificar se essa incorporação abarca igualmente os planos de estudos, o perfil de saída dos diplomados e se é considerado na definição dos projetos de investigação aplicada.
Assumir a RS na IES	O compromisso com a RS deve ser assumido, de forma prioritária, pelos órgãos de gestão. Tal implica que são definidas diretrizes de atuação e implementados sistemas de comunicação que evidenciem o lugar central ocupado pelas diferentes problemáticas da RS. A RS deverá igualmente ser assumida pelos restantes membros das IES, docentes, trabalhadores não docentes e estudantes (atuais e <i>alumni</i>), o que implica que a temática deverá ter uma presença e destaque sistemático e ser valorizada a sua integração nas diferentes atividades desenvolvidas.

Este entendimento foi decisivo no desenho dos indicadores de desempenho para implementação das recomendações do já referido Livro Verde. O guião para uma autoavaliação está organizado em quatro níveis, a saber:

Nível 1 - Atenção	Integrar o compromisso com a RS de forma transversal em todas as dimensões de atuação da IES
Nível 2 - Formalização	Planear linhas de atuação que vão concretizar o compromisso assumido
Nível 3 - Implementação	Agir em conformidade com as linhas de atuação que concretizam o compromisso
Nível 4 - Monitorização e Inovação	Avaliar os resultados, prestar contas sobre os mesmos a todos os interessados e promover soluções inovadoras decorrentes destes resultados e aprendizagem

Esta sequência garante ainda que cada ação é uma ocasião de aprendizagem e aprofundamento com e na RS pela IES: os *outputs* do nível 4 integram, enquanto *inputs*, o (novo) nível 1, num processo sistemático de aprendizagem e melhoria contínua.

Alinhamento com referenciais globais

A definição de um compromisso com a RS coloca a IES alinhada com os principais referenciais que, à escala global, apontam as prioridades que devem nortear todas aquelas que perspetivam ter uma atuação orientada para o bem estar e para um crescimento sustentável das pessoas, do planeta e de uma prosperidade em contexto de paz e suportada na rede colaborativa das parcerias. A elaboração da proposta de indicadores de desempenho para o ORSIES orientou-se e articula-se com os princípios subjacentes aos referenciais que, de seguida, se identificam.

Referenciais globais para um desenvolvimento sustentável	Referenciais para a qualidade no ensino superior	Referenciais para a estrutura e organização dos indicadores
<ul style="list-style-type: none"> - Pacto Global das Nações Unidas (ONU) - Diretrizes para Empresas e Direitos Humanos (ONU) - Norma ISO 26000 (ISO) - Linhas orientadoras da GRI (GRI) - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) 	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior 	<ul style="list-style-type: none"> Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis

Referencial

Pacto Global das Nações Unidas (ONU, 1999)

Propósito do referencial	<p>Apresentado em Davos por Kofi Annan (1999) aos maiores empresários com atuação à escala global, o Pacto é composto por 10 princípios³ provenientes de quatro documentos estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1947) › Práticas laborais: Declaração da Organização Internacional de Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais (1998) › Proteção Ambiental: Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992) › Anticorrupção: Declaração da ONU contra a corrupção (2003) <p>Através deste Pacto, de adesão voluntária, a comunidade empresarial é chamada a integrar estas preocupações na sua ação quotidiana e a exercer a sua cidadania enquanto promotora de boas práticas e boas exemplos nas quatro grandes áreas temáticas. Deste modo, procura-se gerar impactos positivos e minimizar os impactos negativos. As empresas que aderem ao PGNU alinham a sua atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (como fizeram anteriormente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio)</p> <p>Fonte: http://globalcompact.pt/about/un-global-compact</p>
Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES	<p>Embora o Pacto tenha, na sua génese, sido lançado à comunidade empresarial, defende uma orientação institucional e define princípios de atuação que são determinantes para qualquer instituição.</p>
Articulação entre o referencial e os IRSIES	<p>Os princípios do Pacto Global das Nações Unidas articulam-se com os Temas e Indicadores da Dimensão Campus socialmente responsável</p> <p>Princípios 1 e 2 (Direitos Humanos) do PGNU: Tema 3 Direitos Humanos e políticas de inclusão social dos IRSIES</p> <p>Princípios 3 a 6 (Práticas laborais) do PGNU: Tema 4 Gestão socialmente responsável das pessoas e das relações dos IRSIES</p> <p>Princípios 7 a 9 (Proteção Ambiental) do PGNU: Tema 6 Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável dos IRSIES</p> <p>Princípio 10 (Anticorrupção) do PGNU: Tema 1 Governação democrática e transparente, Tema 2 Orientação ética nos processos de gestão e atividades da organização e Tema 5 Justiça, transparência e equidade nas políticas de acesso ao Ensino Superior, dos IRSIES</p>

³ O 10º foi acrescentado em 2003

Referencial

Diretrizes para Empresas e Direitos Humanos (ONU, 2011)

Propósito do referencial	Esta publicação foca-se na proteção e no respeito pelos Direitos Humanos na esfera de atuação empresarial e clarifica quais as responsabilidades, próprias e partilhadas, nesta matéria entre o Estado e as empresas. Sublinha a importância do acautelar atempadamente todos os impactos em matéria de Direitos Humanos, minimizando e reparando todos aqueles que são negativos. Fixa no Estado o papel de proteger os DH, nas empresas o de respeitar estes Direitos e em ambos o dever de reparação sempre que ocorram situações que violem estes Direitos. Fonte: https://www.ohchr.org/documents/publications/GuidingprinciplesBusinesshr_eN.pdf
Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES	Embora a esfera de atuação e de influência de uma IES possa ser menor (por comparação a uma empresa multinacional, por exemplo), a reflexão sobre o papel de qualquer instituição (e as IES não são exceção) no respeito pelos Direitos Humanos é relevante na construção dos indicadores
Articulação entre o referencial e os IRSIES	Os princípios de respeito pelos Direitos Humanos que cabem a qualquer instituição articulam-se com os IRSIES na Dimensão Campus socialmente responsável Em particular, articulam-se com o Tema 2 Orientação ética nos processos de gestão e atividades da organização e Tema 3 Direitos Humanos e políticas de inclusão social dos IRSIES

Referencial

Norma ISO 26000 (International Standard Organization, 2010)

Propósito do referencial	<p>Trata-se de uma norma que visa encorajar comportamentos voluntários de RSE. Contrariamente a todas as outras normas ISO, a 26000 não é certificável e deve ser vista como propondo uma filosofia de organização e de atuação para todas as entidades que estão alinhadas com a RSE. O seu processo de elaboração foi multistakeholder, o que garante que o consenso final espelha o entendimento das diversas partes interessadas. Pretende funcionar como guia para integração da RS em todos os contextos institucionais e, contrariamente a outros referenciais, não se dirige apenas a empresas mas abarca toda a diversidade de instituições. Rompe igualmente com uma visão da RSE ancorada na ação filantrópica e apresenta-se como novo paradigma para entender a organização enquanto inserida numa teia de interdependências e valorizando a interação e colaboração com as diversas partes interessadas.</p> <p>Fonte: https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/store/en/PUB100258.pdf</p>
Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES	<p>Este referencial foi relevante na construção dos IRSIES na medida em que contextualizou o novo paradigma de atuação das IES enquanto profundamente envolvidas e ativas no tecido societal. Em particular, destacou a relevância de um mapeamento abrangente das diversas partes interessadas e reconheceu a importância de gerar e gerir um envolvimento com estes atores na missão educativa, de investigação e de extensão, ou seja, de forma transversal a toda a IES.</p>
Articulação entre o referencial e os IRSIES	<p>Este referencial atravessa as quatro dimensões da Responsabilidade Social das IES. É particularmente visível a articulação com os temas: Da Dimensão Campus socialmente responsável - Tema 1 Governação democrática e transparente e Tema 7 Comunicação e Marketing Responsáveis; da Dimensão Formação pessoal e profissional dos estudantes - Tema 1 Formação de cidadãos socialmente responsáveis e Tema 5 Estratégias de relacionamento com os alumni; da Dimensão Gestão socialmente responsável do conhecimento - os indicadores 26 (investigação colaborativa) e 31 (Ciência Aberta) e da Dimensão da participação social - os indicadores 32 (redes e parcerias com a comunidade) e 34 (prestação de serviços e trabalho colaborativo)</p>

Referencial

Linhas orientadoras da GRI (Global Reporting Initiative, versão de 2016)

Propósito do referencial	<p>É objetivo deste referencial criar um padrão de referência para a atividade de relato e prestação de contas em matéria de sustentabilidade. Propõe uma estrutura para os relatórios assente nos três pilares, ou triple bottom line, a saber impactos económicos, sociais e ambientais gerados pela instituição. Sublinha a importância de relatar e de envolver as diferentes partes interessadas neste processo. Ao propor um modelo fixo, garante que todos os temas relevantes são abordados, que os resultados positivos e negativos são apresentados, que a elaboração destes relatórios obedece a uma periodicidade e facilita uma comparação entre todas as organizações que seguem o mesmo padrão de relato.</p> <p>Fonte: https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/resource-center/</p>
Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES	<p>Este referencial foi relevante na medida em que i. deu mais coerência ao propósito de criação de indicadores de desempenho em matéria de RS nas IES que resultam de um consenso alargado entre IES (a metodologia de trabalho foi colaborativa) e ii. serão um instrumento comum ao serviço de todas as IES portuguesas, permitindo retirar as mais valias de uma abordagem comum e que estimula a partilha de boas práticas e uma aprendizagem/melhoria contínua com base numa reflexão comum.</p>
Articulação entre o referencial e os IRSIES	<p>Face ao que se indicou anteriormente, este referencial articula-se de forma transversal com os IRSIES na medida em que foi importante para o desenho da metodologia de trabalho e do output pretendido pelo ORSIES, quando propôs a criação de indicadores de desempenho para uma melhor concretização das Recomendações apontadas no seu Livro Verde (ORSIES, 2018) sobre RS e IES.</p>

Referencial

Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016)

Propósito do referencial	<p> Lançados pela ONU, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dão continuidade ao esforço iniciado por Kofi Annan desde 2000, ao propor 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Inseridos na Agenda 2030, Transformar o nosso mundo, os 17 ODS constituem-se, como afirma Ban Ki-moon, enquanto “uma lista de coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso”. O 17 ODS e as respetivas 169 metas apontam para um modelo de desenvolvimento inclusivo e solidário, juntando os esforços de países mais e menos desenvolvidos. Os ODS lançam uma plataforma integrada que apela a uma ação convergente de todos os atores sociais na resolução de problemas globais. Com uma meta final situada em 2030, a década que agora se inicia deve estar fortemente mobilizada para uma concretização dos ODS à escala global.</p> <p> Fonte: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf</p>
Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES	<p>O Livro Verde da RS nas IES (ORSIES, 2018) defende uma abordagem conjunta da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade. Para o exercício de uma Responsabilidade Social Sustentável, as IES são chamadas a alinhar a sua ação e a produzir resultados positivos que contribuam para a concretização das metas dos ODS. Embora nem todos os ODS possam estar presentes na esfera de intervenção de uma IES (há uma ligação estreita entre as áreas de formação/investigação e as áreas de intervenção nos ODS), uma orientação pela Agenda 2030 representa o compromisso da IES com o desenvolvimento de pessoas e do planeta e um crescimento económico em nome do bem comum.</p>
Articulação entre o referencial e os IRSIES	<p>Face ao que se indicou anteriormente, este referencial articula-se de forma transversal com os IRSIES na medida em que cria uma agenda de atuação em todas as dimensões da RS nas IES e, com particular destaque, na concretização da sua missão educativa, de investigação e de participação social. Observa-se uma especial articulação entre o propósito da Agenda 2030 e os IRSIES nos seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › indicador 1 da Dimensão Campus socialmente responsável: Estratégias para a Responsabilidade Social e/ou Sustentabilidade › indicador 3 da Dimensão Campus socialmente responsável: Princípios de Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade no Ensino, Investigação e Transferência do Conhecimento › indicador 17 da Dimensão Formação pessoal e profissional dos estudantes: Formação para uma cidadania ativa › indicador 27 da Dimensão Gestão socialmente responsável do conhecimento: Investigação em desenvolvimento sustentável › indicador 33 da Dimensão da Participação social: Integração aprendizagem/intervenção social e articulação entre contexto letivo e extraletivo

Referencial

Diretrizes para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior (ESG) (Consórcio de entidades europeias do ensino superior, 2015)

<p>Propósito do referencial</p>	<p>As Diretrizes para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior foram uma referência importante e que sublinha um entendimento comum que é próprio qual da Qualidade quer da Responsabilidade Social. Em ambos, referimo-nos a processos transversais e que resultam numa nova forma de pensar e agir em contexto organizacional. Estas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho de Ministros do Ensino Superior do Espaço Europeu e deu corpo ao paradigma da revisão de Bolonha que centrava os processos de ensino e de aprendizagem no estudante. A proposta aprovada resultou de uma ampla audição previa de todos os parceiros relevantes e apresenta um entendimento comum do papel que a Qualidade deve assumir em contexto académico. Esta está espelhada na seguinte afirmação retirada da publicação em referência: "O ensino superior, a investigação e a inovação desempenham um papel crucial no apoio à coesão social, ao crescimento económico e à competitividade global. Dado o desejo de que as sociedades europeias se tornem cada vez mais baseadas no conhecimento, o ensino superior é uma componente essencial do desenvolvimento socioeconómico e cultural" (p. 6). Fonte: Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG). (2015). Brussels, Belgium</p>
<p>Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES</p>	<p>Reconhecendo o papel importante da qualidade no suporte à nova missão das IES, é importante recorrer a este referencial para uma melhor integração entre os resultados obtidos no desenho dos sistemas internos de garantia de qualidade nas IES e as linhas de atuação da RS. Esta integração é importante para que os dois processos se apoiem e não se constituam como entrave ao desenvolvimento do outro. Nesse sentido, acrescentamos que tanto o Livro Verde da RS nas IES como os IRSIES deveriam constituir-se, igualmente, como referencial dos sistemas de garantia de qualidade nas IES. Desta forma, ambos contribuem para aumentar a confiança nestes processos e na IES como um todo.</p>
<p>Articulação entre o referencial e os IRSIES</p>	<p>Este referencial articula-se particularmente com a Dimensão da Formação pessoal e profissional dos estudantes elencando um conjunto de preocupações a salvaguardar no âmbito do ensino e aprendizagem dos estudantes. Não obstante, e por já terem sido amplamente destacadas as sinergias que resultam da interação entre dimensões, não podemos isolar o ensino aprendizagem nem da investigação científica nem da participação em projetos de alcance social. Os desafios que se colocam hoje às IES exigem uma visão integrada, que gere soluções inovadoras e que se materializa numa intervenção valorizadora na sociedade.</p>

Referencial

Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis (Instituto Ethos, versão de 2017/18)

Propósito do referencial	Trata-se de uma ferramenta de gestão que apoia as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade na sua estratégia e nos seus negócios. Criada em 1998, esta ferramenta está hoje na sua 3ª geração e caracteriza-se pela sua flexibilidade na adequação a todas as tipologias de organizações. A última geração trouxe ainda uma articulação acrescida com referenciais globais da RSE, nomeadamente o PGNU, a ISO26000, os Indicadores da GRI e os da CDP (Carbon Disclosure Project). A adesão a estes Indicadores é o reconhecimento da importância de uma cultura de auto-vigilância e de auto-conhecimento enquanto determinante para uma consolidação na RS.
Principais aspetos do referencial com relevância para os indicadores RSIES	Estes indicadores foram particularmente relevantes no desenho da estrutura dos indicadores RSIES assim como na valorização do ato de relatar anualmente os resultados obtidos e de integrar estes em metas plurianuais estrategicamente definidas.
Articulação entre o referencial e os IRSIES	Os Indicadores Ethos foram o principal referencial para a estrutura e apresentação dos IRSIES. Designadamente, na opção por um sistema de resposta binária, pela inclusão de indicadores quantitativos sempre que pertinente, pela inclusão de uma justificação sempre que a IES responde que determinado indicador não se aplica à sua realidade e numa organização de cada indicador por níveis de resposta (embora a filosofia orientadora não seja a mesma uma vez que os IRSIES estão alinhados com a metodologia preconizada tanto pela Comissão Europeia como por François Vallaëys).

Processo de co-criação dos IRSIES

A publicação do Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES, 2018), adiante designado por Livro Verde, constitui um marco importante na reflexão sobre a temática em Portugal. Conforme descrito já no primeiro capítulo, o Livro Verde resultou de um trabalho colaborativo de cerca de trinta IES, representando os dois sub-sistemas de ensino superior assim como o ensino público e privado. Com o apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Livro Verde teve como orientação traçar o retrato das experiências e vivências das IES no exercício da Responsabilidade Social e definir um entendimento partilhado das orientações a seguir para uma densificação do conceito e para uma implementação consistente no quotidiano destas instituições.

A estrutura do Livro espelha esse propósito duplo, equilibrando uma descrição, e contextualização teórica, do que já se faz em Portugal para integrar a RS nas preocupações e nas atividades das IES, mas igualmente oferecendo recomendações para uma afirmação destas práticas e a sugestão de desenvolvimentos futuros, para uma maior consolidação.

A descrição do existente e o enquadramento do mesmo no campo teórico de suporte seguiu o modelo proposto por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), conforme está descrito anteriormente. De igual modo, foi também em torno dos quatro eixos – organizacional, educativo, cognitivo e social – que são apresentadas recomendações para uma incorporação efetiva das RS na dinâmica das IES. Estas recomendações destinam-se a diferentes partes interessadas do universo IES, na medida em que o envolvimento e compromisso com a Responsabilidade Social tem impacto em todas as esferas de atuação das IES logo gera efeitos nos diferentes grupos de partes interessadas mapeadas e que gravitam no sistema de ensino superior português. De igual modo, fica evidente que a concretização plena da RS pelas IES vai exigir a conjugação de esforços e vontades de múltiplas partes.

Foram identificadas as seguintes entidades responsáveis pela implementação das recomendações do Livro Verde:

- os órgãos de gestão das IES;
- o corpo docente e não docente das IES;
- o corpo estudantil e/ou as suas associações representativas;

- a tutela, enquanto entidade responsável pelas políticas do ensino superior;
- outros ministérios com articulação relevantes com o MCTES (por ex. Ministério da Agricultura e da Saúde);
- outros organismos estatais relevantes, nomeadamente a FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) e os Conselhos Coordenadores, tanto de Universidades (CRUP) como de Politécnicos (CCISP);
- associações representativas do setor do ensino superior;
- o ORSIES, enquanto entidade agregadora de várias IES em torno da problemática da RS nas IES;
- as organizações da comunidade envolvente à IES e as Autarquias locais/Comunidades intermunicipais e Áreas metropolitanas;
- as entidades empregadoras e/ou as associações representativas das mesmas, organizadas por setores de atividade;
- setores económicos relevantes (ex. o setor bancário).

Note-se que as recomendações dirigidas às IES ou onde as IES podem ter capacidade de intervenção representam a maioria destas ou seja 93% do total das recomendações específicas (num total de 139 recomendações específicas e 129 para as IES).

Indica-se agora o número de recomendações e recomendações específicas⁴ que emanam do Livro Verde, organizadas por eixo:

Eixos	Nº de recomendações e recomendações específicas
Organizacional	17 recomendações e 59 recomendações específicas, destas, 53 são para as IES
Educativo	13 recomendações e 44 recomendações específicas, destas, 41 são para as IES
Cognitivo	8 recomendações e 26 recomendações específicas, onde todas são para as IES
Social	3 recomendações e 10 recomendações específicas, destas, 9 são para as IES

A partir destas recomendações, e com vista à sua integração na estratégia e na ação quotidiana das IES, tornou-se evidente que seria necessário dar um segundo passo

⁴ Entende-se por recomendação as grandes preocupações e por recomendações específicas aquelas que decorrem do desdobramento das grandes linhas/grandes preocupações.

e construir um instrumento de apoio às IES, para uma sensibilização acrescida, mas também para uma tomada de consciência do caminho já percorrido por cada uma, em matéria de RS. Assim, em maio de 2018, as IES que integram o ORSIES aprovam a criação dos Indicadores de Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (IRSIES), uma ferramenta de autoavaliação e autodiagnóstico para aferir e monitorizar o envolvimento e o compromisso com a RS em cada IES.

Apresenta-se a correspondência entre as 129 recomendações específicas do Livro Verde que se destinam às IES e os 34 IRSIES. Para uma leitura mais detalhada das recomendações e respetivos indicadores, consultar o Anexo IV.

Indicadores De Responsabilidade Social E Instituições De Ensino Superior	Recomendações e Tópicos de Referência no Âmbito De Atuação das IES do Livro Verde do Orsies (2018)
#1. Estratégias para a Responsabilidade Social e/ou Sustentabilidade	1.1.2. a); 1.2.1 a); 1.3.1 a); 4.1.1. d)
#2. Gestão participativa	1.1.1. a)
#3. Princípios de Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade no Ensino, Investigação e Transferência de Conhecimento	1.2.2. a) e b)
#4. Criação e revisão periódica de um Código de Ética/Conduta	1.2.1 a)
#5. Participação e gestão de iniciativas sobre Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	1.1.1. b); 1.2.2. a)
#6. Integração dos Direitos Humanos no processo de gestão da Instituição de Ensino Superior	1.2.1 a); 1.3.1. a), b), c), d) e e)
#7. Política de recrutamento e remunerações	1.4.1. c) e d)
#8. Relação com entidades representativas dos membros da IES	1.4.2. a) e b)
#9. Desenvolvimento pessoal e profissional	1.4.2. c) e e)
#10. Clima organizacional e conciliação trabalho-família	1.4.2. d); 1.4.3. a) e b)
#11. Integração de medidas de Ação Social Escolar	1.5.2. b), c) e d)
#12. Qualidade de vida, Saúde e Segurança no campus	1.3.2. a); 1.6.1. e) e g); 1.6.3. b); 1.6.4. a), b) e c)
#13. Sistema de gestão ambiental	1.6.1. e); 1.6.2. a), b), c), e) e f); 1.6.3. a); 1.6.4. d)
#14. Educação ambiental	1.6.1 c), d) e f)
#15. Sistema de gestão de fornecedores	1.6.2. d)
#16. Comunicação com Responsabilidade Social	1.3.2. a); 1.5.1. a); 1.7.1. a), b), c), d) e e); 1.7.2. a) e b); 2.5.3.a)
#17. Formação para uma cidadania ativa	1.1.1. b); 2.1.1. a); 2.1.2. d); 2.1.3.a) e b);
#18. Desenvolvimento curricular e impactos da formação	2.1.1. a) e b);
#19. Aprendizagem colaborativa	2.1.1. b); 2.1.2. a), b), e c)

Indicadores De Responsabilidade Social E Instituições De Ensino Superior	Recomendações e Tópicos de Referência no Âmbito De Atuação das IES do Livro Verde do Orsies (2018)
#20. (In)sucesso e abandono acadêmico	1.3.2. b); 1.5.2. e); 2.2.1. a), b), c), d), e) e h); 2.2.2. b) e c);
#21. Inovação no ensino-aprendizagem	1.3.2. b); 2.2.1. f) e g);
#22. Empregabilidade e percurso profissional dos diplomados	2.3.1. a), b), c), d) e e)
#23. Aprendizagem ao longo da vida	1.4.2. a);
#24. Promoção da mobilidade nacional e internacional	2.5.1. a), b), c) e d); 2.5.2. a) e c); 2.5.3. a) e b)
#25. Relacionamento com os alumni	2.3.1. e); 2.5.2. c); 2.6.1. a), b), c), d) e e)
#26. Investigação colaborativa	3.1.1. e); 3.2.1. a) e b); 3.2.2. a) e b); 3.2.3. a), b) e c)
#27. Investigação em desenvolvimento sustentável	1.6.1 b); 2.1.3. a); 3.2.1. b); 3.4.1. a) e b); 3.4.2. a), b), c) e d)
#28. Difusão e transferência de conhecimento	3.1.2. a) e b); 3.3.1. a), b) e e); 3.4.1. a) e b); 3.4.2. a) e e)
#29. Difusão e transferência de conhecimento junto de públicos vulneráveis	3.3.1. d)
#30. Práticas de divulgação e transferência científica integradas no ensino	3.1.1. d); 3.3.1. c)
#31. Ciência Aberta	3.1.1. a), b) e c); 3.1.2. a) e b)
#32. Redes e parcerias com a comunidade	1.1.1. c); 1.4.2. c); 1.6.3. a); 4.1.1. b) e d); 4.3.1. a)
#33. Integração aprendizagem/intervenção social e articulação entre contexto letivo e extraletivo	1.4.2. c); 2.4.1. a) e b); 2.4.2. a) e b); 4.2.1. a)
#34. Prestação de serviços e trabalho colaborativo	4.1.1. c); 4.2.1. b) e c); ; 4.3.1. a), b) e c)

Inspirados no sucesso do modelo de co-criação do Livro Verde, a equipa responsável pelo Grupo de Trabalho dos Indicadores, em coordenação com o ORSIES, desenhou uma metodologia de trabalho assente na partilha de boas práticas entre Instituições de Ensino Superior e na reflexão conjunta em torno dos documentos referenciais para este processo, numa abordagem *consensus-based* em torno da construção desta ferramenta. O trabalho resultante deste processo foi acompanhado também pelo Consultor Científico do ORSIES, Professor François Vallaeys. Esta consultoria trouxe ainda a oportunidade para tomar conhecimento de outras experiências análogas, sobretudo provenientes da América Latina.

Esquemáticamente, o processo traduz-se em:



Forum Estudante: Secretariado Executivo

François Vallaëys: Consultoria científica

Susana Fonseca e Joana Lobo Fernandes: Especialistas - redação dos IRSIES e coordenação do Grupo de trabalho

24 IES⁵: Grupo de trabalho, de discussão e de identificação de indicadores + Validação dos IRSIES

Sessões de trabalho com as IES participantes (IES que integram o Grupo de trabalho)

Integração de Estudantes numa sessão de trabalho

⁵ Lista das IES participantes está disponível no Anexo I

Estudo piloto - 13 IES

O modelo de participação-ação posto em prática no desenvolvimento dos IRSIES foi essencial para o processo de recolha de experiências e práticas de cada IES, para a implementação voluntária (estudo piloto) da ferramenta e para uma reflexão partilhada em torno das barreiras e dificuldades encontradas, tanto do ponto de vista do conteúdo dos Indicadores, do modelo subjacente a esta ferramenta ou ainda a sua relevância mas igualmente aquelas que se observam a nível institucional.

Refira-se que integraram o grupo de trabalho diversos membros das IES e em representação de dois dos três corpos, a saber: docentes e trabalhadores não-docentes. De igual modo, o Grupo também integrou representantes dos órgãos de gestão de algumas IES. A diversidade de perspetivas e a colaboração que se estabeleceu constituem-se como forças e benefícios do modelo de co-criação que se implementou.

Paralelamente, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema e sobre a tipologia de ferramenta a criar, para uma adequada integração, assim como se analisaram outros referenciais do domínio da Responsabilidade Social. A revisão bibliográfica e a análise dos referenciais estão descritas anteriormente no presente livro.

Sessões de trabalho com as IES participantes

Foram realizadas seis reuniões de trabalho com os representantes das 24 IES:

Nº da reunião	Data e local	Objetivos	Nº de participantes
1	17/12/2018 Santarém, Instituto Politécnico de Santarém	Definir as metas e objetivos a alcançar pelo Grupo de trabalho assim como o modelo e o processo de co-criação dos Indicadores. Fixar o cronograma para o ano de 2019.	23
2	14/01/2019 Porto, Universidade Portucalense	Estabelecer uma articulação entre os quatro tipos de impactos gerados pelas IES (Vallaëys, Sasia & Cruz, 2009) e os capítulos do Livro Verde (ORSIES, 2018). Aprovar o referencial para a estrutura dos indicadores.	35
3	14/03/2019 Porto, Universidade do Porto	Estabelecer uma articulação entre as recomendações do Livro Verde (ORSIES, 2018) e os Indicadores Ethos para para negócios sustentáveis e responsáveis (Instituto Ethos, versão de 2017/18).	22
4	23/04/2019 Lisboa, Universidade Europeia	Análise ao primeiro esboço da proposta de IRSIES.	19

Nº da reunião	Data e local	Objetivos	Nº de participantes
5	25/6/2019 Lisboa, Instituto Superior de Educação e Ciências	Análise ao segundo esboço da proposta de IRSIES. Esta reunião contou com a presença de Estudantes.	17
6	07/10/2019 Lisboa, ISCTE-IUL	Apreciação dos resultados do primeiro grupo de IES participantes no Estudo Piloto.	21

As sessões não seguiram sempre o mesmo formato. Em função dos objetivos traçados, foram utilizadas diferentes metodologias:

- Trabalho cooperativo e colaborativo: com o objetivo de privilegiar as interações sociais positivas entre os participantes que trabalham uns com os outros, contribuindo juntos para a mesma tarefa. Isto permite que os participantes se envolvam na tarefa, mas também colaborem com os outros na resolução da tarefa.
- Expositiva: para um enquadramento do campo teórico e do referencial para organização da ferramenta de autoavaliação;
- Discussão em pequenos grupos/ Mesa redonda: onde cada grupo teve a responsabilidade de assegurar uma tarefa específica e de partilhar em grande grupo os resultados obtidos. Esta metodologia revelou-se particularmente útil para uma adequada gestão do tempo e do volume de informação, mas igualmente por incluir uma dinâmica de devolução/partilha para enriquecimento de todo o grupo de trabalho;
- Dinâmica *World Café*: esta metodologia permitiu a recolha de feedback em todos os “pontos de paragem”, usando um sistema rotativo (todos os grupos passam por todos os pontos de paragem) e garantindo a presença de um elemento permanente em cada ponto para uma síntese e integração das opiniões e sugestões recebidas. Nesta dinâmica de *World Café*, todos os participantes foram divididos em 4 pequenos grupos. Cada pequeno grupo, senta-se em volta de uma mesa. As mesas estão forradas com uma toalha de papel de cenário. Cada pequeno grupo fala e escreve (na toalha de mesa) as ideias principais decorrentes na discussão, relativamente à questão proposta. Cada mesa tem um anfitrião que permanece junto da mesa, enquanto os restantes membros do pequeno grupo rodam para outra mesa, constituindo novos grupos, após o tempo definido para a discussão em cada grupo. Em cada novo grupo criado, o anfitrião (que se mantém sempre na mesma questão) recebe o grupo sumariando as ideias principais da discussão do grupo anterior. No final das trocas de mesa, todos os participantes passaram por cada uma das mesas e discutiram todas as questões com praticamente todos os outros participantes. A fase inicial é a reunião do grande grupo, onde são apresentadas e partilhadas as ideias geradas em cada mesa.

- Debate em grande grupo em torno de aspetos previamente definidos: esta metodologia é particularmente adaptada a objetivos que se centrem na obtenção de consensos ou na elaboração de um relatório comum.

Resultados das sessões de trabalho com as IES

1ª sessão:

Nesta reunião foi estabelecido um conjunto de objetivos e metas a alcançar pelo Grupo de Trabalho dos IRSIES, designadamente: no que se refere à ferramenta de autoavaliação a criar e da sua total articulação com as recomendações emanadas do Livro Verde. Pretendia-se obter uma ferramenta que permita a realização de uma autoavaliação que conjuga as valências da flexibilidade (adaptação às diferentes realidades: dimensão, estrutura organizativa, área(s) formativa(s) e subsistema de ensino) mas que habilite a uma comparação e evidência das melhores práticas, para uma aprendizagem transversal a todas as IES. Nesse sentido, esta sessão identificou a relevância de contemplar indicadores qualitativos e quantitativos (sempre que aplicável) mas também que ao exercício interno de autoavaliação se seguisse uma avaliação externa (neste caso, a ser produzida pelo próprio ORSIES). Ainda, foram discutidos o processo de co-criação dos Indicadores e o cronograma.

2ª e 3ª sessões:

Nestas duas sessões, foram consolidadas referências determinantes para este grupo de trabalho, a saber: i) o modelo de Vallaey, Cruz e Sasia (2009), a noção de impacto, a distinção entre aqueles que são positivos e os que são negativos e quais os impactos decorrentes dos quatro eixos identificados pelos autores acima indicados; ii) as recomendações do Livro Verde (ORSIES, 2018), igualmente organizadas em torno dos quatro eixos referidos no ponto i; iii) a estrutura organizativa dos Indicadores Ethos (Instituto Ethos, edição de 2017/18).

4ª e 5ª sessões:

As sessões seguintes centraram-se já em torno de uma proposta concreta de indicadores de RSIES, embora ainda em fase de desenvolvimento. Na quarta sessão, foram tomadas decisões importantes relativamente à ferramenta em construção, nomeadamente:

- a sua organização em quatro dimensões sendo cada uma destas referente aos diferentes eixos de atuação da IES, tal como se definiram no Livro Verde (ORSIES, 2018);
- a apresentação de cada indicador por níveis de implementação e desenvolvimento das práticas da IES em RS e a sua designação: Atenção – Formalização – Implementação – Monitorização e Inovação;
- a inclusão de indicadores de natureza quantitativa sempre que a informação a recolher o permita e sempre que se traduza numa melhor clarificação da situação ou da prática;
- A 5ª sessão acolheu a participação de 10 estudantes em representação de algumas IES do Grupo de trabalho. Nesta sessão, pretendeu-se auscultar um grupo particularmente relevante e até ao momento ausente deste trabalho: os estudantes. Estes foram confrontados com a proposta de trabalho dos IRSIES e acrescentaram uma dimensão crítica importante para o exercício de co-construção dos IRSIES.

Após estas sessões, a versão-piloto dos Indicadores de RSIES foi remetida às IES que integram o ORSIES apelando à participação no estudo preliminar ou pré-teste da ferramenta.

6ª sessão:

A última sessão de trabalho teve lugar em outubro de 2019 e tinha por objetivo analisar os resultados do estudo-piloto. Foram delineados quatro tópicos para esta análise:

- Ponto da situação do diagnóstico: confrontar os resultados e as metodologias de preenchimento dos indicadores levadas a cabo pelas IES participantes
- Dificuldades encontradas: da compreensão da ferramenta, da identificação de evidências para cada nível de implementação e obstáculos institucionais ao preenchimento de uma ferramenta desta natureza
- Determinantes para o sucesso da autoavaliação: uma reflexão a partir da experiência vivida em cada IES participante
- Próximos passos: para a melhoria da ferramenta dos IRSIES e para uma aceitação e valorização unânime por parte das IES.

Consultoria científica

A proposta de IRSIES do ORSIES foi analisada pelo consultor científico, François Val-laey. A versão em análise corresponde à que se apresentou publicamente a 20 de janeiro de 2020, na ESE de Lisboa. O Grupo de trabalho recebeu um importante feedback ao instrumento por si elaborado e refletiu sobre os pontos positivos e negativos indicados, tendo os mesmos sido integrados na versão posterior dos IRSIES.

Estudo-piloto

A realização de um estudo piloto para validação da ferramenta de autoavaliação IRSIES esteve programada desde o início dos trabalhos. Esta fase tinha por objetivo avaliar o impacto causado pela proposta de indicadores no seu contexto de aplicação: a IES. Participaram no estudo-piloto metade ($n=13$) das IES que integram o Grupo de trabalho⁶.

O estudo-piloto consistiu na experiência de preenchimento dos indicadores pela IES e identificação das evidências de suporte a esta tarefa. Não foi indicado o modo como a IES levaria a cabo este processo (equipa responsável, representatividade dos três corpos da IES na equipa de preenchimento, responsabilidade na identificação das evidências), já que também esses aspetos se encontravam em observação.

A versão preliminar dos IRSIES foi remetida às IES em julho de 2020 e solicitada a colaboração até ao final do mês de setembro. Participaram oito IES na 1ª fase do estudo-piloto e quatro outras IES num 2º momento de realização do mesmo estudo.

⁶ Lista das IES participantes no estudo-piloto no Anexo II

Da análise dos resultados da 1ª fase, foi possível apurar:

Foram adotadas metodologias diferentes de preenchimento pelas IES	<ul style="list-style-type: none"> › o grupo de trabalho preencheu na totalidade e autonomamente; › o grupo de trabalho dividiu o conjunto de indicadores por temas e remeteu aos serviços ou órgãos específico, para, posteriormente, compilar as respostas; › remeteu os indicadores a cada um dos corpos, para discussão tendo posteriormente reunido a informação recolhida.
Foram identificadas as dificuldades encontradas	<ul style="list-style-type: none"> › dimensão excessiva do questionário; › falta de clareza na aplicabilidade dos 4 níveis; › desequilíbrio na distribuição de indicadores pelas 4 dimensões; › inexistência de evidências para fundamentar todas as respostas dadas; › opção por resposta binária (Sim/Não) nos diferentes níveis de implementação parece ser redutora.
Foram evidenciados os fatores de sucesso para uma aplicação dos IRSIES pelas IES	<ul style="list-style-type: none"> › envolvimento dos diferentes stakeholders da comunidade académica no âmbito da RS/Sustentabilidade (com nomeação de membros); › articulação permanente com órgãos de gestão; › definição de um timing para este processo garantindo a periodicidade desta autoavaliação; › disseminação dos resultados, para envolvimento de toda a comunidade › formalização de compromissos a partir do diagnóstico por parte da direção.
Foram traçados os passos subsequentes a dar para uma implementação desta ferramenta de autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> › elaboração de manual de utilização dos Indicadores de RSIES (concretizado); › plataforma tecnológica para preenchimento inicial e monitorização, com representação gráfica que facilite a compreensão (concretizado); › campanha de comunicação/sensibilização para a importância da autoavaliação (a decorrer, sendo o presente livro um contributo para a disseminação pretendida).

Os resultados da 1ª fase do estudo-piloto foram integrados e a versão decorrente desta análise foi apresentada publicamente a 20 de janeiro de 2020.

Na 2ª fase do estudo-piloto foram ainda recebidos quatro novos contributos. Em paralelo, foram recebidas as indicações propostas pelo consultor científico do ORSIES (conforme se indicou antes). A partir destas, foi elaborada a proposta final de IRSIES que se apresentou a 7 de julho de 2020, numa sessão via Zoom que contou com a participação de 21 IES, num total de 36 participantes.

Apresentam-se as principais alterações que se integraram na versão final dos IRSIES:

- em resposta à dimensão excessiva do questionário foram revistos os indicadores propostos e identificados pontos/assuntos em redundância e procedeu-se a uma adequação/revisão do número de indicadores: dos 46 indicadores propostos na versão de janeiro de 2020 propõe-se agora 34 apenas. Esta redução no número de indicadores não representa uma perda de informação a recolher, mas resulta de uma reorganização dos seus conteúdos e da reescrita/reagrupamento de alguns dos indicadores que, em versão anterior, se desdobravam em dois ou três e passaram a constituir apenas um;

- em resposta à falta de clareza e de delimitação das respostas por níveis de implementação, foi revista a metodologia proposta e solicitado o preenchimento na íntegra de cada um dos indicadores (anteriormente era proposto um preenchimento por indicador seguindo a ordem dos níveis e cessando a partir do momento em que uma resposta negativa era dada). Neste sentido, e para preservar a vantagem associada aos níveis, designadamente, o facto da ordem sequencial dos níveis representar uma abordagem estratégica à RS na IES que se inicia na definição de políticas (nível Atenção) e se conclui com a prestação de contas e integração das aprendizagens (Monitorização e Inovação), passando pela definição de procedimentos decorrentes das opções estratégicas (Formalização) e, naturalmente, pela sua concretização em ações e atividades (Implementação), foi reforçado e desenvolvido o modelo de relatório (output final retirado da plataforma informática de suporte ao preenchimento que se apresenta de seguida) dando um destaque especial aos indicadores que não abarcam a totalidade dos quatro níveis, já que estes se apresentam ainda numa fase inicial ou menos delineada;
- em resposta ao desequilíbrio do número de indicadores por dimensão, foi esclarecido que estes devem ser contabilizados distinguindo aqueles que são genéricos a qualquer instituição (seja qual for o setor de atuação) e aqueles que são específicos das IES. Assim, no primeiro grupo existem 19 indicadores e no segundo existem 15;
- em resposta aos entraves de ordem institucional para aplicação desta ferramenta: i) foi proposto um enquadramento reforçado, com destaque para a importância da periodicidade anual no preenchimento; ii) foi destacado e valorizado o papel das evidências, para registo das ocorrências e ainda para suporte à continuidade destas ocorrências; iii) foi reforçado o papel do ORSIES no acompanhamento individualizado deste preenchimento e na elaboração de relatório anual das boas práticas e resultados alcançados pelas IES que integram o Observatório; iv) foi disponibilizada uma plataforma informática de apoio ao preenchimento e à análise dos resultados obtidos.

Redação do Livro dos Indicadores de Responsabilidade Social e IES

A redação esteve a cargo da equipa de coordenação do Grupo de Trabalho em articulação permanente com o ORSIES. Esta equipa reuniu diversas vezes para uma melhor integração de todos os contributos recebidos. Deste modo, podemos afirmar que a proposta de IRSIES é resultado de uma visão partilhada pelas IES portuguesas que se identificam com o modelo português de indicadores de desempenho da responsabilidade social e IES proposto pelo ORSIES. Essa visão comum constitui-se como o princi-

pal fator de sucesso destes Indicadores, uma vez que para alcançar a disseminação da ferramenta de trabalho interno é necessário fixar previamente um território comum de entendimento sobre o que é e o que se espera da RS nas IES portuguesas.

Acompanhamento permanente do ORSIES à aplicação dos IRSIES

Com a concretização da proposta de Indicadores de RSIES, o ORSIES desenvolveu uma plataforma informática que servirá diferentes propósitos:

- auxílio no registo do autodiagnóstico e autoavaliação;
- visualização imediata (no ato de preenchimento) de alertas sempre que as respostas a um indicador não seguem a ordem sequencial dos níveis de implementação, representando um risco acrescido de descontinuidade;
- possibilidade de elaboração de relatórios dos resultados com recursos de fácil e rápida interpretação visual;
- possibilidade de comparação com resultados obtidos em autoavaliações anteriores e evidências da trajetória já percorrida;
- suporte à decisão futura, alicerçada no conhecimento aprofundado da realidade da IES.

É ainda proposto um Manual de implementação dos IRSIES para esclarecimento de todas as questões e dúvidas que possam surgir na IES aquando da aplicação dos Indicadores.

Acresce a realização de sessões de capacitação das IES para o exercício da Responsabilidade Social no seu contexto de atuação e para uma aplicação e aprendizagem com os IRSIES.

Deste modo, o modelo de acompanhamento do ORSIES às IES que integram esta rede assenta em três pilares:





Ferramenta de autodiagnóstico e autoavaliação IRSIES

Dimensão 1 - *Campus Socialmente Responsável*

Dimensão	Campus socialmente responsável	[Impactos organizacionais] O comportamento organizacional e a forma responsável como a IES gere os processos organizacionais, tendo como base práticas democráticas e éticas, o respeito pelos direitos humanos, a valorização das relações laborais e da sustentabilidade ambiental.
Tema	Governança democrática e transparente	A IES assume princípios de atuação que assentam na prestação de contas e na disponibilização de informação e estimula um funcionamento assente nas pessoas e nos seus contributos.
Indicador	#1. Estratégias para a Responsabilidade Social e/ou Sustentabilidade	A IES identifica, monitoriza e age sobre os impactos que gera.
	#2. Gestão participativa	A IES assume-se como exemplo numa gestão inclusiva e respeitadora.
Tema	Orientação ética nos Processos de Gestão e Atividades da Organização	A IES assume o compromisso de uma gestão ética, de uma orientação para a Responsabilidade Social e preocupa-se com as consequências da sua ação para as gerações vindouras.
Indicador	#3. Princípios de Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade no Ensino, Investigação e Transferência de Conhecimento	A IES atua de acordo com princípios e valores definidos em comum e por todos reconhecidos e empenha-se na aplicação destas orientações nas três esferas de atuação: ensino, investigação e transferência para a comunidade.
	#4. Criação e Revisão periódica de um Código de Ética/ Conduta	A IES valoriza a divulgação dos princípios comuns de atuação e desenvolve mecanismos para a sua aplicação efetiva.
	#5. Participação e gestão de iniciativas sobre Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade	A IES envolve-se em iniciativas internas e externas para promoção da Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade
Tema	Direitos Humanos e Políticas de Inclusão Social	A IES atua em total respeito pelos direitos humanos e promove ações que destacam a importância de um efetivo reconhecimento destes direitos.
Indicador	#6. Integração dos Direitos Humanos no processo de gestão da IES	A IES define procedimentos de atuação, na relação com todas as partes interessadas, orientados pelo respeito pelos direitos humanos
Tema	Gestão Socialmente Responsável das Pessoas e das Relações	A IES valoriza o elemento humano e cria condições de trabalho dignas e valorizadoras da diversidade.
Indicador	#7. Política de recrutamento e remunerações	A IES valoriza práticas de recrutamento não discriminatórias e reconhece o contributo relevante de cada colaborador.
	#8. Relação com Entidades Representativas dos membros da IES	A IES valoriza a relação com as entidades representativas dos diferentes corpos da IES e estimula o diálogo construtivo com estas.
	#9. Desenvolvimento pessoal e profissional	A IES valoriza o contributo de cada colaborador e promove condições para o crescimento pessoal e profissional de cada um, através de formação em áreas de relevância.
	#10. Clima organizacional e conciliação trabalho-família	A IES valoriza a família, promove condições de trabalho respeitadoras do tempo individual, familiar e de lazer e empenha-se na construção de ambientes de trabalho acolhedores.

Dimensão	Campus socialmente responsável	[Impactos organizacionais] O comportamento organizacional e a forma responsável como a IES gere os processos organizacionais, tendo como base práticas democráticas e éticas, o respeito pelos direitos humanos, a valorização das relações laborais e da sustentabilidade ambiental.
Tema	Justiça, Transparência e Equidade nas Políticas de Acesso ao Ensino Superior	A IES adota princípios facilitadores para um acolhimento e integração de todos os seus estudantes, com recurso a medidas justas e que discriminam positivamente aqueles que deles podem beneficiar.
Indicador	#11. Integração de medidas de Ação Social Escolar	A IES dispõe de procedimentos flexíveis e dá resposta às diferentes necessidades dos seus estudantes.
Tema	Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável	A IES empenha-se na construção de espaços de vida e convívio saudáveis, seguros e sustentáveis.
Indicador	#12. Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no campus	A IES identifica os diferentes riscos, define procedimentos para uma gestão eficaz dos mesmos e promove iniciativas de valorização de boas práticas em saúde e segurança no campus.
	#13. Sistema de gestão ambiental	A IES define metas e procedimentos de atuação para uma gestão ambiental satisfatória e promove a capacitação dos seus membros nessas temáticas.
	#14. Educação Ambiental	A IES estimula a integração de conteúdos de educação ambiental na formação, investigação e transferência do conhecimento e premia as boas práticas.
	#15. Sistema de gestão de fornecedores	A IES procura dotar-se de uma rede de fornecedores que responda pelas mesmas exigências e padrão de atuação sustentável.
Tema	Comunicação e Marketing socialmente responsáveis	A IES valoriza a importância da comunicação, adota práticas de comunicação amigas do ambiente e identifica todos aqueles que influencia e que a influenciam, definindo canais adequados de comunicação e relatando o seu desempenho em Responsabilidade Social.
Indicador	#16. Comunicação com Responsabilidade Social	A IES estabelece canais de comunicação bidirecionais com todos os seus stakeholders, valoriza a circulação de informação correta e utiliza diferentes recursos e suportes para garantir o acesso de todos à informação.

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Governança democrática e transparente					
Indicador	#1. Estratégias para a Responsabilidade Social e/ou Sustentabilidade					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui a dimensão ética, a responsabilidade social e a sustentabilidade no seu plano estratégico					
	2. A IES inclui no seu plano de atividades e orçamento, iniciativas de caráter económico, social e ambiental					
Nível 2	A IES identifica os riscos éticos (conduta, proteção de dados, corrupção, etc.), ambientais (energia, água, resíduos, etc.) e sociais (direitos, equidade de género, proteção social, pobreza, conflitos em contexto de trabalho, doenças, etc.)					
Nível 3	1. A IES implementa, anualmente, ações e medidas concretas de acordo com os riscos éticos identificados					
	2. A IES implementa, anualmente, ações e medidas concretas de acordo com os riscos ambientais identificados					
	3. A IES implementa, anualmente, ações e medidas concretas de acordo com os riscos sociais identificados					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente as ações dos planos de gestão dos riscos éticos, ambientais e sociais.					
	2. A IES comunica aos diferentes stakeholders as ações de gestão de riscos éticos, ambientais e sociais					
	3. A IES incorpora no Plano de Atividades do ano subsequente, medidas de melhoria em função dos resultados obtidos, envolvendo os diversos stakeholders.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Governança democrática e transparente					
Indicador	#2. Gestão participativa					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES inclui, para além do previsto no RJIES, comissões ou grupos de trabalho para a dimensão ética, a responsabilidade social e a sustentabilidade.					
Nível 2	1. A IES dispõe de um regulamento que especifique os objetivos, o funcionamento, o modo de acompanhamento por parte dos órgãos de gestão da IES, das comissões ou grupos de trabalhos.					
	2. A IES comunica à comunidade académica o regulamento das comissões ou grupos de trabalho, e apela ao envolvimento da mesma.					
Nível 3	A gestão da IES considera a implementação das propostas de ação provenientes das comissões ou grupos de trabalho.					
Nível 4	1. As comissões ou grupos de trabalho elaboram um Relatório de Atividades, a apreciar pela gestão das IES e posteriormente são divulgados aos diferentes stakeholders.					
	2. A gestão da IES incorpora os resultados obtidos e define novos objetivos para comissões ou grupos de trabalho subsequentes.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Orientação ética nos processos de gestão e atividades da organização					
Indicador	#3. Princípios de Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade no Ensino, Investigação e Transferência de Conhecimento					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES identifica os princípios éticos, de responsabilidade ou sustentabilidade na atividade acadêmica.					
Nível 2	1. A IES discute e aprova os procedimentos necessários para a identificação desses princípios no ensino, investigação e transferência de conhecimentos.					
	2. A IES define indicadores para cada uma das áreas (ensino, investigação e transferência de conhecimentos).					
Nível 3	1. A IES identifica os conteúdos sobre princípios éticos, de responsabilidade ou sustentabilidade nos planos curriculares dos ciclos de estudos.					
	2. A IES identifica as linhas ou projetos de investigação relacionados com os princípios éticos, de responsabilidade ou sustentabilidade.					
	3. A IES identifica as atividades de transferência ou difusão de conhecimentos relacionadas com os princípios éticos, de responsabilidade ou sustentabilidade.					
Nível 4	A IES monitoriza os indicadores de cada uma das áreas para influenciar a tomada de decisão e orientar as ações de melhoria.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Orientação ética nos processos de gestão e atividades da organização					
Indicador	#4. Criação e revisão periódica de um Código de Ética/Conduta					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES possui um código de ética/conduta, abrangendo toda a comunidade acadêmica.					
Nível 2	1. O código de ética/conduta esteve em discussão pública na IES e foi aprovado nos órgãos competentes, que incluem membros dos diversos corpos da comunidade acadêmica.					
	2. A IES comunica o código de ética/conduta à comunidade acadêmica e partes interessadas.					
Nível 3	1. A IES possui uma comissão de ética.					
	2. A IES possui canais de denúncia de situações de incumprimento do código de ética/conduta.					
Nível 4	A IES revê e atualiza periodicamente o código de ética/conduta					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Orientação ética nos processos de gestão e atividades da organização					
Indicador	#5. Participação e gestão de iniciativas sobre Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES promove ou participa em iniciativas e eventos sobre ética, responsabilidade social ou sustentabilidade.					
Nível 2.	A IES define e dispõe de elementos da comunidade acadêmica, que representam a instituição, que participam ativamente das discussões nas iniciativas de ética, responsabilidade social ou sustentabilidade (como observatórios, redes, seminários, workshops, conferências)					
Nível 3	1. A IES valoriza e reconhece a participação da comunidade acadêmica nas iniciativas sobre ética, responsabilidade social ou sustentabilidade. Por exemplo, com a inclusão no suplemento ao diploma no caso dos estudantes e na avaliação de desempenho no caso dos docentes e não docentes.					
	2. A gestão da IES acompanha os resultados das iniciativas em que participa ou que promove.					
	3. A gestão da IES é influenciada pelos resultados das iniciativas em que participa ou que promove.					
Nível 4	1. A IES avalia periodicamente os resultados das iniciativas sobre ética, responsabilidade social ou sustentabilidade.					
	2. A IES comunica aos diferentes stakeholders os resultados dessas iniciativas.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Direitos humanos e políticas de inclusão social					
Indicador	#6. Integração dos Direitos Humanos no processo de gestão da Instituição de Ensino Superior					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui uma referência explícita ao respeito e promoção dos Direitos Humanos, da Não-Discriminação e equidade de Género, nos documentos estratégicos.					
Nível 2	1. O plano de atividades e orçamento da IES define ação(ões) concreta(s) na promoção dos Direitos Humanos, Não-Discriminação e equidade de Género.					
	2. A IES identifica os potenciais riscos e impactos nos Direitos Humanos, Não-Discriminação e equidade de Género.					
	3. A IES incentiva a adoção de práticas de integração, respeitadoras dos DH e não discriminatórias, junto das estruturas estudantis.					
Nível 3.	1. A IES formaliza as medidas para lidar com situações em que ocorram casos de discriminação.					
	2. A IES integra nos ciclos de estudos, na investigação, nos projetos de extensão à comunidade, a temática dos Direitos Humanos, Não-Discriminação e equidade de Género.					
	3. A gestão da IES reúne com as estruturas estudantis, promovendo um acolhimento aos estudantes, respeitador dos DH, ND.					
Nível 4	1. A IES sensibiliza e comunica aos diferentes stakeholders as ações de promoção dos Direitos Humanos, Não-Discriminação e equidade de Género.					
	2. A IES monitoriza e revê periodicamente, as medidas e os procedimentos de promoção dos Direitos Humanos, Não-Discriminação e equidade de Género.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Gestão socialmente responsável das pessoas e das relações					
Indicador	#7. Política de recrutamento e remunerações					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES define critérios-base para a elaboração de grelhas de recrutamento, para o pessoal docente e não docente.					
Nível 2	1. A IES dispõe de perfis pré-definidos em função da categoria profissional, que aplica nos concursos para recrutamento de docentes e não docentes.					
	2. A IES dispõe de mecanismos para garantir a não discriminação nas suas grelhas de recrutamento.					
	3. A IES dispõe de procedimento complementar de valorização dos colaboradores, dentro dos limites que a lei permite (por exemplo, banco de horas, distinção por anos de serviço).					
Nível 3	1. A IES elabora as suas grelhas de recrutamento de acordo com um perfil adequado à categoria profissional e ao subsistema de ensino a que pertence, sem recurso a critérios com potencial discriminante e em aspetos não relevantes para o exercício da função.					
	2. A IES valoriza, na grelha de recrutamento, o envolvimento do candidato em ações de RS e/ou Sustentabilidade.					
	3. A IES dispõe de manual de acolhimento diferenciado (pessoal docente, pessoal não docente e investigadores).					
	4. A IES dispõe de plano anual e regulamento próprio para atribuição de meios de valorização complementar.					
Nível 4	1. A IES procede à avaliação das grelhas de recrutamento após cada concurso, com o intuito de verificar falhas e melhorar continuamente.					
	2. A IES dispõe de mecanismo para monitorizar o grau de satisfação com a informação relativa a recursos humanos e remunerações.					
	3. A IES avalia anualmente o grau de satisfação com as medidas complementares de valorização					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Gestão socialmente responsável das pessoas e das relações					
Indicador	#8. Relação com entidades representativas dos membros da IES					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES divulga informação remetida pelos sindicatos representativos do pessoal docente e não docente.					
	2. A IES divulga informação sobre as atividades da associação de estudantes aos interessados.					
Nível 2	1. A IES não coloca obstáculos/estimula à afiliação em sindicatos.					
	2. A IES não coloca obstáculos/estimula o associativismo no seu espaço.					
Nível 3	1. A IES acolhe iniciativas propostas pelos sindicatos representativos do pessoal docente e não docente.					
	2. A IES acolhe com iniciativas das associações de estudantes e valoriza as mesmas no Suplemento ao Diploma					
Nível 4	A IES dispõe de mecanismo para monitorizar o acesso à informação remetida pelas diferentes estruturas representativas do pessoal docente, não docente e estudante.					
IQ 1	Nº de estudantes que participam no ato eleitoral para a AE.					

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Gestão socialmente responsável das pessoas e das relações					
Indicador	#9. Desenvolvimento pessoal e profissional					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES dispõe de um plano de formação contínua, para docentes e não docentes, adequado às necessidades de ambos.					
Nível 2	1. A IES dispõe de um procedimento que define nº de horas de formação/ano e temáticas a abordar, em função da manifestação de propostas dos seus colaboradores.					
	2. A IES dispõe de um procedimento de apoio à prossecução dos estudos dentro da IES ou noutra.					
	3. A IES valoriza a formação em RS e/ou Sustentabilidade adequado ao contexto e envolvente da mesma.					
	4. A IES estimula a mobilidade internacional, nos regimes Estudos e Staff.					
	5. A IES estimula a participação em programas de voluntariado na comunidade.					
Nível 3	1. A IES implementa mecanismos facilitadores para a prossecução da formação académica dos seus docentes e não docentes.					
	2. A IES apresenta anualmente um plano diferenciado de formação contínua (pessoal docente, pessoal não docente)					
	3. A IES apresenta anualmente um plano de formação contínua para docentes, especificamente em tecnologias e pedagogia					
	4. A IES apresenta anualmente mais do que uma ação de formação sobre a temática da RS e/ou Sustentabilidade.					
	5. A IES valoriza a mobilidade internacional na avaliação de desempenho (pessoal docente e não docente).					
	6. A IES valoriza a participação em ações de voluntariado na avaliação de desempenho (pessoal docente e não docente).					
Nível 4	1. A IES dispõe de mecanismo para monitorizar o grau de satisfação com a formação realizada a adequação às necessidades.					
	2. A IES avalia o impacto da realização de mobilidades na satisfação do colaborador e na melhoria do ensino/serviço.					
	3. A IES avalia o impacto na comunidade das ações de voluntariado promovidas e mede o grau de satisfação dos colaboradores-voluntários com as ações.					
	4. A IES, após a monitorização e a avaliação, promove um mecanismo de mobilidade interna valorizando o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores					

IQ 1	Nº de horas de formação/ano para docentes e para não docentes.
IQ 2	Nº de ações de formação propostas sobre RS e/ou Sustentabilidade.
IQ 3	Nº de colaboradores com apoio financeiro para prossecução de estudos.
IQ 4	Nº de mobilidades Estudos e Staff/ano.
IQ 5	Nº de colaboradores envolvidos em ações de voluntariado propostas pela IES/ano.

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Gestão socialmente responsável das pessoas e das relações					
Indicador	#10. Clima organizacional e conciliação trabalho-família					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES valoriza a dimensão do clima organizacional nos seus documentos orientadores					
	2. A IES aplica a política nacional de conciliação trabalho-família (assim como o Estatuto Mãe/Pai de menor) e complementa a mesma.					
Nível 2	1. A IES dispõe de um procedimento para avaliar o clima organizacional auscultando docentes, não docentes e estudantes e, sempre que possível, por Avaliadores Externos à UO ou IES.					
	2. A IES dispõe de medidas próprias facilitadoras da conciliação trabalho-família (tais como: elaboração de horários escolares e dos serviços, banco do tempo, épocas adicionais de avaliação para os estudantes, entre outras).					
Nível 3	1. A IES promove celebrações internas para promover a coesão interna.					
	2. A IES publicita as suas medidas complementares de apoio à conciliação trabalho-família.					
Nível 4	1. A IES monitoriza o grau de satisfação com os eventos internos para a coesão.					
	2. A IES avalia o impacto das medidas complementares de apoio à conciliação família-trabalho.					
IQ 1	Nº de colaboradores beneficiários de medidas complementares.					
IQ 2	Nº de estudantes beneficiários das medidas complementares.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Justiça, transparência e equidade nas políticas de acesso ao Ensino Superior					
Indicador	#11. Integração de medidas de Ação Social Escolar					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES, além de aplicar a legislação da Tutela, dispõe de regulamentos próprios, que visem promover a inclusão de estudantes com estatutos especiais.					
Nível 2	A IES comunica aos seus candidatos e atuais estudantes, os requisitos e benefícios contemplados nos regulamentos da Tutela e próprios.					
Nível 3	1. A IES dispõe de processos claros, acessíveis e céleres, na apreciação de candidaturas a estatutos especiais ou à ação social.					
	2. A IES, para além das medidas contempladas pela Tutela, promove medidas complementares, pontuais ou permanentes, para responder às necessidades específicas dos estudantes.					
	3. A IES dispõe de diversos planos de pagamento de propinas, adequados às necessidades de cada estudante.					
	4. A IES promove medidas de integração do estudante, em serviços da própria instituição, estimulando a autonomia financeira do estudante.					
Nível 4	1. A IES monitoriza a aplicação e abrangência dos diferentes estatutos especiais ou medidas complementares.					
	2. A IES avalia o nível de satisfação dos estudantes abrangidos pelos diferentes estatutos especiais ou medidas complementares.					
	3. A IES revê periodicamente as medidas existentes por sua iniciativa, integrando os resultados da monitorização da aplicação e abrangência e da satisfação dos estudantes.					
IQ 1	Nº de dias para apreciação e decisão das candidaturas à ação social, estatutos especiais ou medidas complementares.					
IQ 2	Montante orçamentado para apoio às medidas complementares.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável					
Indicador	#12. Qualidade de vida, Saúde e Segurança no campus					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES define critérios de promoção da saúde e segurança no trabalho e no campus, junto da comunidade académica, para além do previsto na Lei.					
	2. A IES respeita as horas de trabalho dos colaboradores (docentes e não-docentes) e compensa as horas extra.					
Nível 2	1. A IES faz o mapeamento dos riscos de saúde e segurança.					
	2. A IES possui uma política de segurança no campus.					
	3. A IES dispõe de programas de sensibilização/formação sobre saúde e segurança, como alimentação saudável e exercício físico.					
Nível 3	1. A IES elabora planos de ação, face aos riscos mapeados, que promovam um contexto e uma cultura de saúde e segurança.					
	2. A IES implementa programas de sensibilização /formação sobre saúde e segurança, para a comunidade académica.					
	3. A IES implementa, anualmente, programas de combate ao stress e bullying no local de trabalho, orientação alimentar e exercício físico.					
	4. A IES promove a realização de simulacros, de frequência obrigatória.					
	5. A IES adota medidas para aumentar a segurança no campus.					
Nível 4.	A IES monitoriza a eficácia dos planos de ação elaborados, a satisfação da comunidade académica e aas medidas para aumentar a segurança no campus.					

IQ 1	Nº de iniciativas promotoras de um estilo de vida saudável (ex., alimentação, exercício físico)
IQ 2	Nº de horas de formação dedicadas à promoção da saúde e segurança no campus.
IQ 3	Nº de ocorrências, relativas a segurança no campus, reportadas à gestão da IES.

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável					
Indicador	#13. Sistema de gestão ambiental					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES identifica os impactos ambientais negativos gerados pelas suas atividades (nomeadamente consumo de água, de energia, de materiais, nível de poluição e gestão de resíduos), de modo a elaborar a sua política ambiental.					
Nível 2	1. A IES dispõe de um sistema de gestão ambiental.					
	2. A IES divulga, junto de toda a comunidade académica, a sua política ambiental.					
Nível 3	1. A IES implementa ações de sensibilização para a promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis e para o uso sustentável dos recursos.					
	2. A IES promove ações de formação com vista à capacitação dos membros da comunidade académica.					
	3. A IES promove iniciativas ou adere a projetos com vista à redução de riscos ambientais.					
	4. A IES tem indicadores para a monitorização contínua do seu consumo de água, de energia, de materiais, nível de poluição e gestão de resíduos					
Nível 4	1. A IES avalia a satisfação dos participantes nas ações de sensibilização/formação e iniciativas gestão ambiental.					
	2. A IES monitoriza o cumprimento dos indicadores definidos.					
	3. A IES promove auditorias internas regulares, de modo a estabelecer metas cada vez mais exigentes para o uso sustentável de recursos.					
	4. A IES divulga o relatório de avaliação dos seus resultados ambientais, junto da sua comunidade e outros stakeholders.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável					
Indicador	#14. Educação ambiental					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES define orientações para a integração de conteúdos de educação ambiental no ensino, para a realização de projetos de investigação aplicada e para a transferência de boas-práticas para a comunidade.					
Nível 2	1. A IES formaliza mecanismos de valorização de iniciativas de educação ambiental, para o ensino, investigação e transferência do conhecimento.					
	2. A IES comunica à comunidade académica os mecanismos de valorização de iniciativas de educação ambiental.					
Nível 3	1. A IES implementa iniciativas e promove campanhas de educação ambiental e simulacros.					
	2. A IES identifica e divulga as Unidades Curriculares ou atividades extracurriculares onde são lecionados conteúdos de educação ambiental.					
	3. A IES identifica e divulga as linhas de investigação que contemplam a educação ambiental.					
	4. A IES identifica e divulga as boas-práticas de educação ambiental na transferência de conhecimento.					
	5. A IES cria prémios, concursos ou distinções ao nível da educação ambiental.					
Nível 4	1. A IES monitoriza as iniciativas de educação ambiental, para a melhoria contínua.					
	2. A IES avalia os resultados da educação ambiental no ensino, na investigação e na transferência de conhecimento.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável					
Indicador	#15. Sistema de gestão de fornecedores					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES inclui critérios ambientais na seleção de fornecedores, para além dos definidos na legislação.					
Nível 2	A IES define critérios de responsabilidade ambiental nos processos de aquisição de produtos e serviços					
Nível 3	Sempre que possível, a IES privilegia fornecedores locais que cumpram os critérios definidos.					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente a implementação e utilização dos critérios de responsabilidade ambiental.					
	2. A IES produz anualmente um relatório sobre a implementação destes critérios e reporta à Tutela, sempre que identifica obstáculos à integração plena desses critérios, nos processos de aquisição de produtos e serviços.					

Dimensão	Campus socialmente responsável					
Tema	Comunicação e marketing socialmente responsáveis					
Indicador	#16. Comunicação com Responsabilidade Social					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES dispõe de um gabinete/serviço responsável pela comunicação e marketing que responde diretamente à gestão.					
Nível 2	1. A IES comunica regularmente com os stakeholders que mapeou e dispõe de instrumentos de comunicação biunívocos.					
	2. A IES privilegia a escolha de suportes de comunicação de baixo ou zero impacto ambiental.					
	3. A IES comunica o seu compromisso com a RS.					
	4. A IES dispõe de um serviço de atendimento orientado pelos princípios da modernização administrativa.					
Nível 3	1. A IES contempla práticas de comunicação inclusivas (por exemplo: em língua gestual, em braille, noutras línguas).					
	2. A IES privilegia formas de contacto amigas do ambiente e recorre, sempre que possível, ao contacto one-to-one.					
	3. A IES relata anualmente as suas práticas de RS e Sustentabilidade junto de todos os stakeholders que mapeou.					
	4. A IES presta informações rigorosas e completas, através e meios presenciais e online, em horário abrangendo as atividades letivas.					
Nível 4	1. A IES monitoriza anualmente a eficácia dos meios de comunicação utilizados juntos dos seus stakeholders.					
	2. A IES recolhe o feedback dos diferentes stakeholders sobre as práticas de RS e Sustentabilidade apresentado anualmente.					
	3. A IES monitoriza os custos dos meios de suportes utilizados e o seu impacto ambiental, integrando esta informação na planificação de campanhas subsequentes.					
	4. A IES monitoriza anualmente o grau de satisfação com o atendimento prestado.					

Dimensão 2 - Formação Pessoal e Profissional dos Estudantes e Relação com Alumni

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni	[Impactos educativos] O compromisso da IES em formar cidadãos socialmente responsáveis.
Tema	Formação de cidadãos socialmente responsáveis	A IES assume uma perspetiva holística na formação do estudante e integra a preparação para a profissão sem descuidar uma capacitação para a intervenção social e comunitária.
Indicador	#17. Formação para uma cidadania ativa	A IES valoriza a integração de conteúdos de Cidadania na formação ministrada e ações de formação pedagógica para essas temáticas, assim como apoia iniciativas transdisciplinares e que envolvam organismos da sociedade civil em torno da Cidadania.
	#18. Desenvolvimento curricular e impactos da formação	A IES procura conhecer os impactos da sua formação e revê os seus conteúdos e objetivos integrando os contributos de entidades do setor, da academia e da sociedade civil.
	#19. Aprendizagem colaborativa	A IES proporciona contextos de aprendizagem que valorizam o trabalho colaborativo.
Tema	Promoção do Sucesso Educativo e combate ao abandono	A IES adota práticas para promoção do sucesso académico e desenvolve estratégias que contrariem o abandono escolar.
Indicador	#20. (In)sucesso e abandono académico	A IES dispõe de recursos e práticas de acompanhamento e intervenção no combate ao insucesso escolar e estimula medidas favoráveis ao sucesso académico dos seus estudantes.
	#21. Inovação no Ensino-Aprendizagem	A IES está desperta para a importância da inovação curricular, disponibiliza formação, recursos tecnológicos e apoio aos docentes para a definição de metodologias que vão ao encontro das novas exigências e necessidades.
Tema	Promoção da Empregabilidade e da Aprendizagem ao longo da vida	A IES promove ações para a empregabilidade dos seus estudantes, acompanha o percurso profissional dos seus diplomados e promove ocasiões de formação complementar para estes e para todos os que procuram uma reorientação ou atualização profissional.
Indicador	#22. Empregabilidade e percurso profissional dos diplomados	A IES promove a empregabilidade dos seus diplomados, através de iniciativas de contacto com empregadores e através da sua rede alumni.
	#23. Aprendizagem ao longo da vida	A IES oferece formação diferenciada e adequada às necessidades de novos públicos, em novos formatos e diferentes suportes.
Tema	Promoção da mobilidade e da colaboração, nacionais e internacionais	A IES valoriza a mobilidade nacional e internacional e cria condições favoráveis ao seu pleno funcionamento, com reconhecimento de competências adquiridas e estímulo à realização de acordos bilaterais mutuamente benéficos.
Indicador	#24. Promoção da mobilidade nacional e internacional	A IES dispõe de mecanismos para acolhimento de alunos incoming e apoio aos estudantes em outgoing.
Tema	Estratégias de promoção do relacionamento com os alumni	A IES reconhece a importância estratégica da relação com os alumni e desenvolve procedimentos para um acompanhamento regular das suas carreiras, desenvolve iniciativas para estes e oferece formação avançada relevante.
Indicador	#25. Relacionamento com os alumni	A IES dispõe de diversos mecanismos para o desenvolvimento de uma relação próxima com os seus diplomados.

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Formação de cidadãos socialmente responsáveis					
Indicador	#17. Formação para uma cidadania ativa					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui a formação cívica do estudante nos seus planos de orientação pedagógica e científica					
	2. A IES valoriza, nos seus planos de formação, a participação da sociedade civil no contexto académico e o envolvimento de estudantes e docentes em projetos comunitários					
Nível 2	1. A IES estabelece metas, com os órgãos implicados na docência, a alcançar anualmente para promover a formação em Cidadania e, concretamente, em Responsabilidade Social e/ou Sustentabilidade					
	2. A IES propõe, nos seus planos de orientação científica e pedagógica, a inserção de conteúdos de cidadania nas unidades curriculares					
	3. A IES propõe a integração de iniciativas que envolvam a comunidade académica no contexto envolvente					
Nível 3	1. A IES promove formação pedagógica para estimular a inserção de formação em Cidadania e/ou adoção de novas metodologias de ensino					
	2. A IES destaca conteúdos ou unidades curriculares que abordem o tema da Responsabilidade Social					
	3. A IES apoia e promove a realização de iniciativas transdisciplinares que abordem a temática da Cidadania dirigidas à comunidade académica					
	4. A IES realiza acordos e parcerias com organismos da sociedade civil para envolvimento da sua comunidade (docentes, estudantes e não docentes)					
	5. A IES promove a publicação e a divulgação de conteúdos pedagógicos de apoio a iniciativas de Cidadania ativa					
	6. A IES integra grupos de reflexão sobre as práticas educativas e os desafios futuros (por exemplo: PRME)					
Nível 4	1. A IES monitoriza anualmente os resultados obtidos na formação de docentes para a Cidadania					
	2. A IES avalia os resultados das iniciativas que promove/acolhe e define critérios de superação para anos subsequentes, comunicando-os aos parceiros					
	3. A IES reconhece o envolvimento dos estudantes em ações de cidadania (ex: voluntariado), inscrevendo-as no Suplemento ao Diploma					
IQ1	Nº de ações de formação					
IQ2	Nº de formandos					
IQ3	Nº de publicações pedagógicas					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Formação de cidadãos socialmente responsáveis					
Indicador	#18. Desenvolvimento curricular e impactos da formação					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES valoriza o envolvimento de diplomados e empregadores na revisão periódica da sua formação.					
	2. A IES reconhece a importância de uma formação orientada para o exercício crítico e responsável da profissão e inclui essa preocupação nos seus princípios orientadores para a docência.					
Nível 2	1. A IES formaliza o envolvimento com organismos representativos dos setores profissionais para que forma, e promove a discussão de temáticas relevantes.					
	2. A IES define ações concretas para o envolvimento de diplomados e empregadores (exemplo: conselho consultivo).					
Nível 3	1. A IES dispõe de um conselho consultivo onde participam organismos representativos das áreas profissionais relevantes.					
	2. A IES dispõe de processos de revisão periódica da sua oferta formativa e dos conteúdos lecionados em função das questões emergentes nos setores relevantes.					
Nível 4	1. A IES avalia os resultados das iniciativas promovidas, o seu impacto e comunica-os.					
	2. A IES dispõe de mecanismos de auscultação às partes interessadas que permitem desenhar soluções inovadoras e aplicadas aos problemas reais, com efetiva colaboração das partes para a resposta final aos problemas detetados.					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Formação de cidadãos socialmente responsáveis					
Indicador	#19. Aprendizagem colaborativa					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES valoriza a aprendizagem colaborativa e estimula a sua integração em contextos formais e não formais.					
Nível 2	1. A IES define metas, no seu plano de atividades, para a formação pedagógica dos docentes, sobre aprendizagem colaborativa.					
	2. A IES contempla, nas suas orientações científico-pedagógicas, o recurso a trabalho interdisciplinar e colaborativo entre estudantes (entre unidades curriculares do mesmo e outros cursos, projetos ou iniciativas).					
Nível 3	1. A IES promove ações de formação pedagógica de docentes para a aprendizagem colaborativa.					
	2. A IES promove e cria condições que estimulem projetos colaborativos entre docentes e/ou estudantes, a nível nacional e internacional.					
	3. A IES apoia e cria condições para a integração de recursos tecnológicos e adaptação de espaços promotores da aprendizagem colaborativa.					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente os resultados alcançados.					
	2. A IES dissemina as boas práticas.					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono					
Indicador	#20. (In)sucesso e abandono académico					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui a promoção do sucesso académico e a prevenção, monitorização e combate ao insucesso e abandono académico no seu plano estratégico.					
	2. A IES dispõe de comissões ou grupos de trabalho para o (in) sucesso e abandono académico.					
Nível 2	1. O plano de atividades e orçamento da IES define ação(ões) concreta(s) de promoção do sucesso académico e prevenção, monitorização e combate ao abandono e insucesso académico.					
	2. A gestão da IES acompanha regularmente a atividade desenvolvida por estas comissões ou grupos de trabalho.					
Nível 3	1. A IES implementa anualmente medidas de promoção do sucesso académico.					
	2. A IES possui medidas que permitam aos estudantes a flexibilização da modalidade de frequência dos ciclos de estudo (por exemplo, o estatuto de estudante a tempo parcial).					
	3. A IES implementa anualmente medidas de prevenção, monitorização e combate ao insucesso e abandono académico.					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente os indicadores de (in)sucesso e abandono académico e define novas estratégias e metas em conformidade.					
	2. A IES comunica aos diferentes stakeholders as medidas e os seus resultados relativamente ao (in)sucesso e abandono académico.					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono					
Indicador	#21. Inovação no ensino-aprendizagem					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui a inovação no ensino-aprendizagem no seu plano estratégico.					
	2. A IES dispõe de comissões ou grupos de trabalho para a inovação no ensino-aprendizagem.					
Nível 2	1. O plano estratégico da IES define objetivo(s) estratégico(s) concreto(s) para a inovação no ensino-aprendizagem.					
	2. O plano de atividades e orçamento da IES define ação(ões) concreta(s) de promoção da inovação no ensino-aprendizagem.					
	3. A gestão da IES acompanha regularmente a atividade desenvolvida por estas comissões ou grupos de trabalho.					
Nível 3	1. A IES implementa anualmente medidas de promoção da inovação no ensino-aprendizagem junto dos docentes, como formação de docentes, atribuição de prémios a docentes.					
	2. A IES implementa anualmente medidas de promoção da inovação curricular.					
	3. A IES implementa anualmente medidas de promoção da utilização das tecnologias de informação e comunicação como facilitador da inovação no ensino-aprendizagem.					
	4. A IES disponibiliza de um serviço de apoio técnico/pedagógico aos docentes na utilização metodologias inovadoras.					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente as medidas de promoção da inovação no ensino-aprendizagem.					
	2. A IES comunica aos diferentes stakeholders as medidas de inovação no ensino-aprendizagem.					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Promoção da empregabilidade e da aprendizagem ao longo da vida					
Indicador	#22. Empregabilidade e percurso profissional dos diplomados					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES tem referências explícitas à promoção da empregabilidade dos diplomados, nos seus documentos orientadores.					
	2. A IES dispõe de um gabinete/serviço de empregabilidade e acompanhamento dos percursos profissionais dos diplomados, que responde diretamente à gestão.					
Nível 2	1. A IES inclui no seu plano de atividade e orçamento, iniciativas de promoção da empregabilidade dos estudantes, desde o seu ingresso até à sua integração no mercado de trabalho.					
	2. A IES inclui no seu plano de atividade e orçamento, iniciativas de acompanhamento dos percursos profissionais dos diplomados.					
Nível 3	1. A IES realiza ações de aconselhamento e orientação sobre o mercado de trabalho.					
	2. A IES realiza feiras de emprego ou iniciativas semelhantes promotoras da empregabilidade.					
	3. A IES integra os alumni em conselhos consultivos ou grupos semelhantes, para a promoção da empregabilidade.					
Nível 4	1. A IES monitoriza as iniciativas de promoção da empregabilidade, bem como as taxas de emprego dos diplomados, o período de procura de emprego e as condições de trabalho.					
	2. A IES avalia o nível de satisfação dos estudantes, diplomados e dos empregadores.					
	3. A IES revê periodicamente as medidas existentes por sua iniciativa, integrando os resultados da monitorização de aplicação e abrangência e da satisfação dos estudantes, diplomados e empregadores.					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Promoção da empregabilidade e da aprendizagem ao longo da vida					
Indicador	#23. Aprendizagem ao longo da vida					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES possui orientações que permitam a novos públicos uma aprendizagem ao longo da vida.					
Nível 2	1. A IES possui medidas que permitam a novos públicos alvo a frequência da oferta formativa.					
	2. A IES valoriza a formação e a utilização de metodologias de ensino que permitam uma oferta formativa em diversos suportes.					
Nível 3	A IES implementa anualmente inovação na sua oferta formativa e adequação a novos públicos alvo (ex.: cursos não conferentes de grau, horário pós-laboral, ensino à distância).					
Nível 4	A IES dispõe de mecanismo para monitorizar o grau de satisfação com a formação realizada e adequação às necessidades dos novos públicos alvo.					

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Promoção da mobilidade e da colaboração, nacionais e internacionais					
Indicador	#24. Promoção da mobilidade nacional e internacional					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES reconhece a relevância e importância da mobilidade (nacional e internacional) de estudos na formação integral do cidadão e como meio de valorização da diversidade cultural e promove este intercâmbio.					
	2. A IES dispõe de serviço de apoio à mobilidade (gabinete de relações internacionais).					
Nível 2	1. A IES dispõe de procedimentos regulares de informação e de valorização da experiência de mobilidade durante os estudos.					
	2. A IES dispõe de critérios inclusivos para seriação dos candidatos a bolsas de mobilidade e divulga-os.					
	3. A IES formaliza acordos bilaterais de mobilidade (nacional e internacional) tendo em consideração a similitude de áreas de formação e a oportunidade de integração em contextos culturais diversificados, nomeadamente em países em desenvolvimento.					
	4. A IES dispõe de mecanismos formais e transparentes para a instrução de contratos de estudos (learning agreements) e creditação da formação obtida.					
	5. A IES dispõe de um procedimento de acolhimento e integração aos/dos estudantes incoming/internacionais.					
Nível 3	1. A IES dispõe de meios para partilha de experiências de mobilidade entre estudantes, através de ações de divulgação, vídeos promocionais e programas de mentoring entre estudantes.					
	2. A IES dispõe de programas de integração dos estudantes incoming/internacionais: a nível linguístico, cultural e de lazer.					
	3. A IES oferece aos estudantes um sistema de tutoria por docentes na preparação e acompanhamento da mobilidade, incluindo o foco na diversidade cultural.					
	4. A IES, dentro do seu âmbito de atuação, garante o acesso a mobilidade (nacional e internacional), com as necessárias adaptações, quer para estudantes com deficiência quer para estudantes que trabalham.					
Nível 4	1. A IES monitoriza os seus níveis de desempenho em mobilidades (nacional e internacional) e fixa progressivamente metas mais ambiciosas.					
	2. A IES monitoriza a satisfação dos alunos incoming/internacionais nos parâmetros: estudos; acolhimento; integração linguística; integração cultural; eventos interculturais; eventos de lazer; programa de mentoring por estudantes nacionais; funcionamento dos gabinetes de relações internacionais.					
	3. A IES adequa a sua estratégia de informação e comunicação em conformidade os resultados da monitorização.					
IQ1	Nº de estudantes envolvidos em outgoing/ Destino					
IQ2	Nº de estudantes incoming /Proveniência					
IQ3	Nº de estudantes internacionais /Proveniência					
IQ4	Nº de acordos de mobilidade /País					

Dimensão	Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni					
Tema	Estratégias de promoção do relacionamento com os alumni					
Indicador	#25. Relacionamento com os alumni					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES considera os alumni como um público relevante e formula objetivos de relacionamento com estes no seu plano estratégico.					
	2. A IES dispõe de um serviço com funções específicas no desenvolvimento de programas de relacionamento com os alumni.					
Nível 2	1. A IES dispõe de uma base de dados atualizada dos seus alumni.					
	2. A IES formaliza a participação de representantes dos alumni em órgãos consultivos, dentro dos limites que a lei permite.					
	3. A IES formaliza anualmente um plano de comunicação com os alumni que promova a manutenção da ligação à IES.					
Nível 3	1. A IES promove eventos de partilha entre estudantes e alumni.					
	2. A IES desenvolve ações de comunicação durante a formação para incutir a vinculação e relação com a IES.					
	3. A IES oferece condições especiais de acesso a iniciativas da própria ou a formação contínua e/ou avançada aos seus alumni assim como permite o acesso aos serviços que disponibiliza (biblioteca, mail, por ex.).					
Nível 4	1. A IES avalia a satisfação dos alumni com a formação obtida e o seu grau de envolvimento com a IES após obtenção do diploma.					
	2. A IES dispõe de um sistema de monitorização dos seus diplomados, acompanhando o seu percurso profissional e comunica estes resultados.					
	3. A IES premeia/distingue anualmente os seus alumni que se distinguiram, a nível profissional e social.					

Dimensão 3 - Gestão Socialmente Responsável na Produção e Difusão do Conhecimento

Dimensão e Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento	[Impactos cognitivos] A investigação promovida, desenvolvida e difundida pela IES articula os princípios da ciência aberta, transdisciplinaridade e envolvimento da comunidade.
Indicador	#26. Investigação colaborativa	A IES privilegia o desenvolvimento de linhas de investigação que integram múltiplos campos do conhecimento e que valoriza a interação entre atores internos e externos da IES.
	#27. Investigação em desenvolvimento sustentável	A IES destaca a relevância e urgência do desenvolvimento de projetos de investigação centrados na problemática do desenvolvimento sustentável
	#28. Difusão e transferência de conhecimento	A IES valoriza uma difusão sistemática do conhecimento produzido e um acesso facilitado para benefício de todos os atores, internos e externos à IES.
	#29. Difusão e transferência de conhecimento junto de públicos vulneráveis	A IES implementa medidas específicas para garantir que a sua política de acesso ao conhecimento produzido corresponde às necessidades dos públicos vulneráveis, como quem também define linhas de investigação relevantes.
	#30. Práticas de divulgação e transferência científica integradas no ensino	A IES valoriza a aquisição de competências pelos alunos para a transmissão de informação a públicos não especializados.
	#31. Ciência Aberta	A IES orienta-se pelas linhas nacionais da Ciência Aberta e implementa medidas de incentivo à publicação aberta junto da comunidade académica.

Dimensão	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Indicador	#26. Investigação colaborativa					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES dispõe de um gabinete/serviço responsável pela promoção da investigação que responde diretamente à gestão.					
Nível 2	1. A IES define metas, a curto e longo prazo, para a promoção da colaboração interinstitucional e interdisciplinar para a investigação.					
	2. A IES define critérios e indicadores para a promoção da investigação colaborativa.					
	3. A IES define mecanismos de estímulo à investigação colaborativa.					
Nível 3	1. A IES promove a integração de atores sociais internos e externos na definição de linhas de investigação (por exemplo, através de conselhos consultivos).					
	2. A IES implementa anualmente medidas de promoção da investigação colaborativa (por exemplo, participação em redes de parcerias, realização de jornadas científicas inter ou transdisciplinares, integração de trabalhos interdisciplinares nas unidades curriculares, unidades de investigação interdisciplinares).					
	3. A IES implementa anualmente medidas de promoção da investigação colaborativa junto dos estudantes e futuros investigadores, que desenvolva competências de trabalho em equipa (por exemplo, concursos).					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente os indicadores de investigação colaborativa e define novas metas em conformidade.					
	2. A IES comunica aos diferentes stakeholders as medidas de inovação na investigação colaborativa.					

Dimensão	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Indicador	#27. Investigação em desenvolvimento sustentável					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui a investigação em desenvolvimento sustentável no seu plano estratégico.					
	2. A IES dispõe de comissões ou grupos de trabalho para a o desenvolvimento sustentável, que abordam a dimensão da investigação, em particular o desenvolvimento de projetos de investigação colaborativa em torno dos ODS.					
Nível 2	1. O plano estratégico da IES define objetivo(s) estratégico(s) concreto(s) para a investigação em desenvolvimento sustentável.					
	2. O plano de atividades e orçamento da IES define ação(ões) concreta(s) de promoção da investigação em desenvolvimento sustentável					
	3. A gestão da IES acompanha regularmente a atividade desenvolvida por estas comissões ou grupos de trabalho.					
Nível 3	1. A IES implementa anualmente medidas de promoção da investigação em desenvolvimento sustentável junto dos docentes e investigadores, como formação, atribuição de prémios, financiamento de projetos de investigação orientados para os ODS.					
	2. A IES implementa anualmente medidas de promoção da investigação em desenvolvimento sustentável junto de estudantes e futuros investigadores, como ações de sensibilização para projetos de investigação orientados para os ODS.					
	3. A IES implementa anualmente medidas de promoção da utilização das tecnologias de informação e comunicação como facilitador da inovação no ensino-aprendizagem.					
Nível 4	1. A IES monitoriza periodicamente as medidas de promoção da investigação em desenvolvimento sustentável.					
	2. A IES comunica aos diferentes stakeholders as medidas de investigação em desenvolvimento sustentável.					

Dimensão	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Indicador	#28. Difusão e transferência de conhecimento					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES valoriza os processos de difusão e transferência do conhecimento nos seus documentos estratégicos.					
	2. A IES dispõe de uma política de difusão sistemática do conhecimento produzido recorrendo aos mecanismos previstos pela tutela e a ações de divulgação científica.					
	3. A IES alinha a sua política de divulgação e transferência do conhecimento com a política de investigação, privilegiando a inserção dos projetos em torno dos ODS.					
Nível 2	1. A IES define metas para disponibilização de outros resultados de investigação (para além dos obrigatórios) utilizando os recursos de âmbito nacional que a tutela oferece.					
	2. A IES dispõe de orientações específicas para incentivar ao desenvolvimento de projetos de investigação aplicada com inclusão de mecanismos de difusão do conhecimento produzido.					
	3. A IES mapeia as suas áreas de investigação e transferência do conhecimento tendo por base os ODS.					
	4. A IES prioriza quais os ODS mais relevantes, considerando as áreas de conhecimento onde faz formação e investigação.					
Nível 3	1. A IES implementa boas práticas de transferência do conhecimento produzido junto da comunidade envolvente (difundindo-as através de informação em suportes papel e digital, MOCC e ações de divulgação interna).					
	2. A IES promove a criação de projetos que envolvam a comunidade como agente ativo na produção do conhecimento, na lógica preconizada pela ciência cidadã e valoriza a divulgação científica dos resultados para públicos não especialistas.					
	3. A IES promove ações de sensibilização e formação para a relevância dos ODS e áreas de intervenção que decorrem destes.					
Nível 4	1. A IES avalia anualmente as metas definidas de disponibilização nos repositórios disponíveis.					
	2. A IES revê periodicamente os seus circuitos de difusão do conhecimento produzido para garantir que estes se fazem com celeridade.					
	3. A IES avalia periodicamente o impacto e satisfação com os meios de sensibilização para a difusão do conhecimento produzido pela comunidade académica.					
	4. A IES monitoriza a evolução do número de projetos desenvolvidos na ótica da ciência cidadã.					
	5. A IES monitoriza o nº de sessões de divulgação dos resultados, dirigidas à comunidade e a satisfação desta última com essas ações.					
	A IES monitoriza os resultados da divulgação científica e transferência do conhecimento em torno dos ODS junto dos stakeholders relevantes.					

Dimensão	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Indicador	#29. Difusão e transferência de conhecimento junto de públicos vulneráveis					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES integra nos seus documentos orientadores referências explícitas à difusão e transferência de conhecimento junto de públicos vulneráveis.					
Nível 2	1. A IES estabelece metas específicas para a transferência de conhecimento junto de públicos vulneráveis.					
	2. A IES formaliza acordos e parcerias com entidades da sociedade civil que representem os interesses de públicos vulneráveis com vista à definição de linhas de investigação aplicada e colaborativa e redes de difusão do conhecimento produzido nesse contexto.					
Nível 3	1. A IES implementa linhas de investigação aplicada em torno de necessidades específicas de públicos mais vulneráveis.					
	2. A IES organiza sessões de apresentação dos resultados, adaptadas às necessidades dos públicos vulneráveis.					
Nível 4	1. A IES avalia anualmente o grau de concretização dos seus projetos de investigação aplicada bem como a forma como estes preveem a divulgação dos resultados junto dos interessados.					
	2. A IES avalia o grau de satisfação dos públicos vulneráveis com as sessões de divulgação.					
	3. A IES, após a avaliação, promove formas inovadoras de difusão e transferência de conhecimento.					

Dimensão	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Indicador	#30. Práticas de divulgação e transferência científica integradas no ensino					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES inclui, nas suas orientações pedagógicas, oportunidades de formação para a divulgação e transferência científica.					
Nível 2	A IES define, por grau de ensino, metas formativas para a aquisição de competências em matéria de divulgação e transferência científica.					
Nível 3	1. A IES oferece formação pedagógica aos seus docentes com vista a integração destes conteúdos em contexto de atividade letiva.					
	2. A IES valoriza a inclusão de competências para a divulgação científica nos currícula.					
	3. A IES implementa ações concretas para a ligação entre investigação e ensino.					
Nível 4	A IES monitoriza os resultados (nº de ações) e satisfação (dos estudantes) com as metas formativas para a aquisição de competências em matéria de divulgação e transferência científica.					

Dimensão	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Tema	Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento					
Indicador	#31. Ciência Aberta					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	1. A IES inclui nos seus documentos de referência, em particular para a investigação, a valorização da ciência aberta.					
	2. A IES inclui critérios de publicação que favoreçam a ciência aberta, nos seus documentos de referência.					
Nível 2	1. O plano de atividades e orçamento da IES define ação(ões) concreta(s) de promoção da ciência aberta.					
	2. A IES comunica às partes interessadas as medidas de incentivo à produção científica e publicação em acesso aberto.					
Nível 3	1. A IES promove a difusão das metas nacionais sobre Ciência Aberta.					
	2. A IES dispõe de circuitos de informação e sensibilização diferenciados para a Ciência Aberta (para cada tipologia de membro da sua comunidade e em função das práticas de investigação).					
	3. A IES implementa anualmente medidas de incentivo à produção científica e publicação em acesso aberto.					
	4. A IES considera e valoriza a publicação em acesso aberto, nos critérios de progressão na carreira docente/investigador.					
	5. A IES envolve os seus membros na definição da política ou das medidas de promoção da ciência aberta.					
	6. A IES promove iniciativas que valorizem uma cultura ou práticas de ciência aberta.					
Nível 4	1. A IES monitoriza a aplicação das medidas de valorização da ciência aberta.					
	2. A IES revê periodicamente as medidas existentes por sua iniciativa, integrando os resultados da monitorização em propostas de melhoria contínua.					

Dimensão 4 - Participação Social na Comunidade

Dimensão e Tema	Participação social na comunidade	[Impactos sociais] A relação entre a IES e a comunidade envolvente proporcionam processos de desenvolvimento sustentável e transformação social.
Indicador	#32. Redes e parcerias com a comunidade	A IES procura ativamente parcerias relevantes para uma intervenção continuada e consistente na sua envolvente. A integração em redes académicas e da comunidade são uma alavanca importante para o trabalho de intervenção social.
	#33. Integração aprendizagem/intervenção social e articulação entre contexto letivo e extralectivo	A IES estimula a aprendizagem em contexto real de intervenção e valoriza a realização de projetos aplicados e concebidos em função das necessidades identificadas na envolvente. O voluntariado é valorizado em contexto de ensino-aprendizagem.
	#34. Prestação de serviços e trabalho colaborativo	A IES promove a participação em projetos colaborativos nas áreas da sua perícia e estimula o envolvimento da comunidade académica assim como identifica áreas de prestação de serviços à sua envolvente.

Dimensão	Participação social na comunidade					
Tema	Participação social na comunidade					
Indicador	#32. Redes e parcerias com a comunidade					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES inclui no seu plano estratégico um objetivo dedicado a redes e parcerias com a comunidade em torno das problemáticas relevantes, reconhecendo o seu papel no desenvolvimento do meio de inserção e na definição de políticas públicas nas suas áreas de conhecimento.					
Nível 2	1. A IES define procedimentos de auscultação à comunidade para levantamento de problemas.					
	2. A IES define procedimentos que visem a criação e integração em redes, de âmbito internacional, nacional, regional e local.					
	3. A IES fomenta, nas redes em que se insere, a inclusão de problemáticas relativas a Desenvolvimento Sustentável e às metas da Agenda 2030.					
	4. A IES promove a integração em redes de ensino superior, visando a sensibilização dos seus estudantes para problemáticas como a RSE, o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 (por exemplo: UniNetwork do GRACE).					
Nível 3	1. A IES dispõe de medidas de incentivo e de valorização para a participação dos seus membros (comunidade académica) em redes e parcerias com a comunidade, em particular, na inserção em programas operacionais (nacional, regional e local).					
	2. A IES promove a criação de redes/a inserção em redes do ensino superior para partilha de boas práticas nesta matéria (por exemplo: ORSIES).					
Nível 4	1. A IES avalia periodicamente os impactos obtidos pela participação em redes.					
	2. A IES divulga o trabalho e os resultados das redes em que se insere, dando visibilidade às mesmas e potenciando a sua relevância social.					

Dimensão	Participação social na comunidade					
Tema	Participação social na comunidade					
Indicador	#33. Integração aprendizagem/intervenção social e articulação entre contexto letivo e extralectivo					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES valoriza a aprendizagem em contexto real e estimula o envolvimento em projetos comunitários.					
Nível 2	1. A IES mapeia a sua envolvente e identifica regularmente projetos de intervenção social relacionados com as suas áreas de formação.					
	2. A IES privilegia metodologias de ensino teórico-prático e de trabalho de campo que envolvam situações problemáticas do contexto envolvente.					
Nível 3	1. A IES oferece oportunidades de envolvimento em ações comunitárias, quer em contexto letivo quer extralectivo.					
	2. A IES dispõe de bolsa de voluntários e facilita o seu envolvimento em projetos da comunidade.					
	3. A IES promove atividades de intervenção social, através de uma articulação entre o contexto letivo e extralectivo.					
Nível 4	1. A IES dispõe de sistema de monitorização e acompanhamento dos projetos em que a sua comunidade se envolve e fixa metas para anos subsequentes.					
	2. A IES premeia/distingue anualmente a capacidade de iniciativa dos seus membros no que se refere a envolvimento em projetos comunitários.					

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Dimensão	Participação social na comunidade					
Tema	Participação social na comunidade					
Indicador	#34. Prestação de serviços e trabalho colaborativo					
Nível	Questão	Sim	Não	Não se Aplica	Evidências	
					Sim	Não
Nível 1	A IES inclui no seu plano estratégico o desenvolvimento de projetos de extensão à comunidade (desenvolvimento local, regional, nacional ou internacional).					
Nível 2	1. A IES define metas, a curto e longo prazo, critérios e indicadores para a promoção da participação em projetos de inovação e impacto social.					
	2. A IES inclui no seu plano de atividades e orçamento, iniciativas ou linhas de financiamento para projetos de extensão à comunidade e prestação de serviços.					
Nível 3	1. A IES implementa anualmente medidas de promoção da participação da comunidade académica em projetos de extensão à comunidade, com enfoque no trabalho colaborativo (por exemplo: agenda comunitária de atividades partilhada, iniciativas conjuntas entre a IES e outros atores da comunidade, partilha de instalações, equipamentos e outros recursos, etc.) e divulga essa lista de projetos.					
	2. A IES disponibiliza e divulga a oferta de serviços que disponibiliza à comunidade.					
	3. A IES adere e integra redes sociais comunitárias ou outros grupos de promoção do desenvolvimento social (por exemplo: GRACE).					
	4. A IES valoriza a participação em projetos de extensão à comunidade ou prestação de serviços: no Suplemento ao Diploma para os estudantes e na avaliação de desempenho para o pessoal docente e não docente.					
Nível 4	1. A IES avalia o nível de satisfação de todos os envolvidos nos projetos de extensão à comunidade e na prestação de serviços.					
	2. A IES monitoriza periodicamente os indicadores de desenvolvimento de projetos de extensão à comunidade e de prestação de serviços e define novas metas em conformidade.					
	3. A IES comunica e discute com os diferentes stakeholders as medidas e os seus resultados relativamente aos projetos de extensão à comunidade e à prestação de serviços.					



Conclusões e propostas para o futuro

Os Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (IRSIES) são uma ferramenta de autodiagnóstico e de autoavaliação, composta por 34 indicadores. Estes indicadores estão organizados em quatro dimensões, de acordo com os respetivos impactos: 1) campus socialmente responsável [impactos organizacionais], 2) formação pessoal e profissional dos estudantes e relacionamento com *alumni* [impactos educativos], 3) gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento [impactos cognitivos], e 4) participação social na comunidade [impactos sociais].

A ferramenta IRSIES foi desenvolvida e testada ao longo de cerca de um ano e meio, envolvendo um processo de co-criação entre diversas IES Portuguesas.

Ainda, os IRSIES foram elaborados com base nas recomendações do Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior, desenvolvido no âmbito do ORSIES.

O ORSIES, enquanto rede de IES e outros parceiros, permitiu, permite e permitirá apoiar os seus membros na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de competências e numa mudança de atitudes, em torno da responsabilidade social universitária, de modo a promover uma transformação social que se tem revelado vital.

O Livro Verde “Responsabilidade Social e IES” (ORSIES, 2018) e todo o seu processo de elaboração e discussão, que antecedeu o seu lançamento, foi uma evidência da importância da temática da responsabilidade social no ensino superior Português, e também uma certeza sobre como, em conjunto, as IES partilham saberes, práticas e propõem novas direções, assumindo a responsabilidade por um desenvolvimento sustentável das comunidades envolventes proximais e distais.

Com o conjunto de 129 recomendações específicas, apontadas no referido Livro Verde, que se propõem para as IES, tornou-se fundamental a criação de uma ferramenta que permitisse às IES nacionais, averiguar qual ou quais das recomendações já estavam em curso na sua instituição e qual ou quais deviam ser definidas como prioritárias e estratégicas para implementar na IES. Assim, uma análise de necessidades ou a realização de um autodiagnóstico pela IES, permite que a IES identifique os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, possibilitando a elaboração de um novo planeamento mais ajustado à realidade e ao contexto de cada IES. A ferramenta IRSIES permite a realização de um diagnóstico de necessidades para cada IES e a fase de autodiagnóstico torna-se um passo determinante para o desenvolvimento da Responsabilidade Social na institui-

ção. O autodiagnóstico, através da utilização dos IRSIES, permitirá também às IES uma abordagem de melhoria contínua da qualidade. Deste modo, após a fase do autodiagnóstico e da elaboração de um plano estratégico de melhoria, anualmente, será possível monitorizar, e, assim, autoavaliar quais as dimensões, procedimentos, atores que evoluíram mais significativamente e com um maior impacto para o desenvolvimento de uma IES socialmente responsável.

A ferramenta IRSIES pode ser considerada, simultaneamente, útil para a IES realizar um autodiagnóstico, mas também uma autoavaliação contínua.

Acreditamos que sem esta ferramenta IRSIES, que agora apresentamos e disseminamos, as recomendações do Livro Verde sobre RS e IES, poderiam correr o risco de ficar apenas no plano das intenções, não sendo ponderadas, apropriadas e operacionalizadas pelas IES.

Este processo que se iniciou com a análise das recomendações específicas para as IES contidas no Livro Verde sobre RS e IES, desenrolou-se em várias etapas. Queremos, aqui também salientar a importância do processo, para além dos resultados alcançados, de elaboração, validação e disseminação dos IRSIES.

O processo de co-criação dos IRSIES implicou uma disponibilidade de todos os membros do Grupo de Trabalho IRSIES para integrar, escutar e comunicar um conjunto muito diverso e heterogéneo de perspetivas, olhares, pontos de vista, backgrounds, conhecimentos, formações, áreas, experiências, capacidades, poder de decisão, etc.. Esta diversidade e heterogeneidade foi uma das suas grandes vantagens e riquezas. Pois apesar das diferenças, o que nos uniu foi uma visão, um sentido de responsabilidade, de cooperação, de satisfação (nem sempre imediata...), que motivou todos os membros para ultrapassar os maiores desafios encontrados.

Uma das etapas iniciais foi a revisão de literatura sobre responsabilidade social e responsabilidade social universitária e os indicadores já existentes, bem como outros referenciais, para a responsabilidade social nas IES.

Ao longo dessa etapa inicial, a discussão sobre os diferentes modelos e referenciais entre os membros do Grupo de Trabalho e o consultor científico, revelou a escassez de publicações na área da responsabilidade social quando comparada com a área da sustentabilidade, a dificuldade em adaptar outros referenciais já muito utilizados nas empresas para o contexto do ensino superior e a necessidade de reflexão no contexto português sobre um modelo de RSU que se enquadrasse no panorama nacional.

Salientamos que o modelo de RSU que serviu de inspiração para o processo de co-criação dos IRSIES foi o proposto por Vallaey, numa abordagem à gestão responsável dos impactos das IES e que o referencial que serviu como ponto de partida foram os indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis.

Uma segunda etapa foi a elaboração e discussão de uma primeira versão da ferramenta IRSIES.

Ao longo dos vários meses de trabalho e de discussão com os vários membros do Grupo de Trabalho, evidenciou-se uma grande variabilidade no nível de reflexão e práticas de cada uma das IES relativamente à RSU.

Destacamos que a discussão em torno dos quatro níveis definidos para cada indicador - Nível 1. Atenção; Nível 2. Formalização; Nível 3. Implementação; e, Nível 4. Monitorização e Inovação - foi um desafio, que possibilitou um importante debate em torno da definição de RSU, dos modelos de RSU e das práticas de RS das IES.

Ainda, nesta segunda etapa, a sessão de trabalho com os membros do Grupo de Trabalho e com estudantes de diversas IES, permitiu uma tomada de consciência sobre a importância dos IRSIES e sobre a forma como o envolvimento das várias partes interessadas - como os estudantes - é decisiva para o sucesso da promoção da RS nas IES portuguesas.

Por fim, na última etapa, a ferramenta IRSIES foi utilizada e testada pelas IES, numa aplicação da ferramenta em contexto real, através de um estudo-piloto.

Ao longo desta fase final do processo de co-criação dos IRSIES, as dificuldades sentidas e os sucessos alcançados, pelas IES, foram determinantes para se elaborar a versão final da ferramenta. A versão final contemplou uma análise a todos os dados recolhidos e partilhados pelas IES envolvidas, e integrou diversos ajustamentos, considerados críticos pelas IES.

Realçamos como principais aprendizagens e desafios no processo de co-criação do IRSIES, os seguintes aspetos:

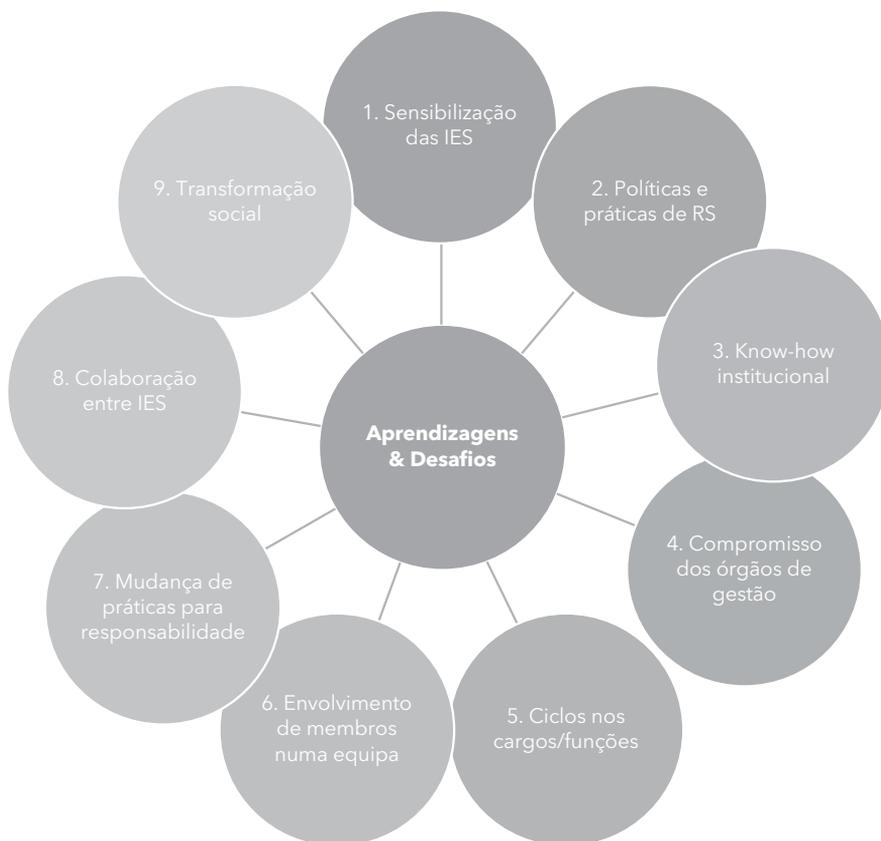


Figura 12: Principais aprendizagens e desafios no processo de co-criação do IRSIES.

1. Sensibilização das IES que são membros do ORSIES. As IES que são membros do ORSIES e que também colaboram no Grupo de Trabalhos IRSIES, são aquelas que já estão sensibilizadas para a importância da promoção da RS no ensino superior. Por todo o trabalho e esforços levados a cabo, desde o desafio de criação do ORSIES pela Forum Estudante, ao apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à adesão inicial de 28 IES, à discussão pública e lançamento do Livro Verde sobre RS, atualmente são membros do ORSIES 30 IES. A sua participação na rede é uma oportunidade para se iniciar caminho, ou apoiar e alargar os passos já dados em prol de uma consciência que todos temos que ter, pela compreensão e pelo assumir da **co-responsabilidade de todos nós pelos impactos gerados por todos nós**.

2. Diferentes níveis reflexão, políticas e práticas de RS nas IES. A variabilidade tocava praticamente todos os pontos da escala, desde IES que estavam numa fase inicial de discussão da temática, passando por IES que assumiam diversas práticas, apesar de soladas, até IES que assumiam no seu plano estratégico a RS e implementavam e monitorizavam com consistência diversas práticas, processos e projetos, procurando envolver e comunicar com diversos *stakeholders*.
3. *Know-how* das IES muito diverso. As experiências e as práticas das IES de RS é muito variável como já foi referido, no entanto por serem Politécnicos ou Universidades, por serem de pequena, média ou grande dimensão, por lecionarem Licenciaturas, Mestrados ou Doutoramentos, por terem um número maior ou menor de áreas científicas, por investigarem temas da RS ou por terem projetos de investigação aplicados à comunidade, por comunicarem mais ou menos frequentemente com os seus *stakeholders*, por terem mais ou menos experiência com metodologias de trabalho cooperativo e colaborativo, possibilitou que houvesse uma partilha do *know-how* de cada uma das IES, valorizando e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do saber -saber e do saber-fazer de cada IES e do Grupo de Trabalho.
4. Compromisso e envolvimento diferentes das Reitorias/Direções. O envolvimento e o assumir o compromisso com a RS pelos órgãos de gestão como as Reitorias ou Direções é determinante. Neste aspeto também houve muita variação. Algumas IES faziam-se representar no Grupo de Trabalho por Vice-Reitores e Pró-Reitores, outras pelos Administradores, outras por Dirigentes de Serviços/Gabinetes, e ainda, algumas IES eram representadas por docentes e investigadores. De qualquer modo, pelo facto da IES aderir ao ORSIES e ser membro do Grupo de Trabalho IRSIES, já é um fator a realçar para o envolvimento das Reitorias/Direções. Ainda, outro fator prende-se com a disponibilidade que várias IES demonstraram ao acolher e bem-receber as diferentes Sessões do Grupo de Trabalho.
5. Mudança frequente de pessoas nos cargos. A composição dos representantes das IES no Grupo de Trabalho foi sendo alterada ao longo do processo de co-criação dos IRSIES, motivados na maioria pelos ciclos existentes para os diferentes cargos ou funções. Há representantes que se mantêm constantes, desde a adesão da IES ao ORSIES, tendo por isso esses representantes colaborado na elaboração do Livro Verde sobre RS e IES e na co-criação dos IRSIES. Há representantes que colaboraram em todo o processo de co-criação dos IRSIES, desde a sua fase inicial até à final. Há representantes que colaboraram apenas na fase inicial e outros apenas na fase final. As mudanças dos representantes das IES também foram acompanhadas por diversas mudanças da composição das Reitorias/Direções.

6. Capacidade de envolver outros membros dentro da IES e formar equipa. O ser capaz de criar equipa na IES ou a criação de uma equipa ou grupo dentro da IES, composto por diversos membros e por diversos *stakeholders*, que comunica facilmente com a Reitoria/Direção, é outro aspeto fundamental. Se no decorrer do processo de co-criação dos IRSIES, para primeira e segunda fase – estado da arte e versão inicial dos IRSIES – a existência desta equipa não era determinante, na terceira fase – utilização e aplicação da ferramenta IRSIES no estudo-piloto – a existência dessa equipa, a capacidade de trabalho colaborativo com a comunidade académica e a articulação com os órgãos de gestão passou a ser um fator essencial.
7. Dificuldade das IES em compreender a RSU como mais do que ações/projetos/práticas pontuais e isoladas já realizadas. Para muitas IES, nas fases iniciais do processo de co-criação dos IRSIES, a realização de determinadas ações de voluntariado (ex. recolha e distribuição de bens) ou de práticas pontuais (ex. campanha de educação ambiental) ou de projetos pontuais (ex. receção aos novos estudantes) eram entendidas como um excelente nível de RS. As pesquisas realizadas e as discussões entre as diversas IES possibilitaram compreender que a responsabilidade social implica muito mais do que realizar determinadas ações de índole social, uma vez que implica mudanças internas e externas, a participação de diversos atores, também internos e externos, e, essencialmente, a responsabilização pelos impactos na sociedade das suas decisões e ações.
8. Ambiente de partilha e colaboração entre IES muito bom. Todas as interações presenciais e à distância entre as IES que são membros do Grupo de Trabalho IRSIES foram pautadas por um bom clima de relacionamento interpessoal, respeito, humildade, transparência, franqueza, confiança, que desencadeou a troca e a partilha de experiências e boas-práticas e possibilitou o desenvolvimento de um trabalho muito exigente, mas colaborativo. Em especial este bom ambiente, fez com que algumas IES convidassem outras para a realização de diversas atividades em conjunto.
9. Meta ainda não atingida de transformação social. A RSU ao ser entendida como um processo de transformação que implica a co-responsabilização de todos os atores pelos impactos das suas decisões e ações, ainda está longe de alcançar a meta de mudar os procedimentos de gestão, de diminuir os impactos negativos, de aumentar os impactos positivos e de possibilitar uma transformação em cada um de nós e, conseqüentemente, nas IES e na sociedade.

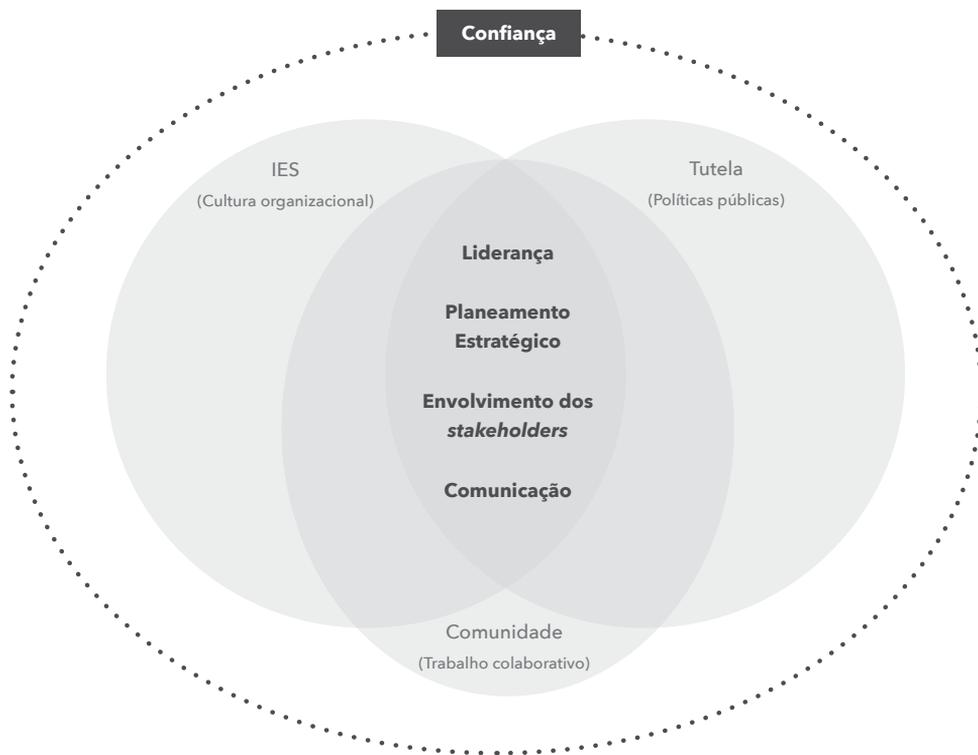


Figura 13: Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior, p. 127

No âmbito do Livro Verde do ORSIES, são também enumerados os fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento da RS em IES. Foram considerados quatro fatores críticos para a implementação de uma estratégia de RS nas IES: liderança, planeamento estratégico, participação, comunicação.

Liderança. O compromisso com a RS deve ser assumido ao mais alto nível para que possa ser desenvolvido por cada membro da IES.

Planeamento estratégico. O compromisso com a RS deve estar inscrito nos documentos referenciais da IES de modo a ser disseminado e concretizado nos quatro eixos.

Envolvimento dos stakeholders. O compromisso com a RS é um projeto coletivo e o seu sucesso depende da rede de colaborações entre Tutela - IES e Comunidade e da efetiva participação de todos os parceiros.

Comunicação. O compromisso com a RS é um processo contínuo que assenta na partilha e comunicação de valores, ações, resultados e vontades.

Confiança. O compromisso com a RS gera confiança: no futuro, no sistema de ensino superior português e em cada IES.

Todo o trabalho desenvolvido, em torno dos IRSIES, desde um entendimento partilhado sobre a Responsabilidade Social nas IES e a sua importância, até à validação e disseminação da ferramenta de autoavaliação IRSIES, permite-nos, por um lado, a ousadia de parar e refletir sobre quatro grandes objetivos alcançados:

- Aumento da **tomada de consciência**: as IES participantes neste Grupo de Trabalho e genericamente, todas as que integram o ORSIES, revelaram desde logo uma orientação para a responsabilidade social, uma preocupação em repensar o papel da sua IES na comunidade que integram e tomam consciência do seu papel na disseminação do conhecimento gerado em torno da temática e do desafio impulsionador que são chamadas a assumir, na consolidação de um Ensino Superior integrado na e com a Sociedade.
- Apresentação de um **modelo para as IES** Portuguesas: partindo da realidade e vivência do ensino superior português, pese embora a diversidade enriquecedora encontrada, a ferramenta dos IRSIES propõe-se como ponto de convergência e de experiências partilhadas, iniciando um movimento de melhoria contínua que é acompanhado e partilhado. Sendo a Responsabilidade Social um desígnio coletivo por definição, os IRSIES atuam como catalisador de pontos de vista e de realidades díspares, onde todas as IES saem a ganhar.
- Utilização de uma **abordagem consensus-based** para desenvolver uma estrutura de avaliação e identificar um conjunto de indicadores: o consenso foi determinante à partida – para a co-construção de uma ferramenta comum e desenhada a partir das realidades encontradas de norte a sul do país – e constitui-se como determinante à chegada – pois pretende-se que cada IES se aproprie agora da ferramenta comum enquanto ferramenta sua e campo de partilha com as instituições congéneres.
- **Disseminação dos IRS**, foi necessário um consenso sobre o conjunto comum de indicadores: entenda-se cada indicador não como fechamento em torno de soluções únicas e rígidas, mas como espaço de abertura para cada IES reforçar, no seu quotidiano e voluntariamente, a sua ação para a Responsabilidade Social nos múltiplos formatos em que esta se pode exprimir.

Por outro lado, a ferramenta IRSIES ao ser utilizada por diversas IES, possibilitará atingir múltiplos impactos. Enumeramos de seguida, aqueles que nos parecem ser os mais relevantes.

Em primeiro, um bom **autodiagnóstico** ajudará cada IES a esclarecer o presente e a delinear o futuro, em relação às suas práticas de RS. A autoavaliação anual irá ajudar a tomar consciência da caminhada feita, ano após ano, e do contributo de cada etapa para o que já somos. Cada exercício repetido de autoavaliação capacita a IES e envolve a comunidade académica. Conhecer-se em profundidade é decisivo para um exercício pleno de autonomia e para estimular a IES à mudança e à inovação. Em particular, à mudança nos processos organizacionais e nos processos de gestão da IES e à inovação nas parcerias e nos projetos.

Também, de forma **voluntária**, cada IES poderá comparar os seus dados e práticas com as das outras IES e perceber o seu contributo específico para o movimento global da responsabilidade social no Ensino Superior português.

Finalmente, devido ao envolvimento de várias IES, esta ferramenta apoiará as evidências da importância do **compromisso** de toda a comunidade académica no **desenvolvimento sustentável** e no bem-estar da nossa sociedade. Enquanto atores sociais relevantes, as IES identificam o seu contributo para as metas de 2030 e assumem a responsabilidade de construir em parcerias várias um futuro melhor para todos.

Isto, certamente, influenciará as **políticas públicas do ensino superior**. Assumir a Responsabilidade Social é um exercício de cidadania e um contributo para o crescimento e valorização da Educação. As IES reconhecem o seu papel junto da tutela e mobilizam-se para alcançar um modelo de excelência e de imersão no tecido social, cumprindo plenamente a missão do ensino superior nas suas três vertentes.

Deste modo, com um olhar e perspetiva de futuro, foi também elaborado um Manual de utilização da ferramenta de autoavaliação dos IRSIES e uma plataforma digital, onde ambas, e em conjunto, permitirão às IES a realização de um autodiagnóstico, com o respetivo registo dos níveis alcançados em cada indicador e dimensão, e a produção de um relatório relativo à situação da IES. Esse registo e a realização de uma autoavaliação anual, permitirá também às IES realizar a monitorização dos Indicadores de RS na própria IES e proceder a uma comparação com os dados globais de todas as IES que participem nessa autoavaliação. O autodiagnóstico e a autoavaliação permitirão também às IES identificar áreas que necessitem de maior desenvolvimento e outras áreas que se encontram numa fase de inovação, possibilitando a elaboração de um novo plano de melhoria para a IES.

Todo este processo de autoavaliação das IES será precedido pela capacitação de diversos membros da IES, de modo que estes sejam os líderes da transformação que se pretende operar nas IES. E ainda, este processo terá um acompanhamento individualizado a cada IES, pelo Secretariado Executivo do ORSIES.

Apesar do processo de co-criação dos IRSIES ter alcançado a meta a que o Grupo de Trabalho se propôs, este não significa que se chegou ao fim de um caminho. Pelo contrário, é o início de uma nova etapa no percurso.

Na próxima etapa, a utilização pelas IES da ferramenta de autoavaliação dos IRSIES, permitirá gerar novas aprendizagens, novos conhecimentos e novos desafios, que se espera que sejam sempre acompanhados de uma partilha entre as IES das boas práticas de autoavaliação.

Ainda, espera-se que com o registo e a monitorização de cada IES relativamente aos IRSIES e com a produção de um relatório anual global que integre a situação e a evolução das diferentes IES relativamente à RSU, que seja possível realizar a análise do impacto dos IRSIES no panorama nacional.

Por fim, se tal for possível, prevê-se uma revisão dos IRSIES a cada 3 anos.

Assim, esperamos encontrar-nos de novo, em torno do IRSIES 2.0!

Referências

Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: CCE.

Comissão das Comunidades Europeias (2002). *Comunicação da Comissão - Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. Bruxelas: CCE.

Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Implementação da parceria para o crescimento e o emprego: tornar a Europa um pólo de excelência em termos de responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: CCE.

Comissão Europeia (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Responsabilidade Social das Empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. Bruxelas: CCE.

Conselho da Europa (2007). Recommendation CM/Rec(2007)6 of the Committee of Ministers to member states on the public responsibility for higher education and research. Disponível em: https://www.coe.int/t/dg4/highereducation/News/pub_res_EN.pdf

Dima, G. et al. (2015). *Responsabilidade Social da Universidade: Um Quadro de Referência Europeu*. Relatório final do projeto EU-USR, 52709-LLP-2012-1-RO-ERASMUS-ESIN, Fevereiro 2015.

Gaete, R. (2011). La responsabilidad social universitaria como desafío para la gestión estratégica de la Educación Superior: el caso de España. *Revista de Educación*, 355, 109-133.

GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (2004). *Primeiros passos – Guia prático para a Responsabilidade Social das Empresas*. Lisboa: GRACE.

GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (2013). *Estudo Olhar o Futuro – Uma nova reflexão sobre a responsabilidade social corporativa*. Lisboa: GRACE.

GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (2014). *Guia: Responsabilidade Social nas Pequenas e Médias Empresas*. Lisboa: GRACE.

GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (2018). *Guia Responsabilidade Social Interna nas Empresas*. Lisboa: GRACE.

Jonker J. & de Witte M. (2006). Conclusion: The real challenges of organizing and implementing CSR. In Jonker e de Witte (Ed.) *The challenges of Organizing and Implementing Corporate Social Responsibility* (pp.237-247). New York: Palgrave Macmillan.

Lukman, R., & Glavi, P. (2007). What are the key elements of a sustainable university?. *Clean Technologies and Environmental Policy*, 9, 103-114.

Magna Charta Universitatum (1988). Magna Charta of the European Universities. Barcelona. Disponível em <http://www.magna-charta.org/magna-charta-universitatum/read-the-magna-charta/the-magna-charta>

Magna Charta Universitatum (2020). Magna Charta Universitatum 2020. Disponível em <http://www.magna-charta.org/magna-charta-universitatum/mcu-2020>

Mohamed, A. T. E. (2015) A framework for University Social Responsibility and Sustainability: The case of South Valley University, Egypt. *International Journal of Economics and Management Engineering*, 9 (7), 2407-2416.

ORSIES (2018). *Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior*. Disponível em: <http://orsies.forum.pt/>

Parlamento Europeu (2013). *Resolução do Parlamento Europeu sobre a responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva*. Bruxelas: Parlamento Europeu.

Ribeiro, R. C., & Magalhães, A. M. (2014). Política de responsabilidade social na Universidade: Conceitos e desafios. *Educação, Sociedade & Culturas*, 42, 133-156.

Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG). (2015). Brussels, Belgium.

UNESCO (2009). *Comunicado - Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*. Paris: UNESCO:

Vallaes F. (2006). Breve marco teórico de Responsabilidad Social Universitária. Pontificia Universidad Católica del Perú. Disponível em: <https://www.uv.mx/APPS/CUO/TAL->

[LERSU/Docs.%20RSU%20para%20INEGI/Breve%20marco%20te%C3%B3rico%20de%20Responsabilidad%20Social%20Universitaria.pdf](#)

Vallaes F. (2017). Responsabilidade Social Universitária: uma definição prudente e responsável. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional* v. 14, n. 2, pp. 159-173.

Vallaes, F. (2018). Las diez falacias de la Responsabilidad Social Universitaria. *Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria*, 12(1), pp. 34-58. doi: <http://dx.doi.org/10.19083/ridu.12.716>

Vallaes F., de la Cruz C. e Sasia, P. (2009). *Responsabilidad Social Universitaria: Manual de primeros pasos*. Mexico: McGraw-Hill Interamericana.



Anexos

Anexo I

Lista de IES do Grupo de Trabalho dos Indicadores de Responsabilidade Social

- Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior
- Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
- Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
- Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
- Escola Superior de Saúde de Santa Maria
- Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa
- Instituto Politécnico de Castelo Branco
- Instituto Politécnico de Coimbra (Escola Superior de Educação de Coimbra)
- Instituto Politécnico de Leiria
- Instituto Politécnico de Lisboa
- Instituto Politécnico de Portalegre
- Instituto Politécnico de Santarém
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
- Instituto Politécnico do Porto
- Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa
- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Coimbra
- Universidade de Lisboa (Faculdade de Arquitectura)
- Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
- Universidade do Porto
- Universidade Europeia
- Universidade Portucalense

Anexo II

Lista de IES do Grupo de Trabalho que participaram no Piloto dos Indicadores de Responsabilidade Social

- Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
- Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
- Escola Superior de Saúde de Santa Maria
- Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa
- Instituto Politécnico de Coimbra (Escola Superior de Educação de Coimbra)
- Instituto Politécnico de Santarém
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa
- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Coimbra
- Universidade do Porto
- Universidade Portucalense

Anexo III

Magna Charta Universitatum (texto original)

Principles, Values and Responsibilities

Universities acknowledge that they have a responsibility to engage with and respond to the aspirations and challenges of the world and to the communities they serve, to benefit humanity and contribute to sustainability.

Intellectual and moral autonomy is the hallmark of any university and a precondition for the fulfilment of its responsibilities to society. That independence needs to be recognised and protected by governments and society at large, and defended vigorously by institutions themselves.

To fulfil their potential, universities require a reliable social contract with civil society, one which supports pursuit of the highest possible quality of academic work, with full respect for institutional autonomy.

As they create and disseminate knowledge, universities question dogmas and established doctrines and encourage critical thinking in all students and scholars. Academic freedom is their lifeblood; open enquiry and dialogue their nourishment. Universities embrace their duty to teach and undertake research ethically and with integrity, producing reliable, trustworthy and accessible results.

Universities have a civic role and responsibility. They are part of global, collegial networks of scientific enquiry and scholarship, building on shared bodies of knowledge and contributing to their further development. They also are embedded in local cultures and crucially relevant to their future and enrichment. While they are immersed in and connected with global developments, they engage fully with and assume leading roles in local communities and ecosystems.

Universities are non-discriminatory spaces of tolerance and respect where diversity of perspectives flourishes and where inclusivity, anchored in principles of equity and fairness, prevails. They therefore commit themselves to advance equity and fairness in all aspects of academic life including admissions, hiring and promotion practices. Education is a human right, a public good, and should be available to all. Universities recognise that learning is a lifelong activity with tertiary education as one part of a continuum. Within that one part, universities serve diverse learners at all stages of their lives.

Universities acknowledge that individuals and communities, often due to inequitable circumstances, have difficulty gaining access to higher education or influencing the modes and matter of academic study. To realise human potential everywhere, universities deliberately seek ways to welcome and engage with diverse voices and perspectives.

Anexo IV

Recomendações do Livro Verde e Indicadores de Responsabilidade Social

Indicadores de Responsabilidade Social	Recomendações do Livro Verde da Responsabilidade Social
#1. Estratégias para a Responsabilidade Social e/ou Sustentabilidade	1.1.2. a) Incentivar as IES para uma atuação socialmente responsável 1.2.1 a) Construir/reforçar instrumentos que operacionalizem a visão estratégica sobre ética nas IES, bem como estratégias para a sua comunicação 1.3.1 a) Incentivar a adesão e a integração dos princípios e práticas de direitos humanos, equidade de género e não discriminação nos instrumentos de planeamento estratégico e outros documentos orientadores e de execução das IES 4.1.1. d) Incluir no plano estratégico da IES as prioridades relacionadas com a Agenda 2030
#2. Gestão participativa	1.1.1. a) Promover a participação de estudantes, docentes e não docentes, nos processos eleitorais da comunidade académica
#3. Princípios de Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade no Ensino, Investigação e Transferência de Conhecimento	1.2.2. a) Promover e valorizar a formação e conhecimento sobre ética 1.2.2. b) Estimular a produção e difusão de conhecimento sobre ética e reforçar a integridade da investigação
#4. Criação e revisão periódica de um Código de Ética/Conduta	1.2.1 a) Construir/reforçar instrumentos que operacionalizem a visão estratégica sobre ética nas IES, bem como estratégias para a sua comunicação
#5. Participação e gestão de iniciativas sobre Ética, Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	1.1.1. b) Desenvolver projetos de promoção da educação para a cidadania 1.2.2. a) Promover e valorizar a formação e conhecimento sobre ética
#6. Integração dos Direitos Humanos no processo de gestão da Instituição de Ensino Superior	1.2.1 a) Construir/reforçar instrumentos que operacionalizem a visão estratégica sobre ética nas IES, bem como estratégias para a sua comunicação 1.3.1. a) Incentivar a adesão e a integração dos princípios e práticas de direitos humanos, equidade de género e não discriminação nos instrumentos de planeamento estratégico e outros documentos orientadores e de execução das IES 1.3.1. b) Dar destaque às temáticas dos direitos humanos, equidade de género e não discriminação nos conteúdos programáticos dos vários ciclos de estudos 1.3.1. c) Promover a investigação na área dos direitos humanos, equidade de género e não discriminação 1.3.1. d) Incentivar a participação dos membros da comunidade académica em projetos de extensão à comunidade com objetivos de promoção dos Direitos Humanos, da equidade de género e da não discriminação 1.3.1. e) Combater os abusos e violações da dignidade humana em práticas e "tradições" desenvolvidas no campus ou dele originárias
#7. Política de recrutamento e remunerações	1.4.1. c) Promover a equidade nos processos de recrutamento, avaliação de desempenho, recompensas e progressão na carreira, tendo em consideração candidatos/ elementos do pessoal docente e não docente com necessidades específicas 1.4.1. d) Valorizar, nos processos de recrutamento, avaliação de desempenho, recompensas e progressão na carreira, os contributos do pessoal docente e não docente para as políticas de responsabilidade social da instituição

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Indicadores de Responsabilidade Social	Recomendações do Livro Verde da Responsabilidade Social
#8. Relação com entidades representativas dos membros da IES	1.4.2. a) Investir na capacitação e formação do pessoal docente e não docente da instituição em convergência com a sua missão 1.4.2. b) Criar condições efetivas para a participação do pessoal docente e não docente em iniciativas de mobilidade nacional e internacional
#9. Desenvolvimento pessoal e profissional	1.4.2. c) Apoiar a participação do pessoal docente e não docente em iniciativas de voluntariado e outras atividades de extensão universitária 1.4.2. e) Criar, no âmbito das unidades orgânicas de RH, respostas diferenciadas de apoio social dirigidas a docentes, não docentes e investigadores
#10. Clima organizacional e conciliação trabalho-família	1.4.2. d) Facilitar a conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional do pessoal docente e não docente das IES 1.4.3. a) Assegurar a existência de mecanismos de avaliação do clima de trabalho 1.4.3. b) Apoiar o desenvolvimento de iniciativas que promovam a coesão interna e o desenvolvimento de relações de confiança entre partes interessadas internas
#11. Integração de medidas de Ação Social Escolar	1.5.2. b) Agilizar o processo de candidatura a apoios diretos e indiretos desenvolvidos pelos serviços de ação social escolar com maior rapidez na decisão e execução 1.5.2. c) Analisar condições excecionais de pagamento das propinas mediante justificação fundamentada da necessidade 1.5.2. d) Melhorar a articulação entre os apoios disponibilizados pela tutela, pelas IES e por outros atores locais (ex: autarquias, empresas)
#12. Qualidade de vida, Saúde e Segurança no campus	1.3.2. a) Desenvolver políticas de acessibilidade nas IES 1.6.1. e) Desenvolver estratégias de comunicação eficazes para a promoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis, saudáveis e seguros, por toda a comunidade académica 1.6.1. g) Institucionalizar no organigrama das IES, no âmbito dos órgãos de gestão, da função de coordenação do campus seguro, saudável e ambientalmente sustentável 1.6.3. b) Promover estilos de vida saudáveis 1.6.4. a) Assegurar a identificação de perigos e avaliação de riscos e planos de prevenção de riscos e de ação em caso de acidentes/incidentes 1.6.4. b) Prevenir riscos laborais (ambiente de trabalho seguro, prevalecendo a saúde dos docentes, não docentes e investigadores como um requisito imprescindível para o desenvolvimento pessoal e profissional) 1.6.4. c) Cuidar da segurança física para os membros da comunidade académica, no espaço do campus, nomeadamente, no que se refere aos riscos de criminalidade
#13. Sistema de gestão ambiental	1.6.1. e) Desenvolver estratégias de comunicação eficazes para a promoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis, saudáveis e seguros, por toda a comunidade académica 1.6.2. a) Gerir os aspetos ambientais significativos e minimizar os impactos ambientais negativos 1.6.2. b) Promover medidas de eficiência energética e de consumo de água em cada campus e nas residências universitárias 1.6.2. c) Promover a redução, reutilização e reciclagem de materiais 1.6.2. e) Incentivar a adesão das IES a projetos de promoção do ambiente no campus 1.6.2. f) Promover a mobilidade sustentável na comunidade académica, incentivando o uso de transportes públicos, de vias de circulação suaves (ciclovias, caminhos pedestres) e veículos elétricos 1.6.3. a) Incentivar o trabalho em rede na promoção de saúde em cada campus das IES 1.6.4. d) Gerir o risco em atividades desportivas e de lazer no campus
#14. Educação ambiental	1.6.1. c) Estimular a participação de pessoal docente e não docente em ações relacionadas com a promoção ambiental, da saúde e segurança no campus 1.6.1. d) Promover a participação e envolvimento dos estudantes e outras partes interessadas em ações relacionadas com a promoção ambiental, da saúde e segurança no campus 1.6.1. f) Promover a integração entre ensino e investigação e campus seguro, saudável e ambientalmente responsável

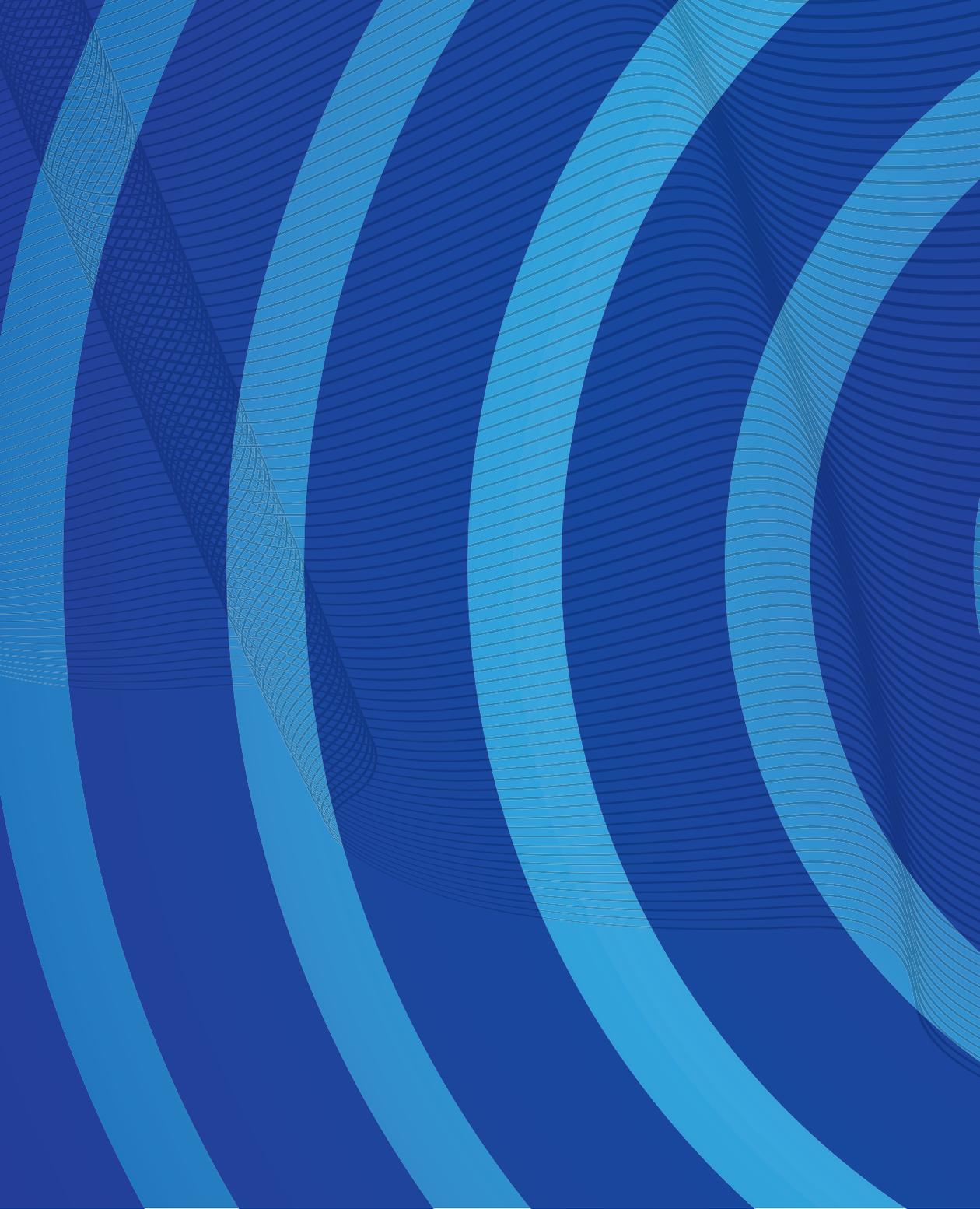
Indicadores de Responsabilidade Social	Recomendações do Livro Verde da Responsabilidade Social
#15. Sistema de gestão de fornecedores	1.6.2. d) Promover política de procurement ambientalmente responsável
#16. Comunicação com Responsabilidade Social	1.3.2. a) Desenvolver políticas de acessibilidade nas IES 1.5.1. a) Assegurar a transparência e divulgação das condições e formas de ingresso e regras de inscrição no ensino superior quer para estudantes nacionais, quer internacionais 1.7.1. a) Minimizar o impacto ambiental negativo das ações de comunicação realizadas pelas IES 1.7.1. b) Promover a criação de instrumentos orientadores da comunicação institucional enquadrados com os princípios de RS 1.7.1. c) Promover uma cultura de transparência, ética e verdade em toda a comunicação produzida pelas IES 1.7.1. d) Instituir uma cultura de excelência no atendimento aos diferentes agentes que procuram os serviços das IES 1.7.1. e) Incentivar a adoção de estratégias de reporting da responsabilidade social desenvolvida pelas IES 1.7.2. a) Envolver as partes interessadas na definição da comunicação socialmente responsável 1.7.2. b) Adequar os processos de comunicação a segmentos específicos de destinatários, tendo em atenção as suas necessidades informativas e suportes adequados (acessibilidade) 2.5.3. a) Desenvolver ações que permitam uma melhor integração dos estudantes internacionais incoming
#17. Formação para uma cidadania ativa	1.1.1. b) Desenvolver projetos de promoção da educação para a cidadania 2.1.1. a) Valorizar as metodologias de ensino-aprendizagem e práticas pedagógicas que promovam o pensamento autónomo e a cidadania ativa 2.1.2. d) Valorizar a participação dos estudantes em projetos de aprendizagem colaborativa nomeadamente através de atividades extra-curriculares 2.1.3. a) Desenvolver conteúdos, UCs e/ou programas académicos relativos aos temas da responsabilidade social 2.1.3. b) Monitorização e avaliação do desenvolvimento de conteúdos de responsabilidade social nos programas académicos e sua concretização em desenvolvimento de competências dos estudantes
#18. Desenvolvimento curricular e impactos da formação	2.1.1. a) Valorizar as metodologias de ensino-aprendizagem e práticas pedagógicas que promovam o pensamento autónomo e a cidadania ativa 2.1.1. b) Facilitar a criação de sinergias entre diferentes unidades da mesma IES ou entre IES no âmbito dos processos de aprendizagem
#19. Aprendizagem colaborativa	2.1.1. b) Facilitar a criação de sinergias entre diferentes unidades da mesma IES ou entre IES no âmbito dos processos de aprendizagem 2.1.2. a) Promover a colaboração e partilha de conhecimento entre estudantes, mesmo de cursos distintos 2.1.2. b) Criar condições estimuladoras de ambientes pedagógicos que promovam aprendizagem colaborativa 2.1.2. c) Sistematizar e disseminar boas práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem colaborativa e interdisciplinar

Indicadores de Responsabilidade Social	Recomendações do Livro Verde da Responsabilidade Social
#20. (In)sucesso e abandono académico	<p>1.3.2. b) Promover a partilha de práticas promissoras de educação inclusiva por parte dos docentes, no sentido de uma educação de qualidade e que responda às necessidades de todos os estudantes</p> <p>1.5.2. e) Promover a conciliação entre estudo e trabalho que facilite a autonomização financeira do estudante</p> <p>2.2.1. a) Assegurar uma transição sustentada do ensino secundário para o ensino superior</p> <p>2.2.1. b) Promover uma maior divulgação das medidas que permitam a flexibilização da modalidade de frequência dos ciclos de estudo</p> <p>2.2.1. c) Reforçar os mecanismos de apoio social e psicopedagógico que promovam a integração, o acompanhamento e orientação dos estudantes</p> <p>2.2.1. d) Prever medidas específicas nas áreas curriculares com maior incidência de insucesso escolar</p> <p>2.2.1. e) Valorizar o apoio tutorial prestado pelos docentes</p> <p>2.2.1. h) Assegurar uma ação preventiva, por parte das IES, no combate ao abandono escolar</p> <p>2.2.2. b) Assegurar a existência de um processo de monitorização e reflexão sistemática dos fenómenos do insucesso e abandono</p> <p>2.2.2. c) Incluir as temáticas do insucesso e abandono escolar nos instrumentos de planeamento estratégico e noutros documentos orientadores e de execução das IES</p>
#21. Inovação no ensino-aprendizagem	<p>1.3.2. b) Promover a partilha de práticas promissoras de educação inclusiva por parte dos docentes, no sentido de uma educação de qualidade e que responda às necessidades de todos os estudantes</p> <p>2.2.1. f) Apoiar a atualização e inovação nas estratégias de ensino-aprendizagem</p> <p>2.2.1. g) Reforçar a utilização das tecnologias de informação e comunicação como meios facilitadores do sucesso escolar (no sentido de complementar o trabalho realizado presencialmente e dando resposta a constrangimentos específicos de frequência das aulas por partes de alguns estudantes)</p>
#22. Empregabilidade e percurso profissional dos diplomados	<p>2.3.1. a) Promover o envolvimento de empregadores e eventuais entidades reguladoras nos processos de desenvolvimento curricular</p> <p>2.3.1. b) Estimular as iniciativas de aproximação dos estudantes aos contextos de prática profissional, valorizando a sua formação e mantendo uma relação estreita dos docentes aos contextos profissionais de futura inserção dos diplomados</p> <p>2.3.1. c) Promover a empregabilidade de estudantes com estatutos específicos (necessidades educativas especiais, maiores de 23 anos)</p> <p>2.3.1. d) Reforçar a atividade desenvolvida pelos gabinetes de integração profissional das IES</p> <p>2.3.1. e) Acompanhar os percursos profissionais dos diplomados das IES</p>
#23. Aprendizagem ao longo da vida	<p>1.4.2. a) Investir na capacitação e formação do pessoal docente e não docente da instituição em convergência com a sua missão</p>
#24. Promoção da mobilidade nacional e internacional	<p>2.5.1. a) Desenvolver estratégias de comunicação de programas de mobilidade, fomentando a motivação para a participação dos estudantes</p> <p>2.5.1. b) Valorizar, nos programas de mobilidade, as opções que envolvam países em desenvolvimento</p> <p>2.5.1. c) Desenvolver competências de empregabilidade direcionadas para o contexto internacional</p> <p>2.5.1. d) Desenvolver uma política de mobilidade e cooperação nacional entre IES, envolvendo toda a comunidade académica</p> <p>2.5.2. a) Facilitar a integração de estudantes com necessidades educativas especiais em programas de mobilidade e colaboração</p> <p>2.5.2. c) Reforçar a participação dos alumni em programas de mobilidade</p> <p>2.5.3. a) Desenvolver ações que permitam uma melhor integração dos estudantes internacionais incoming</p> <p>2.5.3. b) Promover a cultura portuguesa, junto de estudantes internacionais</p>

Indicadores de Responsabilidade Social	Recomendações do Livro Verde da Responsabilidade Social
#25. Relacionamento com os alumni	2.3.1. e) Acompanhar os percursos profissionais dos diplomados das IES 2.5.2. c) Reforçar a participação dos alumni em programas de mobilidade 2.6.1. a) Desenvolver iniciativas dirigidas aos atuais estudantes, que clarifiquem expectativas relativamente à relação entre IES e alumni 2.6.1. b) Promover o aprofundamento do conhecimento e da relação das IES com os alumni 2.6.1. c) Criar benefícios que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos alumni 2.6.1. d) Promover mecanismos de reconhecimento dos alumni 2.6.1. e) Promover a prestação de contas relativamente ao trabalho desenvolvido com os alumni
#26. Investigação colaborativa	3.1.1. e) Criar ecossistemas de conhecimento com vasta rede de atores da comunidade interna e externa 3.2.1. a) Criar parcerias no âmbito das atividades de investigação da IES com entidades empregadoras de diplomados do Ensino Superior 3.2.1. b) Criar dispositivos regulares para o acompanhamento das políticas públicas, assim como a identificação e análise de grandes temas da sociedade 3.2.2. a) Incentivar a colaboração interinstitucional para a investigação colaborativa 3.2.2. b) Fomentar a colaboração com as instituições de origem dos estudantes internacionais em projetos de investigação e investigação-ação 3.2.3. a) Promover o diálogo e parceria interdisciplinares intra e inter instituições 3.2.3. b) Capacitar docentes e investigadores para a investigação transdisciplinar 3.2.3. c) Privilegiar projetos de investigação que impliquem uma abordagem transdisciplinar
#27. Investigação em desenvolvimento sustentável	1.6.1 b) Incentivar projetos académicos e produção científica de estudantes e docentes relativamente à sustentabilidade ambiental e à promoção da saúde e segurança no campus 2.1.3. a) Desenvolver conteúdos, UCs e/ou programas académicos relativos aos temas da responsabilidade social 3.2.1. b) Criar dispositivos regulares para o acompanhamento das políticas públicas, assim como a identificação e análise de grandes temas da sociedade 3.4.1. a) Criar um compromisso institucional para com os ODS 3.4.1. b) Criar linhas de investigação específicas relacionadas com a prossecução dos ODS 3.4.2. a) Promover a investigação colaborativa no domínio dos ODS com impacto 3.4.2. b) Criar dinâmicas de apoio aos investigadores para produção de investigação colaborativa no domínio dos ODS 3.4.2. c) Desenvolver estratégia de sensibilização da comunidade académica para investigação colaborativa neste tema 3.4.2. d) Premiar e distinguir publicamente investigadores e projetos colaborativos que visem os ODS
#28. Difusão e transferência de conhecimento	3.1.2. a) Assegurar o depósito de investigação científica nos repositórios institucionais e nacional (RCAAP) 3.1.2. b) Alargar as funcionalidades do repositório RCAAP 3.3.1. a) Criar uma política institucional de difusão e transferência de conhecimentos 3.3.1. b) Promover uma Ciência para Todos 3.3.1. e) Promover a sistematização e divulgação de boas práticas de difusão e transferência de conhecimentos 3.4.1. a) Criar um compromisso institucional para com os ODS 3.4.1. b) Criar linhas de investigação específicas relacionadas com a prossecução dos ODS 3.4.2. a) Promover a investigação colaborativa no domínio dos ODS com impacto 3.4.2. e) Estimular a criação de formação orientada para os ODS, com vista à produção de conhecimento nesta área

Indicadores de Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

Indicadores de Responsabilidade Social	Recomendações do Livro Verde da Responsabilidade Social
#29. Difusão e transferência de conhecimento junto de públicos vulneráveis	3.3.1. d) Promover a difusão e transferência de conhecimentos junto de vários níveis de ensino e públicos-alvo
#30. Práticas de divulgação e transferência científica integradas no ensino	3.1.1. d) Assegurar a ligação entre a investigação e ensino/aprendizagem 3.3.1. c) Integrar a difusão e transferência de conhecimentos intra institucional nas atividades ensino aprendizagem desenvolvidas
#31. Ciência Aberta	3.1.1. a) Reforçar as políticas públicas da Ciência Aberta 3.1.1. b) Definir uma política institucional de Ciência Aberta, com o envolvimento das partes interessadas internas mais relevantes 3.1.1. c) Incentivar a produção científica e publicação em acesso aberto 3.1.2. a) Assegurar o depósito de investigação científica nos repositórios institucionais e nacional (RCAAP) 3.1.2. b) Alargar as funcionalidades do repositório RCAAP
#32. Redes e parcerias com a comunidade	1.1.1. c) Envolver as partes interessadas prioritárias na estratégia das IES e alargar a participação de diferentes membros nos órgãos das IES 1.4.2. c) Apoiar a participação do pessoal docente e não docente em iniciativas de voluntariado e outras atividades de extensão universitária 1.6.3. a) Incentivar o trabalho em rede na promoção de saúde em cada campus das IES 4.1.1. b) Criar redes locais de IES que possam debater com as autarquias locais e outras partes interessadas relevantes a adaptação local da Agenda 2030 nacional 4.1.1. d) Incluir no plano estratégico da IES as prioridades relacionadas com a Agenda 2030 4.3.1. a) Incentivar o desenvolvimento de redes de partilha e de conhecimento
#33. Integração aprendizagem/intervenção social e articulação entre contexto letivo e extraletivo	1.4.2. c) Apoiar a participação do pessoal docente e não docente em iniciativas de voluntariado e outras atividades de extensão universitária 2.4.1. a) Estimular a participação em projetos sociais articulando-os com o plano de estudos e com as necessidades da comunidade envolvente 2.4.1. b) Valorizar a participação em projetos sociais por parte dos estudantes 2.4.2. a) Estimular a atuação estratégica da IES em termos de voluntariado 2.4.1. b) Criar condições efetivas de participação dos estudantes em programas de voluntariado extracurriculares 4.2.1. a) Estimular a participação das IES em projetos de desenvolvimento local, regional, nacional ou internacional, em articulação com os processos de ensino e investigação em particular os que promovem o combate à pobreza e exclusão social
#34. Prestação de serviços e trabalho colaborativo	4.1.1. c) Promover na Agenda Internacional das IES os ODS 4.2.1. b) Incentivar a participação dos membros da comunidade académica em projetos de extensão à comunidade 4.2.1. c) Assegurar a representação das IES em redes sociais comunitárias 4.3.1. a) Incentivar o desenvolvimento de redes de partilha e de conhecimento 4.3.1. b) Desenvolver iniciativas conjuntas entre IES e organizações ou outros atores relevantes da comunidade, no sentido de reforçar a coesão social e as relações de confiança 4.3.1. c) Promover a partilha estratégica de instalações, equipamentos e outros recursos entre as IES e a comunidade



Uma iniciativa:



ORSIES
OBSERVATÓRIO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL
E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Com o apoio



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR

DGES
Direção-Geral do Ensino Superior

forum
estudante